Negócios
Pershing Square, de Bill Ackman, vende fatia para o BTG e coloca brasileiro no conselho C5




Combustível
Petrobras reduz querosene de aviação e deixa dúvida sobre diesel e gasolina B2



Finanças
Mercado Pago entra em uma nova fase como banco digital, diz o vice-presidente André Chaves C3

Terça-feira, 4 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6014 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Cármen Lúcia assume TSE com duro discurso

Isadora Peron, Mariana Assis, Caetano Tonet e Fabio Murakawa
De Brasília

A ministra Cármen Lúcia tomou posse ontem como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com um duro discurso contra a disseminação de desinformação. A magistrada afirmou que a mentira digital é "fabricada para destruir liberdades" e prometeu combater as informações falsas. Ao passar a presidência à colega, Alexandre de Moraes disse que ela é uma das pessoas que mais lutaram para garantir a participação das mulheres na política e tem atuado firmemente no combate à fraude nas cotas de gênero. A cerimônia foi acompanhada por cerca de 300 convidados, incluindo os chefes dos três Poderes. **Página A10**

Sabará investe R$ 1,1 bilhão em expansão

Beth Koike
De São Paulo

Na contramão do setor, que reduz investimentos em pediatria, o Hospital Infantil Sabará — do médico e filantropo José Luis Egydio Setúbal, um dos sete herdeiros do fundador do banco Itaú — está em expansão. O projeto prevê uma unidade na avenida Rebouças, em São Paulo, que duplicará o tamanho do hospital, reforma da atual torre e ampliação do instituto responsável pelos atendimentos gratuitos, ensino e pesquisa na área da pediatria. Essas iniciativas juntas demandarão investimentos de cerca de R$ 1,1 bilhão até 2028. Os recursos vêm do fundo patrimonial criado em 2017 e da gestora Tellus, que está construindo a nova unidade. **Página B1**

Indicadores

Ibovespa	3/jun/24	-0,05 % R$ 21,2 bi
Selic (meta)	3/jun/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	3/jun/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	3/jun/24	5,2367/5,2373
Dólar comercial (mercado)	3/jun/24	5,2329/5,2335
Dólar turismo (mercado)	3/jun/24	5,2506/5,4306
Euro comercial (BC)	3/jun/24	5,7012/5,7050
Euro comercial (mercado)	3/jun/24	5,7038/5,7044
Euro turismo (mercado)	3/jun/24	5,7472/5,9272



Repercussão



EDUARDO VERDUGO/AP

A vitória esmagadora de Claudia Sheinbaum (foto) na eleição presidencial alavancou a votação da coligação esquerdista no Congresso mexicano, que pode obter a supermaioria de dois terços para aprovar mudanças constitucionais. Essa perspectiva assustou ontem os mercados do país. Página A13

Peças nacionais



GABRIEL REIS/VALOR

Em seu plano de investir R$ 4,2 bi no país até 2030, a Honda prevê substituir itens importados por peças locais, segundo seu presidente na América do Sul, Arata Ichinose, que diz ser 'grande fã de Oscar Niemeyer'. Página B4

Quase 90% dos Fiagros tiveram queda no valor de mercado em 2024

Fundos Desempenho se deve a recuo no preço de commodities e alta de custos, que levaram a recuperações judiciais

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Quase 90% dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagros) tiveram queda no valor de mercado no acumulado do ano, segundo levantamento da Bloxs Capital Partners. Na média ponderada, a retração foi de 8,48% em 2024. O desempenho é atribuído por gestores ao recuo no preço das commodities e à alta de custos, que têm levado a um crescimento de pedidos de recuperação judicial no setor. Grande parte dos Fiagros, que têm patrimônio total de R$ 14,5 bilhões, é composta por Certificados de Crédito Agrícolas (CRAs) de produtores rurais ou empresas, como cooperativas, revendedores de insumos e frigoríficos. De acordo com especialistas, é um perfil menos conhecido do mercado do que o das grandes corporações do agro de capital aberto.

Com a crise financeira em empresas, certos CRAs que compõem parte dos Fiagros estão inadimplentes, como o Mitre, após a recuperação judicial do grupo Elisa Agro, da família Mitre. Outro foi o Três Irmãos, com problemas de pagamentos depois de pedido de proteção contra credores pela Agropecuária Três Irmãos Bergamasco.

O estudo mostra que, de 27 Fiagros pesquisados, sete não têm operações com atraso de pagamentos ou "waiver" — quando se negocia "perdão". Por outro lado, as posições de inadimplência correspondem a 2% do patrimônio. Ao todo são 36 Fiagros negociados na bolsa — eram 26 no início de 2023 e nove no início de 2022. As pessoas físicas respondem por 93% do produto, segundo dados da B3. Para Vitor Duarte, da Suno Asset, os primeiros Fiagros foram lançados quando os juros eram baixos e o agro vivia ciclo positivo. Segundo ele, alguns deram crédito a produtores que já estavam alavancados e com margens caindo.

Guilherme Sharovsky, da Bloxs, diz ser comum que o produtor rural segure estoques para vender em melhores condições, o que não significa que, ao não pagar os juros, esteja em situação financeira delicada. Essa dinâmica tem afetado o valor desses papéis no mercado secundário, que negocia títulos antes dos vencimentos. Procurado, o Grupo Bergamasco não se manifestou. A Elisa Agro disse que "a RJ é um instrumento necessário para cumprir as obrigações com credores e permitir a retomada das operações". **Página C1**

Enchentes atingiram RS no fim do melhor período de arrecadação



Marta Watanabe
De São Paulo

Em situação fiscal mais difícil que a média, o Rio Grande do Sul enfrenta o desastre das enchentes num momento em que os Estados já começam a perder parte da folga orçamentária que experimentaram em anos recentes, quando as receitas realizadas vieram bem acima do orçado. Em 2021, por exemplo, a receita dos Estados ficou 21% acima da orçada. Para 2024, estima-se que o acréscimo fique em média no agregado em 8,6%. No Rio Grande do Sul deve ficar em 5,4%. O levantamento é do portal Compara Brasil.

O aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, pode apenas ser reaberto em dezembro, e o governo federal deve arcar com boa parte de sua reconstrução. **Página A4**

Concessão de metrô e trem em SP atrai, mas tem desafios

Taís Hirata
De São Paulo

O pacote de concessões de metrôs e trens urbanos em São Paulo tem sido visto com interesse pelo mercado, mas tem alguns desafios para conseguir sair do papel. Analistas citam riscos de engenharia elevados, limitações fiscais para a oferta de garantias das PPPs (Parcerias Público-Privadas) e a concorrência com outros leilões de infraestrutura como pontos que podem se tornar entraves aos projetos.

O governo paulista já licitou uma primeira PPP em fevereiro, o Trem Intercidades (TIC) entre a capital e Campinas. O leilão atraiu apenas um interessado, o consórcio formado pela Comporte e a chinesa CRRC. No pacote, há ao menos outros 13 projetos em estudo, com potencial de investimento de R$ 130 bilhões. Rafael Benini, secretário de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo, diz que o governo tem visto interesse do mercado pelos projetos. "As pessoas estão fazendo visita técnica, acessando o data room." **Página B5**

Brasil

Com o déficit nominal nas alturas, conta nenhuma fecha



Luiz Schymura

Na pauta econômica, o tema que tem tirado o sono do atual governo está no campo fiscal. Se, por um lado, há a necessidade de recursos para financiar tanto o sistema público já em operação como as políticas públicas que foram promessas de campanha, do outro, o Executivo tem que assegurar um resultado fiscal que não comprometa a saúde financeira das contas públicas. Contudo, na visão de muitos analistas, em virtude dos contextos nacional e internacional, o governo federal está errando a mão ao sancionar gastos públicos excessivos.

Seja como for, é sempre oportuno analisar as respostas que nossa democracia tem encontrado para superar os obstáculos enfrentados em suas mais diversas frentes. Quanto ao front fiscal, não há como negar que, ao longo dos últimos 25 anos, houve um processo de aprimoramento institucional notável. Para ficar em alguns poucos exemplos, a "arrumação" das dívidas de Estados e municípios, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a consolidação do entendimento da importância da atenção ao resultado fiscal primário e a criação de um colchão de reservas internacionais de quase R$ 400 bilhões foram marcas vistosas.

Mais recentemente, em 2016, foi aprovado o teto de gastos que, através de uma Emenda Constitucional, inseriu em nossa Constituição-Cidadã uma forte restrição ao aumento dos gastos públicos. Algo que seria impensável quando da aprovação do texto constitucional em 1988.

Em 2019, foi aprovada uma significativa reforma da Previdência. Nunca é demais lembrar as dificuldades pelas quais passaram Rússia, França, Colômbia, entre outros países, para sancionar um sistema previdenciário fiscalmente menos dispendioso. Já, em 2023, com a implementação do novo arcabouço fiscal, foi possível fazer uso de maior artilharia para tornar possível o equilíbrio das contas públicas sem sacrificar em demasia as demandas sociais. No caso, o aumento da receita pública virou também arma poderosa nas mãos do governo para tocar a gestão do país, aliviando, com isso, a pressão sobre as contas públicas. Por fim, o Congresso caminha para regulamentar reforma estrutural em nosso sistema tributário. Como se vê, houve mudanças institucionais importantes, permitindo o entendimento de que o cuidado com a agenda fiscal não tem fugido do radar de nossa classe dirigente.

Evidentemente, isso não quer dizer que o equilíbrio fiscal está automaticamente garantido. A propósito, em função dos estragos causados pela pandemia, muita coisa na macroeconomia global mudou. A volta da inflação talvez seja a mais evidente. Diante da escalada dos níveis de preços, as taxas de juros observadas ao redor do globo têm sido significativamente mais elevadas do que as verificadas no período anterior à pandemia. Por causa disso, apesar do histórico positivo do Brasil em termos de mobilização e respostas no campo fiscal, a situação de hoje impõe, entre outras medidas, uma nova abordagem para a avaliação das contas públicas, em especial, uma maior atenção ao conceito de déficit nominal, como veremos mais à frente.

Vamos a algumas evidências quanto à fragilidade fiscal do país. Segundo dado divulgado recentemente pelo Banco Central do Brasil, o déficit nominal dos últimos 12 meses fechados em abril de 2024 foi de 9,41% do PIB. Não resta dúvidas, é muito elevado. Para ter uma ideia, esse percentual está próximo ao que vinha sendo observado na recessão de 2015/16.

Tal cenário exigiria um alinhamento entre Executivo e Legislativo para propiciar ações que levassem a uma melhora efetiva dos resultados fiscais. No entanto, a relação entre os dois Poderes passa por um momento conturbado. Enquanto o foco da classe política estiver nas eleições municipais, dificilmente um diálogo fiscalmente produtivo entrará em pauta. Por causa do pouco espaço político para criar receitas ou reduzir custos, o governo estabeleceu através do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2025 uma nova programação fiscal, reduzindo a meta de resultado primário de 2025 e dos anos subsequentes.

Contudo, como bem coloca meu colega Manoel Pires ao analisar a PLDO 2025, o esforço de redução dos gastos discricionários necessário para atingir os resultados primários — 0% (2025), 0,25% do PIB (2026) e 0,5% do PIB (2027) — já dá a dimensão do problema. O Executivo disporá de algo como 1,40% do PIB em 2025 e verá esse montante de recursos sendo diminuído ano após ano até chegar a apenas 0,86% do PIB em 2027. É difícil imaginar que seja possível tocar a máquina pública com uma redução de cerca de 40% na despesa discricionária, já que, durante a pandemia, período em que vários serviços do governo diminuíram fortemente seu ritmo, as despesas discricionárias do Executivo foram de 1,5% do PIB. Assim, parece razoável admitir que o cenário traçado pela PLDO 2025 é um tanto otimista. De qualquer forma, embora haja ajustes a serem feitos, é bem possível que algo em linha com o que está sendo projetado pela PLDO 2025 em termos de resultados primários seja atingido.

Mas, afinal, resta saber: imaginando que os resultados primários apontados na PLDO 2025 sejam alcançados, as expectativas quanto à saúde financeira das contas públicas ficarão "ancoradas"? Creio que não.

A explicação é simples. A despesa atual com juros nominais, de cerca de 7% do PIB, é bastante alta. A razão para isso é que, mesmo com a queda dos juros, a dívida líquida passou, em termos aproximados, de 30% para 60% do PIB entre a crise de 2015-16 e o período atual.

Em suma, o déficit nominal tem que ser olhado com enorme atenção. À medida que se queira superar os desacertos fiscais do momento, é fundamental debater sobre o papel e a importância dos principais ofensores responsáveis por inflar o déficit nominal. A conta a ser paga é alta demais para que essas discussões fiquem interditadas. É importante que sigamos aprimorando nossas instituições por meio de um debate aberto e sem travas.

Luiz Schymura é pesquisador do FGV Ibre e escreve mensalmente
E-mail luiz.schymura@fgv.br

Relações externas Em visita antes de partir para China, Alckmin afirma que país esta muito interessado em ampliar investimentos

Brasil quer atrair sauditas para transição energética

Lu Aiko Otta
De Brasília

Com o objetivo de atrair investimentos e vender "de fruta a avião", o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, esteve ontem na Arábia Saudita, onde foram assinados três memorandos de entendimento e um acordo na área de Defesa. Nesta terça-feira, ele inicia uma agenda de quatro dias na China.

"Eles são nosso maior parceiro comercial no Oriente Médio e estão muito interessados em aumentar investimentos", disse Alckmin por telefone ao **Valor**, referindo-se à Arábia Saudita.

Com a economia fortemente apoiada no petróleo, o país busca formas de neutralizar suas emissões de carbono. Isso abre a possibilidade de o Brasil atrair capital árabe para os projetos na área de transição energética. Segundo Alckmin, a "neoindustrialização", que privilegia projetos sustentáveis, foi tema das conversas.

"Uma orientação do fundo soberano saudita é diversificar investimentos para além do petróleo", disse a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres. "O que o Brasil tem a oferecer está em linha com essa missão e realmente há uma oportunidade interessante para que façamos parcerias."

CEOs de fundos de investimento brasileiros e árabes participaram da reunião de Alckmin com o ministro de Investimento, Khalid Al- Falih. As gestoras Pátria e eB Capital assinaram memorandos de entendimento com o Ministério de Investimento da Arábia Saudita (Misa) com o objetivo de facilitar negócios.

Além disso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dialoga com o Public Investment Fund (PIF), fundo soberano saudita, para realizar parcerias. Essas podem ocorrer em vários formatos: o PIF pode entrar com acionista em projetos financiados pelo banco, como também ser cotista de fundos estruturados pelo BNDES ou realizar financiamentos em colaboração bilateral.

Fundos árabes estarão em um evento no Rio de Janeiro na próxima semana, para prosseguir com os entendimentos.

Nesse cenário de interesse mútuo em ampliar comércio e investimentos, Alckmin propôs a celebração de um Acordo de Facilitação de Comércio e Investimentos (ACFI) com a Arábia Saudita.

O foco do interesse dos investidores árabes é a produção de alimentos e minérios, além dos projetos sustentáveis.

Na área comercial, foi firmado um memorando de entendimentos entre a ApexBrasil e a rede de hipermercados Lulu, para ampliar a presença de produtos brasileiros e um acordo de facilitação de comércio e investimentos. Segundo a Apex, foi programada para outubro a "semana do Brasil" na rede. Cerca de 200 produtos serão oferecidos para degustação.

Entre os principais produtos exportados pelo Brasil para a Arábia, estão o açúcar e as proteínas animais. Na mão oposta, as importações são lideradas por petróleo e fertilizantes. Em 2023, o Brasil registrou ligeiro déficit nas transações com aquele país. As exportações somaram US$ 3,2 bilhões, e as importações, US$ 3,5 bilhões.

> "Realmente há uma oportunidade interessante para fazermos parcerias"
> *Tatiana Prazeres*

Alckmin foi recebido também pelo ministro da Defesa da Arábia, Khalid bin-Salman, com quem firmou um acordo-quadro. Houve "boas conversas" em torno de aviões da Embraer, relatou o vice-presidente. Há interesse em vender modelos para aviação comercial e a aeronave de uso militar KC-390.

Os árabes buscam diversificar sua economia. Segundo o vice-presidente, há interesse em tecnologias desenvolvidas pela Embrapa para produção agrícola em regiões semiáridas.

Os brasileiros, por sua vez, foram convidados a conhecer um centro médico digital conectado a 170 hospitais no país. Com ele, é possível levar orientação de "superespecialistas" em áreas como cardiologia e neurologia a toda a rede, relatou Alckmin.

Nesta terça-feira, Alckmin e comitiva iniciam uma série de reuniões na China. O primeiro compromisso, disse o vice-presidente, é uma reunião com a presidente do Banco do Brics, Dilma Rousseff.

O principal item da agenda é a reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), liderada por Alckmin e pelo vice-presidente da China, Han Zheng. A comissão foi instituída no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e completa 20 anos.

Está também programado um fórum com a presença de 400 empresários brasileiros e chineses.

A China tem cobrado do Brasil um compromisso mais firme de adesão à sua iniciativa "Cinturão e Rota", um conjunto de projetos em infraestrutura. Há, porém, pressão contrária dos EUA.

Em maio, a general americana Laura Richardson esteve no Brasil e, em entrevista ao **Valor**, teceu várias críticas ao projeto. A embaixada chinesa enviou nota rebatendo as afirmações da militar.

Questionado, Alckmin disse que esse é "um dos pontos" da ampla agenda da Cosban. E informou que "não tem decisão tomada" quanto à adesão do Brasil à iniciativa chinesa.

ANA PAULA PAIVA/VALOR



Geraldo Alckmin: "boas conversas" em torno de aviões da Embraer

Sul Global requer US$ 6 tri para adaptação climática, diz Lula

Murillo Camarotto
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta segunda-feira, 3, que os países em desenvolvimento vão precisar de algo entre US$ 4 trilhões e US$ 6 trilhões ao ano para ações de adaptação às mudanças climáticas. O tema, segundo ele, será tratado na COP29, marcada para novembro, em Baku, no Azerbaijão.

Ao lado do presidente da Croácia, Zoran Milanovic, que visita Brasília, Lula voltou a dizer que os países do chamado Sul Global não conseguirão assumir metas ambiciosas de redução de emissões de gases do efeito estufa sem financiamento dos países ricos.

Segundo ele, os grupos de trabalho de finanças do G20, presidido neste ano pelo Brasil, estão trabalhando em formas de simplificar o acesso dos países em desenvolvimento a recursos dos fundos multilaterais. Ainda assim, Lula disse que as metas estabelecidas no Acordo de Paris, de 2015, já não são suficientes.

"Catástrofes climáticas recentes confirmam que já vivemos consequências das mudanças climáticas que muitos insistem em negar", afirmou o presidente brasileiro. Ele agradeceu o apoio recebido do colega croata e dos líderes europeus na tragédia que atingiu o Rio Grande do Sul.

O presidente mencionou a proximidade das eleições para o Parlamento Europeu e disse que somente a união de todos os democratas pode vencer o totalitarismo e as notícias falsas.

Lula voltou a pedir um cessar-fogo imediato na Faixa de Gaza e, em crítica a Israel, disse que "a violação cotidiana do direito humanitário é chocante". Também afirmou que o recente reconhecimento do Estado Palestino por Espanha, Noruega e Irlanda é "um passo importante".

Sobre a guerra na Ucrânia, o presidente rememorou a crítica do Brasil à invasão russa e disse que somente uma "desescalada" da violência poderia viabilizar uma retomada de diálogo entre as partes. Também disse que apoia a criação de uma conferência internacional que seja reconhecida por russos e ucranianos.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição


ÍCONE DO
JARDINS GANHA
RECONHECIMENTO
INTERNACIONAL
PROJETO DE ARQUITETURA:
aflalo gasperini / arquitetos
WHITE 2880
AV. REBOUÇAS, 2.880
GANHADOR DO PRÊMIO 2024 FIABCI WORLD PRIX D'EXCELLENCE
INCORPORAÇÃO E REALIZAÇÃO:
SDI
DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO
VIEWCO
FIABCI

INÊS 249

Contas públicas Tragédia compromete ainda mais as contas gaúchas no momento em que obtenção de receita acima do orçado desacelera nos Estados

Enchente atinge RS no fim da 'bonança' da arrecadação



Marta Watanabe
De São Paulo

O Rio Grande do Sul enfrenta o desastre das enchentes num momento em que os Estados já começam a perder parte da folga orçamentária que experimentaram no período mais recente, quando as receitas realizadas vieram bem acima do orçado. Em situação fiscal mais difícil que a média, o Rio Grande do Sul manteve o caixa no vermelho mesmo quando o período de recuperação da fase mais crítica da pandemia de covid-19 e o choque de commodities trouxeram bonança na arrecadação.

Em 2018 e 2019, o agregado dos Estados realizou um nível de receitas correntes 1,8% e 3% acima do orçado, respectivamente. Em 2021, a receita ficou 21% acima da orçada. Em 2022, essa espécie de surpresa positiva foi de 18,4%. Em 2023, o fenômeno perdeu força e a folga ficou em 7,9%. Para 2024 estima-se que o acréscimo fique em média no agregado um pouco maior do que em 2023, em 8,6%, mas muito mais concentrado, com apenas oito Estados com taxas acima de 10%. No Rio Grande do Sul deve ficar em 5,4%. Em 2023 foram 17 Estados com surpresa positiva acima de dois dígitos.

O levantamento é do portal Compara Brasil com base nos relatórios de gestão fiscal entregues pelos Estados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Foram consideradas receitas correntes realizadas em comparação com as orçadas. As projeções do economista Alberto Borges, do Compara Brasil, mostram que no cenário mais otimista a boa surpresa da receita no agregado pode chegar a 11% do orçamento este ano. No mais pessimista, o acréscimo é de 6%.

O levantamento mostra também que, findo o período de bonança nas receitas, nem todos os Estados conseguiram manter o saldo em caixa positivo. Ao fim de 2023, além do Rio Grande do Sul, Acre, Maranhão, Alagoas, Minas Gerais e Rio Grande do Norte fecharam com disponibilidade de caixa negativa em relação à receita corrente. No caso do Acre e Alagoas o saldo ficou negativo apenas em 2023, mas nos casos potiguar e gaúcho o caixa no vermelho vem ao menos desde 2018. Considerando esse período de seis anos, em Minas Gerais o saldo ficou no azul somente em 2022 e no Maranhão, em 2020 e 2022. Borges explica que, de forma conservadora, o levantamento considerou a disponibilidade de caixa com recursos não vinculados e após a inscrição em restos a pagar não processados, para tentar enxergar os valores efetivamente disponíveis.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, lembra que as receitas dos Estados já apresentaram desempenho bem pior no segundo semestre de 2022. "A ilusão do chamado caixa cheio, que também não era realidade para todos, escondeu um pouco a visão do filme, mas ele já era ruim. Estados não têm o condão de resolver suas contas públicas emitindo dívida pública, como é o caso da União. Quem não se preparou vai ter um período difícil pela frente", diz.

Borges lembra que o Rio Grande do Sul aderiu ao Regime de Recuperação dos Fiscal (RRF) em 2022, o que revela que já se enfrentava grave desequilíbrio fiscal. De 2018 a 2021 o Estado fechou com disponibilidade de caixa negativa sempre acima de R$ 30 bilhões, em valor atualizado até abril pelo IPCA. Com a adesão ao RRF os números recuaram para R$ 1,8 bilhão, em 2022, e para R$ 775,9 milhões, ainda negativos, em 2023.

> "Parece muito provável que o Estado não baterá a meta orçada"
> *Alberto Borges*

Pricilla Maria Santana, secretária de Fazenda do Rio Grande do Sul, lembra que, ao menos desde 2008, o Estado tem disponibilidade de caixa negativa. "É não enxergamos nos próximos anos um quadro positivo", diz. Santana conhece as contas gaúchas. Antes de assumir a Fazenda do Estado, acompanhava as contas estaduais como subsecretária de Relações Intergovernamentais, na Secretaria do Tesouro Nacional, onde atuou desde 2015. O problema de disponibilidade de caixa, diz, ficou "menos agudo" nos últimos anos, quando o Estado conseguiu colocar em dia o pagamento de fornecedores e servidores. "Isso aconteceu pelo problema estrutural do Estado, que tem arrecadação que cresce pouco, algo como 2% ao ano nos últimos dez anos, com despesas que aumentam em ritmo maior." Um dos gargalos, diz, é o déficit previdenciário, que permanece, mesmo após a reforma promovida pelo governo gaúcho, ainda que o aumento explosivo da despesa tenha sido minimizado.

Santana destaca ainda que é preciso olhar com cautela a composição das receitas nos últimos anos. Em 2022, o governo estadual sofreu perdas significativas de arrecadação de ICMS em parte compensada, pela ótica das receitas totais, com privatizações. Esses recursos, porém, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, não se prestam para custeio, só podem ser aplicados em investimento.

O levantamento do Compara Brasil mostra que o Rio Grande do Sul já enfrentava maior dificuldade para cumprimento das receitas orçamentárias antes da pandemia. Em 2018 e 2019 as receitas correntes realizadas ficaram 8% e 5,4% abaixo da orçada.

Em 2020, sob os primeiros efeitos da pandemia de covid-19 os Estados tiveram inicialmente queda na arrecadação de ICMS. Transferências extraordinárias da União para combate aos efeitos econômicos da crise, porém, ajudaram na recomposição do agregado, com receitas 5,4% acima do orçado. No Rio Grande do Sul o acréscimo ficou em 3,6%.

Nos dois anos seguintes, com a gradual retomada da economia e com a arrecadação própria e repasses da União impulsionados por altos preços de commodities e inflação, as receitas realizadas ficaram muito acima da previsão orçamentária em praticamente todos os Estados. Mesmo com o corte de ICMS em 2022 imposto pelo governo federal para telecomunicações, energia elétrica e combustíveis, os Estados conseguiram fechar o ano com receitas melhores que as orçadas. No Rio Grande do Sul, houve surpresa positiva de 27,1% e de 11% em 2021 e 2022, respectivamente.

Em 2023 a receita corrente gaúcha experimentou surpresa maior que a média: 14,2% acima da orçada, beneficiada em parte pelas transferências da União para compensação das perdas com o corte de ICMS imposto pelo governo federal em 2022. No ano passado a União antecipou também a parte da compensação que seria paga aos Estados só em 2024, o que também aumentou os repasses.

Neste ano a situação não deve se repetir, diz Borges. "Antes das enchentes, nossa estimativa era de que a receita corrente superasse o valor orçado em apenas 5%, o que denota uma menor margem de manobra orçamentária em relação aos anos anteriores. Apesar de ser ainda muito cedo para ter uma avaliação dos reais impactos da enchente na economia e na arrecadação, parece muito provável que o Estado não conseguirá bater a meta orçada para a receita corrente em 2024, de R$ 60,2 bilhões."

Nos 12 meses até fevereiro, a arrecadação bruta de ICMS gaúcha acumulou R$ 48 bilhões (corrigidos pelo IPCA até abril). Descontada a parcela dos municípios, de 25%, sobram R$ 36 bilhões, aponta Borges. "Supondo que essa receita anual venha a sofrer queda de 20%, o que não é absurdo diante do tamanho do desastre que se abateu sobre a economia gaúcha, haverá perda de, pelo menos, R$ 5 bilhões apenas em ICMS líquido até o fim do corrente ano", diz Borges.

Para ele, a suspensão do serviço da dívida do Estado com a União por três anos, que deve permitir economia de R$ 11 bilhões no período, é um alívio. Mas a ajuda, frisa, será diluída em um triênio, enquanto as ações necessárias para enfrentar as consequências das enchentes exigem respostas de curto e médio prazos. Além disso, a queda na receita de ICMS em 2024 pode ser maior do que qualquer previsão, criando um cenário orçamentário difícil de administrar.

Santana diz que a prioridade da Fazenda no momento é participar da reconstrução do Estado. "Queremos construir um Estado resiliente, forte e sustentável, o que levará alguns anos." O Estado quer retomar oferta de serviços básicos como saúde, educação e segurança e garantir a reconstrução de vias. "Do ponto de vista de estratégia fiscal de médio prazo é preciso lidar com o desequilíbrio de caixa, especialmente se não houver auxílio financeiro da União", diz Santana. A pressão de gastos públicos é crescente, e o Estado já tinha um "gap de investimentos" muito grande, do período em que esteve inadimplente com a dívida e atrasou o pagamento de fornecedores.

Surpresa boa nas receitas perde força

O quanto foi realizado a mais ou a menos em relação ao orçado* - %

Estado	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Projeção para 2024**
Tocantins	-12,58	4,30	11,68	25,00	40,74	25,18	27,30
Bahia	6,12	7,93	7,94	26,60	40,46	18,47	26,02
Roraima	4,99	25,81	28,78	35,30	27,63	9,28	17,21
Alagoas	7,97	7,46	16,79	16,77	21,82	16,78	15,01
Piauí	10,08	12,90	15,27	14,82	19,32	21,85	14,92
Paraná	4,72	4,17	3,14	22,83	28,99	24,51	13,19
Pernambuco	5,76	5,10	2,16	16,80	20,97	15,74	12,73
Paraíba	1,35	4,53	8,02	11,85	-3,71	11,17	11,82
Amapá	-5,69	12,13	16,74	23,52	38,85	12,28	9,93
Amazonas	17,78	15,21	18,52	30,77	28,20	13,25	9,23
Rio Grande do Norte	11,31	7,50	6,70	19,00	10,51	11,76	9,05
Espírito Santo	9,87	13,14	4,62	30,51	26,12	13,55	8,92
São Paulo	2,86	1,38	1,58	14,77	14,27	-0,08	8,66
Mato Grosso	-1,83	8,55	24,14	35,97	28,37	16,58	8,32
Distrito Federal	-2,93	-1,28	6,33	20,97	12,13	11,97	7,95
Acre	5,29	8,50	9,80	26,38	26,02	18,16	7,89
Sergipe	5,88	7,77	14,26	18,44	24,39	13,04	7,40
Pará	0,20	8,58	14,49	15,90	25,49	9,37	7,30
Ceará	1,40	0,20	2,42	17,60	24,09	8,83	5,54
Rio Grande do Sul	-7,95	-5,42	3,61	27,05	11,00	14,23	5,46
Rio de Janeiro	15,28	-0,35	-4,61	36,06	8,63	-1,01	5,42
Minas Gerais	-7,32	3,56	8,17	24,05	16,25	4,94	4,80
Goiás	1,26	6,82	8,60	21,69	14,77	6,54	3,87
Maranhão	-5,89	-13,51	-0,11	5,38	14,76	4,96	3,58
Santa Catarina	-1,48	2,17	4,91	13,58	16,86	5,89	2,71
Mato Grosso do Sul	-0,37	6,37	17,21	22,39	24,53	12,36	0,08
Rondônia	1,30	7,54	15,37	27,68	29,44	8,44	-3,83
TOTAL	**1,83**	**2,95**	**5,43**	**21,02**	**18,38**	**7,87**	**8,59**

Fonte: relatórios fiscais dos Estados, com elaboração do Compara Brasil (comparabrasil.com). *Considera receitas correntes. **Cenário base. ***Após inscrição em restos a pagar

Porto Alegre convive com entulho nas ruas e mau cheiro

Fernanda Canofre
De Porto Alegre

As ruas que estavam cobertas por enchentes há um mês em bairros de Porto Alegre viraram corredores com pilhas de móveis, roupas, calçados, fotos e papéis, tudo destruído pelas águas. O que era parte de casas e comércios locais virou lixo contaminado.

O recuo das cheias e dias sem chuva abriram espaço para moradores começarem limpeza, desde a semana passada, e aumentou a demanda dos serviços de limpeza na capital e na região metropolitana. Segundo a prefeitura de Porto Alegre, entre os dias 6 e a manhã de 3 de junho, foram recolhidas 27,7 mil toneladas de resíduos pós-enchentes, raspagem de lodo e varrição na cidade.

Em ruas do chamado Quarto Distrito, como é conhecida a antiga zona industrial de Porto Alegre, pela Vila Farrapos e Humaitá, neste domingo (2) moradores faziam mutirões de limpeza, ajudados por familiares e amigos, em meio a calçadas cheias de material retirado das casas.

"Estamos esperando que eles apareçam para levar as coisas. A gente limpa a casa, mas o cheiro continua porque as coisas estão aqui", diz Marlene Teixeira, 61, aposentada, que mora no entorno da Arena do Grêmio.

"Aconteceu a inundação, mas 24 dias com água dentro de casa é desumano. Todo esse lixo aqui na frente, até agora ninguém da prefeitura nos orientou, veio falar com a gente. Tem mau cheiro e a questão de saúde, bichos que morreram estão em meio aos entulhos", afirma Diego Xavier da Silva, 42, proprietário de uma lanchonete na mesma região.

FERNANDA CANOFRE/VALOR



Entulho na zona norte de Porto Alegre: prefeitura não dá conta da demanda

Diego chegou a sair de casa com a família, mas retornou depois que vizinhos avisaram que a porta da casa estava aberta. Três televisores, que foram salvos da água, acabaram sendo furtados e ele decidiu ficar no imóvel, mesmo sem energia. Agora, diz, a preocupação é com o futuro enquanto não voltarem as partidas do Grêmio.

"Nos deram um banho de água fria, que talvez os jogos voltem só no ano que vem. Não tendo o jogo, todo o comércio local vai sofrer, todo o bairro gira em torno disso. Estávamos nos recuperando da pandemia ainda."

Apesar do cenário nos bairros, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) afirma que a Vila Farrapos e o Humaitá estavam entre os sete locais com limpeza pós-enchente neste domingo. Nesta segunda, segundo o site da prefeitura, os serviços estavam em 18 locais.

"Eles estão vindo, mas não estão dando conta. Temos 254 unidades aqui, 63 apartamentos de térreo, todos eles condenados, perderam tudo. Tem muito entulho para colocar para fora ainda", conta Sônia Lopes Soares, 75, síndica há 14 anos num condomínio na região entre Humaitá e Farrapos.

Segundo ela, o local tem seguro contra enchentes e aguarda a avaliação dos prejuízos, para tentar retomar a rotina.

"Pegamos lava-jato, contratamos uma empresa para limpeza e estamos tirando a lama. Devagarinho estamos conseguindo. Minha mãe sempre falava que [a enchente de] 1941 foi muito ruim, mas essa foi muito pior."

Em outro condomínio, no bairro Humaitá, com mais de 150 apartamentos, moradores têm tentado deixar na área interna o lixo diário, para o recolhimento normal da prefeitura, e deixado na rua apenas os descartes maiores, dos danos pela enchente. Nas calçadas cheias, pedaços de mobília e colchões descartados serviram de cartaz para frases de protesto contra o prefeito Sebastião Melo (MDB).

"[O recolhimento] está muito devagar. Os próprios moradores estão pedindo para catadores virem, muita gente leva algumas coisas embora", conta Silvana Machado da Silva, 39, gerente de projetos e ex-síndica do local.

Na região do centro histórico de Porto Alegre, um dos bairros inundados durante quase todo mês de maio, a saída da água deixou grande volume de lixo, lojas com estoques inteiros perdidos e o cheiro forte da mistura entre água barrenta e parada, lodo e coisas estragadas pelo tempo.

No domingo, apesar das pilhas de lixo terem ido embora, as ruas ainda tinham lama das inundações, que parecia seca em alguns pontos.

Ao **Valor** o diretor-geral do DMLU, Carlos Alberto Hundertmarker, disse que a coleta segue na capital, apesar de ter tido a logística afetada temporariamente. A operação também precisou ser ajustada durante as enchentes porque, entre as cooperativas de reciclagem que trabalham com a prefeitura, seis foram inundadas e 11 estão em operação.

Um plano de ação dividiu a área alagada de Porto Alegre em 20 zonas, segundo Hundertmarker. Após a prefeitura pedir que as pessoas deixassem descartes nas ruas para recolhimento, o departamento voltou atrás com a vinda de mais chuva. Eles negam, porém, que lixo não recolhido tenha interferido em novos alagamentos registrados no fim de maio.

"A nossa recomendação é que pessoas tenham seu tempo para fazer esses descartes das casas. São muitos objetos grandes, como geladeiras, armários, fogões, sofás, camas, e a orientação é que coloquem nas calçadas. A nossa recomendação é que coisas menores, como documentos, exames médicos, memórias afetivas, sejam ensacadas, amarradas e colocadas junto com outros descartes."

Quanto a automóveis, centenas que ficaram parados por semanas sob as águas, a prefeitura diz que a destinação competiria a órgãos estaduais.

A Secretaria de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul afirma que ainda não é possível estimar o número de veículos atingidos, mas que o governo estadual "está atento a esse problema e pensando em alternativas para reduzir os danos ambientais gerados por esse tipo de resíduo".

No cenário otimista, aeroporto volta em dezembro

Fabio Murakawa e Renan Truffi
De Brasília

O aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, só deverá ser reaberto no ano que vem, e o governo federal deve arcar com boa parte da reconstrução do local, segundo duas fontes do primeiro escalão do governo.

O Salgado Filho completou um mês sem operações devido às enchentes que destruíram boa parte da infraestrutura do Estado.

Uma vistoria completa ainda será feita, mas a constatação inicial é a de que, em um cenário muito otimista, a reabertura poderá ser feita na segunda quinzena de dezembro. A realidade, diz uma das fontes, é que o aeroporto adentrará 2025 sem nenhum pouso e decolagem.

Todos os equipamentos de raio-x e de sinalização de pista, por exemplo, parecem estar comprometidos. Segundo uma das fontes, esses equipamentos são todos importados e fabricados sob encomenda. Outro auxiliar direto de Lula avalia que um dos principais motivos para o fechamento prolongado são os danos na pista de pouso e decolagem.

Um desfecho já considerado nos bastidores é que a União tenha que reconstruir toda a pista do aeroporto, o que exige um tempo considerável.

INÊS 249

Conjuntura Exercício feito pelo Itaú para o IPCA mostra que desemprego baixo gera impacto além de setores mais intensivos em mão de obra

Bom momento do emprego tem pressão ampla na inflação

Marcelo Osakabe
De São Paulo

O bom desempenho do mercado de trabalho está pressionando a inflação medida pelo IPCA mesmo quando se considera todos os produtos da cesta, não somente aqueles mais intensivos em mão de obra. É o que mostra um estudo produzido pelo Itaú Unibanco, que sinaliza ainda que os salários devem continuar pesando sobre os preços brasileiros nos próximos trimestres.

Via de regra, os analistas olham o comportamento do setor de serviços para ter uma sinalização sobre como o mercado de trabalho e o comportamento dos salários afetam a inflação. Mais especificamente, eles olham dois núcleos criados pelo Banco Central: os serviços intensivos em mão de obra (categoria que inclui atividades como serviços médicos e dentários, estética e empregado doméstico) e os serviços sensíveis à ociosidade.

No entanto, ambas as medidas respondem por apenas 7% e 10% da cesta do IPCA, respectivamente. Nem mesmo dentro da categoria serviços elas são representativas —respondem por apenas 17% e 28% da cesta do setor.

"O problema dessas métricas é que, como elas são definidas por exclusão, você acaba com olhando para um grupo com peso pequeno dentro do IPCA ", diz Julia Gottlieb, economista do banco. "O que a gente fez foi tentar entender, de forma mais ampla, todas as pressões vindas do mercado de trabalho."

Para isso, o Itaú construiu, a partir da tabela de recursos e usos do IBGE, um indicador de intensidade de trabalho para cada um dos 377 itens do IPCA, levando em consideração os gastos das empresas com salários e contribuições sociais, o peso do produto dentro de seu respectivo setor e os custos de produção. Com base nele, foi feita uma reponderação do índice segundo a intensidade em trabalho de cada produto.

Como esperado, o exercício eleva a participação dos serviços dentro da novo indicador — seu peso passa de 35,5% para 53,4%. Entre categorias, os gastos pessoais (de 10,1% para 20,8%) e educação (de 5,9% para 14,9%) se destacam entre os que tiveram maior alta. Na contramão, alimentos e bebidas (de 21% para 11,6%), alojamento (de 15,4% para 10,1%) e gasolina (de 5% para 0,4%) têm quedas mais significativas.

O índice reponderado mostra que aqueles produtos mais intensivos em trabalho estão observando reajustes de preços mais intenso do que aponta o IPCA cheio. Enquanto este acumula alta de 3,7% nos 12 meses encerrados em abril, aquele sobe 5% no mesmo período.

Gottlieb ressalta que o índice alternativo tem rodado acima do IPCA desde a segunda metade de 2022 — coincidentemente, o momento em que a taxa de desemprego passou a rodar abaixo de 9%. Este é o patamar considerado pelo Itaú como a taxa de desemprego de equilíbrio, ou aquele a partir do qual o mercado de trabalho começa a exercer pressão altista sobre a inflação.

A taxa de desemprego medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio contínua (Pnad contínua) caiu a 7,5% no trimestre móvel encerrado em abril, de 7,9% no trimestre encerrado em março. O resultado veio abaixo da mediana das expectativas dos analistas consultados pelo Valor Data, que esperavam recuo menor, a 7,7%. A renda média real, por sua vez, cresceu 0,8% no trimestre móvel até abril e 4,7% em relação ao mesmo período de 2023.

A influência do mercado de trabalho sobre a dinâmica da inflação é um tema recorrente em discursos de representantes do Banco Central.

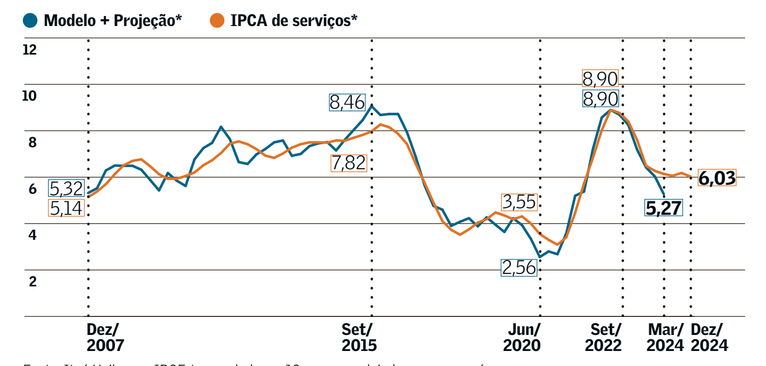
A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) mostra que os dirigentes discutiram o assunto, mas não chegaram a um consenso sobre em que medida o avanço dos salários — que parece não vir apenas da produtividade, mas também da melhora do poder de barganha dos trabalhadores, beneficiados pelo mercado mais aquecido — está afetando os preços.

"A gente tentou dissecar cada componente de trabalho em cada da categoria de serviço, para ver se existe correlação [entre salários e inflação]. E de fato parece que na ponta tem, sim, alguma pressão. Mas é muito incipiente, nada que a gente consiga demonstrar muito claramente", comentou o presidente Roberto Campos Neto em sua apresentação no último dia 27, em evento organizado pelo Grupo Lide.

Olhando adiante, o Itaú espera que o mercado de trabalho continue pressionando os preços. Rodando um modelo com base no índice reponderado e as projeções de inércia da inflação e taxa de desemprego é possível ver que o indicador se mantém acima do IPCA de serviços nos próximos trimestres — ele chega ao fim do ano apontando alta de 6,03% em 12 meses.

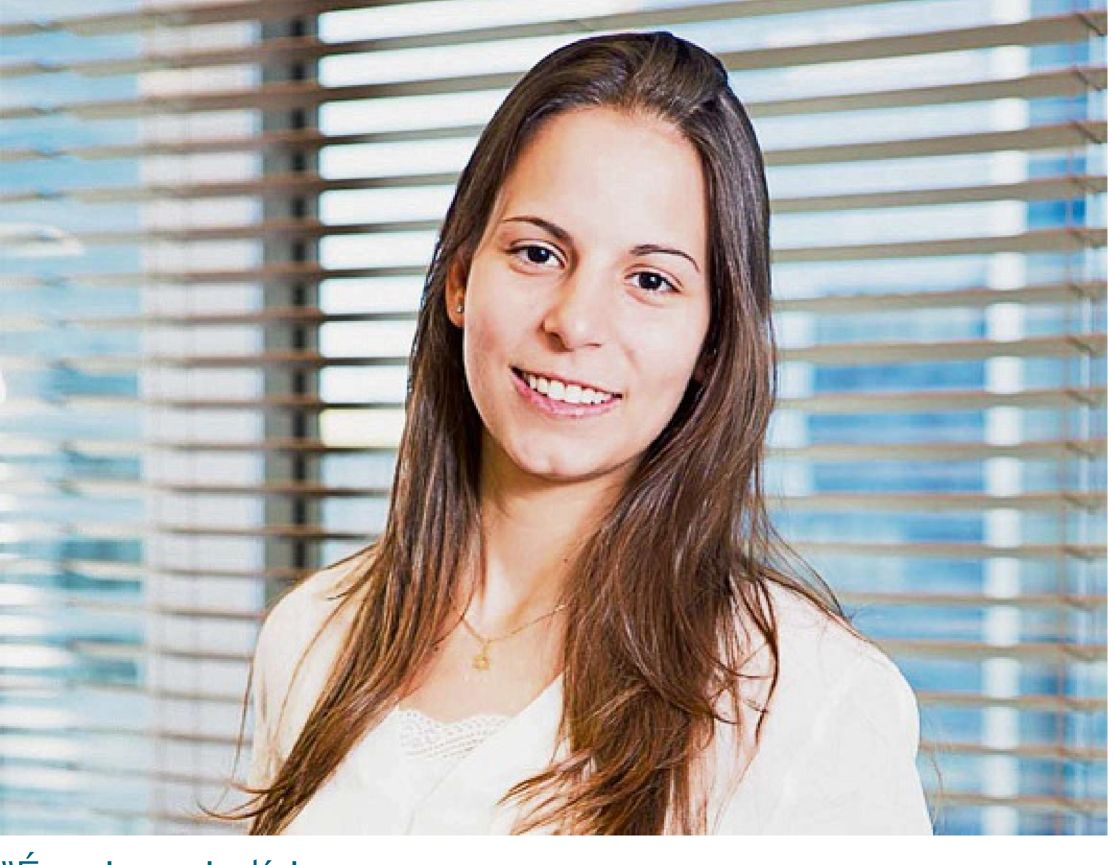
"Como a gente não espera que a taxa de desemprego suba muito — ela deve permanecer rodando abaixo dos 9% neste ano —, o indicador também seguirá pressionado", afirma Gottlieb. "Vale notar também que ele não tem piorado. Na margem, mostra até alguma moderação pequena, algo em que o próprio comportamento da inércia tem ajudado. Mas a nossa avaliação é que esse exercício é mais um indício na direção de o Banco Central se manter cauteloso com relação à política monetária."

Descolamento persistente
Índice reponderado do Itaú deve se manter acima do IPCA de serviços



Fonte: Itaú Unibanco, IBGE *acumulado em 12 meses, excluindo passagens aéreas

DIVULGAÇÃO



"É mais um indício na direção de o Banco Central se manter cauteloso" *Julia Gottlieb*

SP terá crédito para combater mudanças climáticas

Rafael Vazquez
De São Paulo

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, assina nesta quarta-feira, 5, Dia Mundial do Meio Ambiente, um decreto que criará um novo mecanismo para financiar projetos de mitigação das causas do aquecimento global e adaptações urgentes contra os efeitos das mudanças climáticas. A promessa é que o Finaclima SP, nome que será dado ao programa, funcionará como intermediador e conecte empresas, organismos multilaterais ou doadores com projetos sustentáveis que precisam de financiamento para sair do papel.

O novo mecanismo de financiamento vai operar separadamente do Desenvolve SP, a agência de fomento do governo paulista que já tem buscado priorizar empréstimos para iniciativas sustentáveis. Segundo a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) de São Paulo, Natália Resende, a maior parte dos recursos do Finaclima SP será captada na iniciativa privada e em organismos internacionais que estão com apetite para investir em soluções contra as mudanças climáticas.

"Muitas vezes temos projetos já bem estruturados, mas esbarramos na dificuldade financeira e orçamentária do Estado. O cenário fiscal é ruim não apenas em São Paulo, mas em todo o Brasil. Então, para acelerar a execução de ações de resiliência climática, montamos esse mecanismo para fazer o 'match' entre quem quer doar ou financiar um projeto baseado na natureza e quem precisa receber", explicou Resende.

Por ora, conforme antecipou, não há previsão de nenhum incentivo fiscal para quem vai emprestar ou doar dinheiro por meio do novo mecanismo. Segundo a secretária paulista do Meio Ambiente, a vantagem é que o Finaclima SP nascerá estruturado para dar a segurança jurídica necessária e garantir que os recursos sejam efetivamente empregados em ações ligadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Ela diz que não se trata de dar dinheiro ao governo e explica que um conselho técnico conduzirá as decisões até que seja definida uma entidade gestora da sociedade civil para cada projeto beneficiado.

Além disso, o modelo de governança permitirá que o mecanismo tenha regras diferentes para recursos originários de doações e empréstimos ou mesmo advindos de recursos públicos ou privados. Projetos que receberem via doação, por exemplo, não pagarão, enquanto outros que recebam por financiamento terão de pagar os empréstimos com juros e prazos, em geral, melhores do que encontram no mercado.

O conselho orientador, segundo Resende, será formado por oito integrantes, que serão representantes de entidades do setor produtivo, do setor financeiro, de organizações da sociedade civil e do setor acadêmico. Os membros serão voluntários e escolhidos por chamamento público que será lançado após a publicação do decreto do governo paulista na quarta-feira. Os selecionados deverão ter notória e relevante experiência nas áreas social e ambiental, conforme adianto a Semil.

"Com o Finaclima estamos estruturando um arcabouço legal adequado para a recepção segura de recursos privados", comenta Resende. "Com esse mecanismo o doador terá a confiança de que o projeto está alinhado às prioridades estaduais no combate às mudanças climáticas, baseadas em planos estratégicos robustos, e de que a aplicação dos recursos será feita por um agente com elevada expertise e capacidade técnica de acompanhamento dos resultados", acrescenta.

A prioridade do Finaclima, segundo a secretária, será financiar desde a restauração e a conservação de sistemas agrícolas biodiversos até soluções de infraestrutura natural e economia circular. Ou seja, pretende apoiar tanto ações de preservação da natureza para conter o aquecimento da temperatura como iniciativas de adaptação nas cidades para evitar que os eventos climáticos virem tragédias como aconteceu recentemente em São Sebastião, no litoral paulista.

"Estamos vendo as mudanças climáticas acontecerem e precisamos agir rapidamente e com qualidade. Queremos que o Finaclima seja um mecanismo adicional para nos ajudar a ter mais celeridade e colocar em prática projetos que muitas vezes ficam parados no nosso portfólio por falta de recursos", conclui a secretária, ressaltando que o mecanismo vai aplicar os recursos captados somente no Estado de São Paulo.

Com chuvas no RS, incerteza no país é a maior em mais de um ano

Do Rio

Com a tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul, o Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br), da Fundação Getulio Vargas (FGV), subiu 6,4 pontos em maio, para 112,9 pontos, o maior nível desde março de 2023 (116,7 pontos). "Também foi o maior avanço do indicador desde setembro de 2021 (11,8 pontos)", alertou Anna Carolina Gouveia, economista da FGV responsável pelo índice.

A técnica explicou que, além do desastre no Rio Grande do Sul, o avanço mais intenso do IIE-Br foi causado pelas dúvidas sobre o cenário fiscal brasileiro que surgiram no último mês.

"Mas a alta no mês, a intensidade e o potencial dessa alta foram mais associados ao que aconteceu no Rio Grande do Sul", explicou. "Hoje não sabemos os reais impactos [na atividade econômica] de perdas comerciais, de danos na infraestrutura [causados pelas chuvas]. Isso gera uma incerteza muito grande."

Outro aspecto lembrado pela especialista é o fato de que o desastre no Rio Grande do Sul também está fortemente ligado ao cenário fiscal brasileiro. Isso porque ainda não se sabe exatamente quanto custará reconstrução do Estado. Também não se sabe qual será exatamente o apoio, em recursos financeiros, do governo federal nesse sentido, frisou. Essa dúvida também ajudou a manter incerteza em patamar elevado no mês, notou ela.

Ao mesmo tempo, o mercado segue de olho na trajetória da taxa básica de juros (Selic) e na evolução dos juros nos EUA. No mês passado, o Banco Central brasileiro cortou a Selic em 0,25 ponto percentual, para 10,75% ao ano, sétimo corte consecutivo – mas de menor magnitude. Os anteriores tinham sido de 0,50 ponto percentual. A preocupação dos governos com a inflação, tanto aqui quanto no exterior, é vista com atenção pelo mercado.

Quando questionada se o IIE-Br poderia continuar a subir, ela foi cautelosa. Por um lado, os próximos resultados do indicador podem mostrar o mercado já ajustado ao que ocorre no cenário de juros e de inflação, nos mercados doméstico e internacional. Por outro a questão da tragédia do Rio Grande do Sul ainda deve receber atenção do mercado, bem como possíveis dúvidas no campo fiscal.

"O indicador pode voltar a ceder, mas vai demorar a voltar para o resultado de abril [106,5 pontos, mais próximo de 100 pontos]", disse. Na prática, ela não acredita em quedas fortes no índice nas próximas apurações. *(AS)*

Indústria e construção sustentam confiança empresarial em maio

Alessandra Saraiva
Do Rio

A indústria e a construção impulsionaram o Índice de Confiança Empresarial (ICE) da Fundação Getulio Vargas (FGV), que subiu 0,2 ponto em maio, para 95,8 pontos, maior resultado desde outubro de 2022.

Segundo Aloisio Campelo, economista da fundação responsável pelo índice, a boa performance na confiança nos dois setores contiveram, em parte, impacto negativo de comércio e de serviços no ICE do mês. Nesses dois últimos segmentos, os empresários se mostraram mais cautelosos, principalmente comércio. O humor dos varejistas foi afetado pela tragédia das chuvas no Rio Grande do Sul, informou ele.

De abril para maio, houve altas de 1,2 ponto na confiança tanto em indústria quanto em construção. Na indústria, Campelo não descartou possibilidade de a trajetória de corte na taxa básica de juros (Selic) ter favorecido o bom humor do setor.

O juro menor é boa notícia tanto para o empresário da indústria em busca de crédito quanto para compras no setor, disse. "A queda de juros foi uma 'lufada de bom humor' para o empresário de duráveis", disse. Ele lembrou que bens duráveis, de maior valor agregado, normalmente são comprados a crédito parcelado.

No caso de construção, a expansão na confiança do setor foi influenciado por diversos fatores favoráveis. Um deles é a retomada da mais forte do Minha Casa Minha Vida. Outro é a eleição neste ano. Normalmente, os municípios intensificam obras e construções em anos eleitorais, lembrou o especialista. Isso ajuda a aquecer atividade da construção.

Os aumentos nos patamares de confiança em indústria e em construção foram determinantes para inibir, em parte, impacto negativo no ICE das quedas nas confiança de serviços (-0,6 ponto) e de comércio (-4 pontos).

"O comércio com certeza foi afetado pelo que aconteceu no Rio Grande do Sul", disse Campelo. Ele comentou que notícias sobre tragédias inesperadas, a gerar prejuízos em varejo, costumam afetar o humor do empresariado do setor.

Quando questionado se o ICE teria condições de continuar a subir, o especialista comentou que, em seu entendimento, o indicador será influenciado por trajetória futura da economia. "A política monetária não vai ser mais tão 'estimulativa' quanto se pensava", disse o técnico. No mês passado, o Banco Central reduziu o ritmo de corte na taxa básica de juros (Selic).

Tributação Projeto de lei que regulamenta reforma trata do imposto de competência de Estados e municípios; valor será ressarcido ao governo federal com correção pela Selic

União vai financiar até R$ 3,8 bi para instalar comitê gestor do IBS

Reforma Tributária

Guilherme Pimenta, Jéssica Sant'Ana e Beatriz Olivon
De Brasília

O segundo projeto de lei que regulamenta a reforma tributária prevê que a União custeará, por meio de financiamento, as despesas necessárias à instalação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, de competência estadual e municipal), de 2025 a 2028, no valor de até R$ 3,8 bilhões. O valor será depois ressarcido aos cofres federais, corrigido pela taxa Selic.

O **Valor** teve acesso ao texto, que será detalhado nesta terça-feira (4) pelo secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, e precisará ser aprovado pelo Congresso Nacional para entrar em vigor. A Câmara dos Deputados trabalha para concluir a regulamentação da reforma ainda neste primeiro semestre e, recentemente, criou dois grupos de trabalho para analisar os textos.

Neste projeto de lei complementar são estabelecidos critérios para a instituição do Comitê Gestor do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), a distribuição federativa da receita e o contencioso administrativo do tributo. O primeiro, enviado ao Legislativo em abril, estabeleceu as diretrizes gerais do IBS, da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS) em mais de 300 páginas.

O custo para instalação do Comitê Gestor será de R$ 600 milhões em 2025, R$ 800 milhões em 2026, R$ 1,2 bilhão em 2027 e R$ 1,2 bilhão em 2028. De 2026 a 2028, os aportes mensais da União serão reduzidos em valor equivalente ao montante da receita do IBS destinada ao financiamento do Comitê Gestor, no mês anterior ao aporte. Durante esse período, o IBS já será apurado em fase de testes.

"Este modelo garante ao CG-IBS [Comitê Gestor do IBS] recursos necessários a sua instalação e funcionamento de 2025 a 2028, dando segurança jurídica para a realização de contratos, mas também reduz ou dispensa a necessidade de aporte de recursos da União a partir do momento em que houver o ingresso dos recursos do IBS destinados ao financiamento do Comitê Gestor", diz a exposição de motivos do projeto.

O Comitê Gestor do IBS terá seis instâncias. A instância máxima de deliberação será o Conselho Superior, composto por 27 membros representando cada Estado e o Distrito Federal e outros 27 membros, representando o conjunto dos municípios.

Projeto abre a Estados possibilidade de cobrar ITCMD sobre previdência privada

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO


Bernard Appy: decreto estabelece como será comite gestor do IBS

No caso dos municípios, 14 representantes serão eleitos com base nos votos de cada cidade, com valor igual para todos. Já os outros 13 serão eleitos com base nos votos ponderados pelas respectivas populações.

O texto também estabelece as regras para o processo administrativo tributário do IBS, com a definição de sua formação, tramitação e julgamentos, que serão realizados por meio de sistema eletrônico. O projeto também traz a previsão da possibilidade de adoção de procedimentos de solução consensual de controvérsias tributárias.

Hoje, como as leis do ICMS e do ISS são, respectivamente, estaduais e municipais, os órgãos julgadores também são locais e têm uma estrutura parecida com a que está prevista para as instâncias que vão julgar a validade de autuações fiscais do novo imposto.

São previstas a primeira instância e uma instância recursal, que serão organizadas por unidade estadual e distrital. A novidade em relação ao modelo de ICMS e ISS é a criação de terceira instância, de uniformização da jurisprudência.

O texto determina paridade de representação entre Estados e o Distrito Federal e o conjunto dos municípios e o Distrito Federal em todas as instâncias que compõem a estrutura de julgamento. O mandato dos julgadores será de dois anos, permitida a recondução. Na primeira instância, todos serão servidores de carreira.

A primeira instância será composta por 27 Câmaras de Julgamento virtuais. Cada uma delas vai julgar as autuações fiscais feitas em um dos Estados, assim como de seus municípios ou do Distrito Federal. A mesma divisão se aplica à segunda instância, mas nela haverá também a participação de representantes dos contribuintes, em modelo semelhante ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) — os representantes dos contribuintes serão nomeados entre pessoas indicadas por entidades representativas de categorias econômicas e aprovadas em processo seletivo público para avaliação de conhecimentos e de experiência em matéria tributária.

Já a instância de uniformização da jurisprudência será composta, em meio virtual, pela Câmara Superior do IBS, integrada exclusivamente por servidores de carreira do Estado, Municípios, ou do Distrito Federal.

O projeto também prevê a incidência de Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), imposto estadual, sobre os dois tipos de previdência privada aberta que existem no mercado. Porém, ficam excluídos da incidência os planos considerados como contratos de risco, ou seja, similares a seguros de vida.

O ITCMD é um imposto cobrado pelos Estados na transferência de bens e direitos para herdeiros. No caso dos planos de previdência fechada , há alguns Estados que cobram (como Rio e Minas) e outros que não. O tema está em análise pelo STF.

Queimadas colocam Pantanal sob alerta

Agência O Globo, do Rio

O clima é de alerta no Pantanal. Com chuvas abaixo das médias históricas desde o ano passado e a seca extrema impulsionada pelo El Niño, o bioma registrou neste ano um aumento de 898% no número de queimadas em comparação com o mesmo período de 2023. É o que aponta uma análise da ONG WWF-Brasil baseada em dados do Programa Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Com 880 focos de queimada, o valor acumulado nos primeiros cinco meses de 2024 é o segundo maior dos registros nos últimos 15 anos, ficando atrás somente de 2020, quando foram reportados 2.128 casos.

O cenário de seca severa no bioma preocupa ambientalistas, que ressaltam a possibilidade de aumento do número de incêndios de grande escala, comparáveis aos que devastaram 30% da área natural do bioma há quatro anos. No mês passado, foram registrados 246 focos de queimadas no Pantanal, contra 33 em maio de 2023. O estudo destaca que a preocupação se dá pelo fato de a temporada de seca ainda estar em seu início, uma vez que os incêndios no bioma se concentram entre os meses de agosto e outubro, com pico em setembro.

"Em 2020, tivemos aquele fogo catastrófico e as análises atuais mostram que os números estão muito parecidos com o que tínhamos naquele ano", alerta Cyntia Santos, analista de conservação da WWF.

INÊS 249

CONTEÚDO DE MARCA



Diane Lima, Criola e Priscilla Geremias em mesa sobre arte decolonial

Equidade de gênero na 10ª edição do Power Trip Summit

Evento organizado pela Marie Claire com grandes líderes mulheres propõe conversas sobre um futuro mais justo e acolhedor para as brasileiras

Por Camila Cetrone e Natacha Cortêz, de Belo Horizonte (MG)

“Hoje vivemos em uma era de policiamento constante, em que qualquer palavra, mesmo dita em tom de brincadeira, pode ser mal interpretada. Não temo a censura externa, judicial ou de qualquer outra natureza porque temos o artigo 220 da Constituição para nos proteger. O que me preocupa é a autocensura”, destacou a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, a única mulher com cadeira ativa na mais alta corte brasileira, na abertura do Power Trip Summit 2024, realizado em Belo Horizonte entre os dias 26 e 28 de maio. “Essa é a verdadeira ameaça à nossa liberdade de expressão”, complementou. O evento, o principal encontro de líderes mulheres do Brasil, é promovido pela Marie Claire e chega à sua décima edição com uma programação que se propõe a analisar, com influentes vozes femininas em atividade no país, qual é o avanço das brasileiras nas mais diferentes áreas, como política, negócios, pauta climática, produção acadêmica, artes, beleza e tecnologia. “Mulheres nunca foram tão independentes em suas escolhas, nem tão fortes financeiramente. Nós somos protagonistas de uma série de mudanças sociais, especialmente no Brasil. Mas ainda há muito o que avançar. Este evento, que guarda a essência do jornalismo feminino, nasceu para isso”, diz Maria Rita Alonso, diretora de redação de Marie Claire.

Com o tema “Visionárias”, o Power Trip Summit 2024 foi realizado no Hotel Fasano Belo Horizonte e contou com o patrocínio master do Banco do Brasil, patrocínio de L’Oréal Paris, Vivo e Dove, apoio de Magalu, Musquée, Mastercard, Liftera e MSD, parceria educacional da MUST University, apoio institucional do Instituto Inhotim, participações de Oshadi e Dior e parceria editorial da Pantys e da Netflix. “A luta pelos direitos das mulheres está no DNA da Marie Claire. São 87 anos unindo mulheres do mundo inteiro ao redor dessa causa”, diz Daniela Tófoli, diretora editorial das marcas segmentadas da Editora Globo. “Este é um evento que carrega os valores mais representativos da marca e que sempre nos conecta a grandes parceiros comerciais e a grandes mulheres que estão de olho no futuro sem esquecer a conexão com os avanços conquistados.”

A programação foi dividida em 18 painéis, uma performance artística e uma visita guiado ao Instituto Inhotim, que aconteceu na terça-feira (28) - foi a primeira vez que o museu abriu exclusivamente para receber um grupo nesse dia da semana. O evento contou com mais de 100 participantes que, em suas vidas e carreiras, assumem o compromisso de antecipar futuros e estão comprometidas com a luta por equidade em seus mercados. Em entrevista a Maria Rita Alonso, na abertura do evento, Cármen Lúcia abordou a necessidade da regulamentação da Inteligência Artificial – preocupação que terá de enfrentar com mais força ao tomar posse da presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) neste junho. Também alertou para o risco de termos menos mulheres candidatas nas eleições municipais de outubro, devido ao discurso de ódio e aos ataques misóginos que se multiplicam nos meios digitais. “Não podemos deixar a representatividade feminina na política brasileira diminuir. É hora de reagir e avançar”, completou a ministra.

Em seguida, subiu ao palco do Power Trip Summit Tarciana Medeiros, presidenta do Banco do Brasil. Medeiros é paraibana, negra e declaradamente lésbica, e a primeira mulher na história a chefiar a segunda marca mais valiosa do país. “Sou uma referência para que mulheres que querem chegar ao topo olhem e se vejam nesse lugar. Por meio dos meus passos, muitas mulheres têm planejado suas carreiras no banco.” Ela lembra que entre suas principais ações desde que assumiu o comando do banco está a criação de políticas de aceleração de lideranças femininas e de raça, além do estabelecimento de compromissos globais com a sustentabilidade e a diversidade. Mas não é só isso. Tarciana afirmou que está batendo as metas financeiras propostas pelo banco durante a sua gestão e, mesmo assim, ainda tem sua capacidade questionada por ser mulher. “Fui agredida e hostilizada na rua. Mas pensa: mesmo entregando o maior resultado do sistema financeiro, tornando o Banco do Brasil a segunda marca mais valiosa do Brasil, fazendo gestão de 125 mil colegas, 90 empresas, com ações que valorizaram 80% em um ano [é a maior valorização de uma empresa no sistema financeiro e na bolsa em um ano], é necessário se provar todos os dias”, desabafou a presidenta, tão à vontade em uma plateia só de mulheres que encerrou sua participação no palco recitando um cordel.

18 PALESTRAS, ENTREVISTAS AO VIVO E MESAS DE CONTEÚDO

38 HORAS DE PROGRAMAÇÃO INCLUINDO UMA VISITA GUIADA EXCLUSIVA AO INHOTIM

12 MARCAS ENVOLVIDAS

+ DE 100 PARTICIPANTES

33 SPEAKERS

+15 MM DE IMPACTOS

DIVERSIDADE EM PAUTA

O evento ainda colocou ênfase nas mudanças climáticas e na maior ocorrência de eventos extremos, como a tragédia que abateu o Rio Grande do Sul. Nesse momento, ouviram-se as empreendedoras sociais e ativistas Vanda Witoto e Kamila Camilo, que criticaram a postura do poder público. “Esses desafios são resultado de nossas escolhas políticas. É o fruto que colhemos da política contra direitos, sobretudo de povos originários, que reflete na degradação do meio ambiente”, afirmou Witoto. “A primeira coisa que estamos fazendo errado é ignorar a ciência. O negacionismo brasileiro é mais sofisticado porque flerta com o racismo estrutural, que negamos de forma discreta”, acrescentou Camilo. Racismo e branquitude foram levados ao palco pela psicóloga e pesquisadora Cida Bento e pela historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, entrevistadas pela editora-chefe de Marie Claire, Natacha Cortêz. “As questões de diversidade e inclusão vivem momento de ataque, mas não vamos reverter. Como pessoas brancas, devemos entender que estamos convocadas para essa luta por justiça e cidadania”, disse Schwarcz.

Outra consequência da estrutura racista é o impacto na autoestima e autoimagem de pessoas negras, algo que a atriz Zezé Motta viveu na pele. “Sofria de um processo de embranquecimento desde a adolescência. Queria ser amada e aceita. Alisava o cabelo, pensava em afinar o nariz e diminuir meu bumbum. É um alívio muito grande isso ter passado”, confidenciou a atriz para uma plateia emocionada. Parte de seu processo de construção de amor próprio veio ao presenciar, pessoalmente, as mulheres negras nos Estados Unidos diante do movimento Black is Beautiful, e ao ter aulas com a grande filósofa brasileira Lélia Gonzalez, fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU).

Além de Zezé Motta, Paolla Oliveira também foi vítima de ataques sobre seu corpo na internet. Depois da repercussão, ela se tornou uma voz desta questão e assumiu publicamente o compromisso de não editar ou usar filtros em suas fotos. “Cheguei ao ponto de pedir para devolver meus volumes, minha perna, minhas dobrinhas. Estou muito satisfeita em não precisar me modificar”, afirmou em mesa ao lado da diretora de marketing da Unilever, Andreza Graner. Para encerrar o segundo dia do evento, Mariana Ximenes subiu ao palco acompanhada de Débora Falabella, Andreia Horta e Bianca Comparato. As quatro atrizes têm um projeto de sarau de poesia, o Cara Palavra, e prepararam uma apresentação especial para falar de irmandade feminina. Nela, leram cartas que mulheres escreveram para suas amigas – como uma de Fernanda Montenegro para Clarice Lispector em 1968, em meio à ditadura militar.

INHOTIM EXCLUSIVO

Na terça-feira (28), o grupo seguiu para Inhotim, onde contemplou galerias e exposições assinadas por grandes artistas mulheres, como Adriana Varejão. O ponto alto da visita ficou por conta das informações dadas por Júlia Rebouças, diretora artística do Inhotim, que explicou o conjunto da obra de cada artista. O roteiro por Inhotim ainda contou com a presença da presidente do museu, Paula Azevedo, a primeira mulher à frente da instituição. Por fim, no trajeto entre a capital mineira e Brumadinho, onde está situado Inhotim, mais uma surpresa: em parceria com a Netflix, Marie Claire exibiu uma entrevista exclusiva com a atriz irlandesa Nicola Coughlan, que protagoniza a quarta temporada da série Bridgerton.

CONFIRA TUDO O QUE ACONTECEU NO EVENTO ATRAVÉS DO QR CODE:



FOTOS: AYRA MENDES/BRUNA BRANDÃO

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

COM A PALAVRA, ELAS

Power Trip Summit é local de encontros inesquecíveis e declarações potentes. Ali, mulheres marcam o tempo contando suas trajetórias inspiradoras e aprendizados. Algumas das frases que foram ditas no palco:







MARIA HOMEM, psicanalista e pesquisadora

"Quisemos tanto ir para o espaço público que simplesmente fomos, fizemos tudo e não obrigamos os homens a irem para o espaço privado porque eles não queriam. Na verdade, eles queriam só defender o espaço público. Temos que botar essa homarada para exercer funções de cuidado, mas eles não estão afim de fazer o trabalho mais barato do mercado. Não é para achar que está ajudando, é fazer mesmo"



LILIA SCHWARCZ, historiadora e antropóloga

"As questões de diversidade e inclusão vivem momento de ataque, mas não vamos reverter. Branquitude não é categoria de acusação nem normativa, mas, diferente de negritude, não é uma categoria de autoafirmação. O que podemos fazer como pessoas brancas é entender que estamos todos convocados e convocadas para essa que é uma luta por justiça e cidadania"



CÁRMEN LÚCIA, ministra do Supremo Tribunal Federal (STF)

"Não podemos deixar a representatividade feminina na política brasileira diminuir. É hora de reagir e avançar"



ANDRÉIA SADI, jornalista

"A política é dominada por homens em todas as esferas, e eles não têm interesse em promover políticas de inserção porque têm interesse na manutenção das hierarquias. Ninguém vai dizer isso em lugar nenhum, mas, no fundo, querem que homem continue mandando e mulher obedecendo"



CIDA BENTO, psicóloga e pesquisadora

"A ancestralidade negra nas lideranças das instituições faz diferença. Mesmo o branco mais sensível tem uma histórica trajetória de um olhar branco. Às vezes o medo de quem está no lugar de privilégio se explicita mais, mas é justamente porque nossa voz está sendo usada não só para mudar os perfis, mas as concepções"



TARCIANA MEDEIROS, primeira presidenta mulher do Banco do Brasil

"Gosto de falar 'presidenta' para gerar discussão. Nunca tive medo de ser CEO do Banco do Brasil. Desde o dia em que tomei posse, meu nome já era 'pronta'"



VANDA WITOTO, líder indígena e empreendedora social

"O Congresso do nosso país continua fragilizando mecanismos de proteção ambiental. A questão climática é uma questão política, e é importante elegermos pessoas comprometidas com essa pauta"



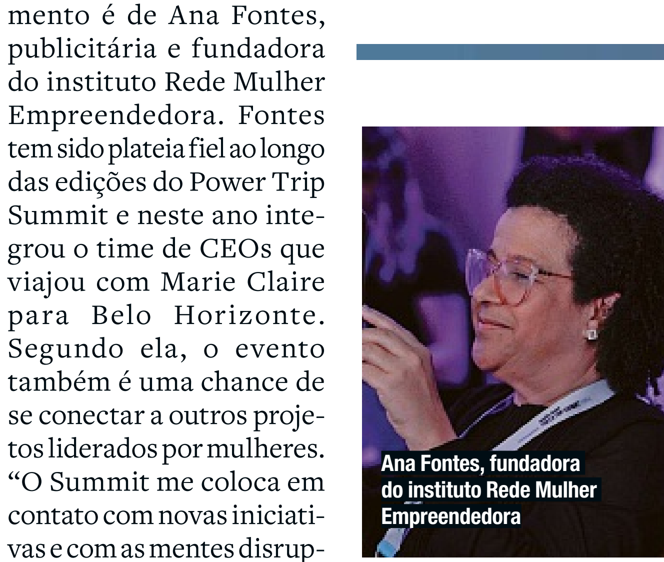
PAOLLA OLIVEIRA, atriz

"O mundo nos valoriza não pelo que somos, mas pela nossa aparência. Mulheres perdem oportunidades em várias áreas por conta disso. Mas ninguém pode tirar nossa potência por causa da nossa aparência"

A REAÇÃO DAS CEOS

Na plateia e no palco do evento, mulheres poderosas, que têm a caneta na mão e ajudam a desenhar o presente e futuro do Brasil. Aqui, elas dividem suas impressões sobre os três dias de imersão e dizem o que mais as tocou.

"Foi realmente incrível, conteúdo potente e nas vozes das mais diversas mulheres. Como sempre, volto para casa cheia de ideias e com muita vontade de colocá-las em ação." O depoimento é de Ana Fontes, publicitária e fundadora do instituto Rede Mulher Empreendedora. Fontes tem sido plateia fiel ao longo das edições do Power Trip Summit e neste ano integrou o time de CEOs que viajou com Marie Claire para Belo Horizonte. Segundo ela, o evento também é uma chance de se conectar a outros projetos liderados por mulheres. "O Summit me coloca em contato com novas iniciativas e com as mentes disruptivas por trás delas."





Ana Fontes, fundadora do instituto Rede Mulher Empreendedora



Maíra Matta, diretora de L'Oréal Paris no Brasil



Giulianna Carbonari, presidente da MUST University



Sheila Makeda, CEO da Makeda Cosméticos.

Já para Maíra Matta, diretora da marca L'Oréal Paris no Brasil, estar no Power Trip Summit oferece para a marca a oportunidade de fortalecer sua visibilidade entre formadores de opinião e criar associações positivas com temas de relevância social, como igualdade de gênero e empoderamento feminino. "O slogan 'Porque você vale muito' reflete a filosofia da L'Oréal Paris de valorizar e empoderar as mulheres. Participar de um evento como o Power Trip Summit reforça essa mensagem, demonstrando nosso compromisso em apoiar e inspirar mulheres a se sentirem confiantes e valorizadas em todas as áreas de suas vidas." Matta também esteve no palco do evento ao lado da atriz e cantora Zezé Motta e da escritora e comunicadora Cris Pàz.

"Marie Claire tem tradição com inovação, o mesmo que a MUST, e é isso o que nos une. Busco colaboração com marcas que fazem a diferença na vida das mulheres. A experiência que encontrei no Power Trip Summit foi única", disse Giulianna Carbonari Meneghello, presidenta da MUST University, que levou ao palco uma conversa sobre empreendedorismo e a importância da formação acadêmica para mulheres.

"O evento nos leva a uma escuta com profundidade e nos proporciona uma troca de experiências linda. Cada abraço, palavra e olhar trocado nos faz refletir, nos conforta e nos lembra de que não estamos sós", disse Sheila Makeda, CEO da Makeda Cosméticos.



"Na Vivo, assim como no Summit, gostamos de ser aquela marca que faz ações provocativas. Então nos deparamos com o dado de que apenas 4% do noticiário de esportes é sobre as mulheres. E então pensamos: como trabalhar esse problema pela ótica da tecnologia? É preciso colocar o dedo na ferida, temos que falar sobre esta dor nas nossas narrativas", disse Sabrina Romero, gerente sênior de marketing da Vivo, em mesa sobre a representatividade feminina no esporte, que também contou com a presença de Fernanda Garay, medalhista olímpica no vôlei.



"A possibilidade de troca é o que mais mexe comigo no Power Trip Summit. Ouvir diferentes mulheres, de diferentes lugares, acrescenta demais para o meu pensamento de marca", disse Andreza Graner, diretora de marketing da Unilever. Junto a Paolla Oliveira, Graner levou ao palco os últimos movimentos da Dove em sua campanha sobre beleza real.



"Há alguns anos o Magalu está com a Marie Claire no Summit. Esta é uma parceria que sempre nos engrandece como empresa", afirmou Silvia Machado, CMO do Magalu. No palco, a executiva relembrou o episódio em que uma funcionária da empresa foi vítima de feminicídio e compartilhou iniciativas da companhia para incentivar a diversidade e proteger as mulheres.

FOTOS: AYRA MENDES/BRUNA BRANDÃO

INÊS 249

Judiciário Discurso contra práticas de desinformação marca a posse na presidência da corte eleitoral

Cármen Lúcia no TSE: mentira digital é ‘fabricada para destruir liberdades’

Isadora Peron, Mariana Assis, Caetano Tonet e Fabio Murakawa
De Brasília

Com um duro discurso contra a disseminação de desinformação, a ministra Cármen Lúcia tomou posse ontem como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em seu pronunciamento como chefe da Corte — cargo que ocupa pela segunda vez na carreira —, a magistrada afirmou que a mentira digital é “fabricada para destruir liberdades” e prometeu combater informações falsas. Ela também defendeu que “contra o vírus da mentira, há o remédio eficaz da liberdade de informação séria e responsável”.

Cármen será responsável por comandar o TSE durante as eleições municipais de outubro, que terá como desafio o uso da inteligência artificial pelos candidatos. Ela terá como vice o ministro Kassio Nunes Marques, que também tomou posse ontem. A ministra assume a posição que era ocupada por Alexandre de Moraes, que deixará o tribunal e será substituído no plenário por André Mendonça.

A cerimônia foi acompanhada por cerca de 300 convidados, incluindo os chefes dos três Poderes. Estavam na solenidade o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), além do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso. Outros integrantes da Corte, como o decano Gilmar Mendes, também foram ao ato.

“A mentira espalhada pelo poderoso ecossistema digital das plataformas é um desafio tirânico contra a integridade das democracias. É um instrumento de covardes e de egoístas”, disse Cármen Lúcia.

Para a ministra, estamos todos mais vulneráveis hoje do que em qualquer outro momento da história a esse mal e o “único caminho para superar o estado de desconfianças forjadas por telas é nos responsabilizarmos pelos nossos direitos tão duramente conquistados”.

A nova presidente do TSE afirmou ainda que, sob o seu comando, “a mentira continuará a ser combatida”. “A mentira amolece a humanidade porque planta o medo para colher a ditadura, individual ou política.”

Segundo a ministra, as “fake news” propagadas nas redes sociais “alimentam a indústria, enricando seus donos”, o que dificulta a ação responsável das pessoas. “A mentira é um insulto à dignidade do ser humano, um obstáculo para o exercício pleno das liberdades.”

Ela lembrou que, mais uma vez, haverá eleições livres e democráticas no Brasil, e alertou para o efeito nocivo do discurso de ódio.

“O que distingue esse momento da história é o ódio e a violência, agora instrumentos utilizados por antidemocratas para garrotear as liberdades, contaminar escolhas e aproveitar-se do medo como vírus a adoecer, pela desconfiança, as relações, dominando cidadãs e cidadãos. Assim, o dono do vírus produz o próprio ganho político, econômico, financeiro, social e eleitoral. O algoritmo do ódio, invisível e presente, senta-se à mesa de todos”, discursou.

A nova presidente do TSE também defendeu que “contra o vírus da mentira, há o remédio eficaz da liberdade de informação séria e responsável”. “O preço pago para ceder ao medo e aos ódios é a nossa liberdade. Pregase falsa unanimidade em bolhas, como se fosse igualdade.”

Em seu discurso, Cármen Lúcia também fez um agradecimento a Moraes. Segundo ela, a atuação dele à frente do TSE foi determinante para a realização de eleições presidenciais de 2022. “Não ter tido êxito aquela empreitada criminosa foi tarefa de muitos. Com destaque que ficará para sempre registrado à atuação firme do ministro Alexandre de Moraes. Muito obrigada como cidadã e como juíza”, afirmou.

Ela também fez um cumprimento ao presidente Lula e lembrou que foi ele o responsável por indicá-la ao cargo de ministra do Supremo, há 18 anos.

O trabalho da ministra no combate à desinformação foi destacado por autoridades. Ao passar a presidência à colega, Moraes afirmou que a ministra garantirá eleições “livres, seguras e transparentes”. Apontou ainda que ela é uma das pessoas que mais lutaram para garantir a participação das mulheres na política e tem atuado firmemente no combate à fraude à cota de gênero. “Uma histórica defensora do Estado democrático de direito.”

Antes da posse, Barroso também manifestou apoio à ministra. Pelas redes sociais, ele destacou que Cármen tem “experiência e conhecimento” para conduzir o tribunal nas eleições municipais deste ano. O magistrado também parabenizou Moraes pelo “trabalho corajoso” na condução das eleições de 2022.

Chefe do Ministério Público Eleitoral (MPE), o procurador-geral da República, Paulo Gonet, destacou que, com a nova presidente do TSE, a “formação da vontade do eleitor não será corrompida por qualquer que seja o meio”, em uma referência a novas tecnologias, como a inteligência artificial.

> “Contra o vírus da mentira, há o remédio da liberdade de informação” *Cármen Lúcia*

WILTON JÚNIOR/ESTADÃO CONTEÚDO



A ministra Cármen Lúcia durante a cerimônia de sua posse na presidência do TSE; integrante também do STF, ela vai comandar as eleições de outubro

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA GLOBO



Alexandre de Moraes (à direita), que se despediu do TSE, conversa com Rodrigo Pacheco e o presidente Lula

Discurso cita ‘mentira’ 15 vezes e frustra aposta em brandura

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

Quem esperava que a ministra Carmen Lúcia assumisse o Tribunal Superior Eleitoral com uma postura mais branda do que aquela de seu antecessor, ministro Alexandre de Moraes, foi desenganada por seu discurso de posse. Cotejado com aquele de Moraes, em setembro de 2022, o de Carmen Lúcia foi ainda mais contundente. A brevidade de uma fala de apenas 12 minutos não a impediu de citar “mentira”, por 15 vezes, e, por seis, “ódio”. “A mentira espalhada pelo ecossistema digital é um desaforo tirânico contra integridade da democracia”, disse.

Sem deixar de agradecer, “como cidadã e juíza”, a contribuição de Moraes para a garantia da democracia brasileira, não teve dúvida em interromper o ministro quando do ele, ainda na presidência do TSE, quis convidar o diretor-geral do tribunal a lhe dar o termo de posse antes que Carmen Lúcia cumprisse a formalidade de declarar que aceitava o cargo.

Mencionada, por Paulo Gonet, procurador-geral eleitoral, como a primeira presidente do TSE a conduzir uma eleição sob a lei da Ficha Limpa, Carmen Lúcia estava sentada ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, barrado pela mesma lei na disputa de 2018. No discurso, agradeceu a nomeação ao STF que lhe permitiu estar ali.

O ministro Raul Araújo, que a saudara, falara da expectativa de que Carmen Lúcia promovesse a pacificação da justiça eleitoral, mas não foi isso que seu discurso sugeriu. A ministra foi buscar em Rui Barbosa (“Não há salvação para juiz covarde”) e na inconfidente mineira Hipólita Jacinta (“Quem não pode com as coisas não se meta com elas”) a resposta para quem espera um TSE mais retraído.

A fala de Carmen Lúcia demonstrou uma contundência mais editada do que aquela de Moraes. Duas semanas antes da posse, o ministro que deixa o TSE e a colega que o substitui deram uma “palhinha” da mudança de tom que está por vir com a troca de comando na Corte. O evento aconteceu na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, onde são colegas.

Estava em pauta o processo em que a deputada Carla Zambelli (PL-SP) é acusada de ter tentado inserir um suposto mandado de prisão de Alexandre de Moraes contra si próprio no sistema do Conselho Nacional de Justiça. Numa cambalhota vernacular, Carmen Lúcia definiu o intento como “desinteligência natural”. Ao que foi atalhada pelo ministro que, depois de elogiar a educação da colega, despiu-se da sua: “Foi burrice mesmo”.

A decisão de Moraes, a despeito das pressões do PT de manter o horário da votação do segundo turno no Nordeste, afetado pelo bloqueio das estradas promovido pela ala bolsonarista da Polícia Rodoviária Federal, foi sua decisão mais acertada no TSE. Tratava-se de uma armadilha para jogar o tribunal no enrosco da convocação de uma nova e imprevisível eleição.

Se Moraes marcou sua atuação por aquela decisão, Carmen Lúcia, a julgar por seu discurso, não será menos contundente nas decisões relativas à retirada de conteúdos e perfis que caracterizaram o embate do ministro com as plataformas de redes sociais.

A gestão de Moraes, que tomou posse uma semana depois do ato da Faculdade de Direito do Largo de S. Francisco, ápice da defesa do Estado democrático de direito durante a campanha de 2022, teve no ex-presidente Jair Bolsonaro a personificação do embate. A retirada do ex-presidente do jogo eleitoral permitirá que a ministra eleja o instrumento de seu campo político, a desinformação nas redes sociais, como o foco de sua atuação.

Moraes deixa o TSE depois de fazer do tribunal palco de recuos como aquele que sacramentou a absolvição do senador Sergio Moro (União-PR), decisão que, a despeito de ter sido colegiada e unânime, chegou na medida para amenizar a lida persecutória que marca a imagem do ministro

É no Supremo Tribunal Federal, Corte em que ocupam a mesma turma, e não no TSE, que os dois ministros podem vir a se debruçar sobre a decisão de repercussões mais perenes do TSE sob a gestão Moraes, a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Se o ex-presidente americano Donald Trump vier a disputar – e ganhar – a eleição para voltar à Casa Branca, a despeito de suas 34 condenações, aumentará muito a pressão sobre o Congresso brasileiro para a votação de uma anistia, cujos efeitos só o STF teria possibilidade de sustar.

Pacheco admite necessidade de debate sobre PEC das Praias

Caetano Tonet
De Brasília

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou nesta segunda-feira (3) que a proposta de emenda à Constituição (PEC) que transfere a propriedade dos terrenos de marinha da União para Estados, municípios e proprietários privados não será pautada “do dia para a noite”.

Pacheco reconheceu que o tema é polêmico e precisa de um amplo debate no Senado. “O que eu digo como presidente do Senado é que nós vamos ter toda a cautela com o tema dessa natureza. Primeiro porque envolve uma alteração constitucional, segundo porque é um tema, de fato, que gerou grande repercussão, grande polêmica e é preciso entender em relação ao mérito dele”, declarou Pacheco.

Nesta semana, segundo Pacheco, deve ser votado um requerimento de autoria do senador Fabiano Contarato (PT-ES) para a realização de uma audiência pública no plenário do Senado para debater a PEC.

“De nossa parte, haverá toda a cautela, prudência e um amplo debate com a sociedade e com o segmento que desejem debater esse tema, inclusive no plenário do Senado Federal”, pontuou Pacheco.

Sob a relatoria do senador Flavio Bolsonaro (PL-RJ), o assunto está sendo debatido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e gerou polêmica depois que influenciadores e artistas passaram a polarizar sobre o assunto nas redes sociais. O projeto também não é prioridade na CCJ, segundo interlocutores do senador Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do colegiado.

O ponto mais polêmico da medida é a possibilidade de transferência de terrenos costeiros à iniciativa privada, o que viabilizaria, na prática, uma “privatização” de praias. A medida também é criticada por especialistas em meio ambiente, que destacam a importância da gestão costeira e da manutenção de áreas de preservação permanente em um momento de elevação da temperatura global e do nível dos oceanos.

Alguns parlamentares defendem que a mudança é necessária para evitar prejuízos financeiros aos municípios. Já outros, como o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmam que isso aumentará a especulação imobiliária, o que pode trazer impactos parecidos com as enchentes no Rio Grande do Sul. Ambientalistas têm alertado que a aprovação pode ainda comprometer a biodiversidade.

valor.com.br
A coluna de Andréa Jubé voltará a ser publicada no dia 25 de junho
www.valor.com.br

Executivo Governo admite dificuldades por Congresso conservador e Centrão ainda cobra mudança

Lula faz mea culpa e quer atuar na articulação

Renan Truffi, Fabio Murakawa e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Uma semana após sofrer uma série de derrotas no Congresso Nacional, o governo Luiz Inácio Lula da Silva resolveu adotar discurso contemporizador sobre os seguidos revezes. Responsável pela articulação política do governo, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT-SP), disse ontem que as votações "não surpreenderam" e deu a entender que o resultado tem relação apenas com o perfil "conservador" do Parlamento. Apesar disso, a portas fechadas, Lula fez uma espécie de mea culpa e se colocou à disposição da equipe para fazer os "movimentos necessários" nas votações importantes, em uma sinalização de que se envolverá mais na articulação política.

Padilha falou à imprensa sobre o assunto justamente depois de se reunir com Lula e os líderes do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e no Congresso Nacional, Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP). O encontro aconteceu no Palácio do Planalto e foi convocado para que a equipe política discutisse os fracassos registrados na semana anterior, durante votação dos chamados vetos presidenciais.

Na coletiva, Padilha minimizou as derrotas e disse que o governo federal precisa encarar a realidade de que o Congresso é majoritariamente conservador. "O central das duas sessões do Congresso era impedir a desorganização do Orçamento público", disse o ministro, ao dar a entender que esse objetivo teria sido alcançado pelo Executivo. "Temos de encarar a realidade: o Congresso tem posição conservadora em temas como a saidinha. Nada do que aconteceu no Congresso surpreendeu a articulação política do governo", acrescentou Padilha.


FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

Padilha adota tom contemporizador sobre revezes no Congresso, mas ouve cobrança do presidente por defesa de pautas do interesse do governo

Apesar do tom ameno usado pelo ministro Alexandre Padilha em público, o **Valor** apurou que, no encontro, o presidente da República admitiu responsabilidade pelo fiasco governista. Segundo fontes, Lula se colocou "à disposição" para ajudar a coordenação política em votações cruciais.

Um exemplo usado pelo presidente seria conversar com os chamados "ministros de bancada", que ocupam seus postos por indicação dos partidos no Congresso, como Juscelino Filho (Comunicações, do União Brasil), Celso Sabino (Turismo, União Brasil), André Fufuca (Esportes, do PP) e Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos, do Republicanos). Nesse sentido, Lula teria assumido, na reunião, que poderia ter feito essas conversas na semana passada, a fim de manter seu veto ao fim das chamadas "saidinhas" dos presídios, que acabou derrubado em sessão conjunta do Congresso.

> "Temos de encarar a realidade: o Congresso Nacional tem posição conservadora"
> *Alexandre Padilha*

No início da reunião, por outro lado, Lula cobrou José Guimarães por ter defendido, em entrevista à "Folha de S.Paulo", na semana passada, mudanças na Esplanada dos Ministérios. Na ocasião, Guimarães disse que "se estivesse tudo bem [no governo], o Lula estaria com aprovação de 80% no Congresso". Procurado, Guimarães negou mal-estar com o presidente.

Também como reflexo das derrotas no Congresso, Lula sinalizou que, a partir de agora, deve fazer uma reunião com os líderes do governo no início de toda semana, como forma de tentar evitar um distanciamento entre Palácio do Planalto e Parlamento.

Por fim, o presidente ainda orientou seus líderes a "negociar" e a "marcar posição" sobre as pautas caras ao governo e ao PT, ainda que tenham poucas chances de prosperar, como era o caso da votação em torno de "saidinhas", um dos temas nos quais a gestão petista amargou derrota. O outro principal revés da semana passada foi a manutenção do veto do então presidente Jair Bolsonaro (PL) à Lei de Segurança Nacional (LSN), o que, na prática, dificulta a criminalização da divulgação de notícias falsas nas eleições.

No Congresso, o tom condescendente de Padilha foi avaliado negativamente por líderes do Centrão, que voltaram a cobrar uma mudança de postura, com uma articulação mais azeitada do Executivo junto ao Legislativo.

Para os expoentes do bloco parlamentar, o ministro das Relações Institucionais não quer reconhecer falhas na articulação.

Ainda que o resultado das votações tenha sido dentro do esperado, há a leitura no Parlamento de que o governo tem falhado no corpo a corpo e segue deixando a desejar no atendimento das demandas dos parlamentares.

O grupo aliado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), admite que melhorias foram implementadas após uma sucessão de críticas a Padilha. Ainda assim, destacam que o cenário está longe do ideal para um governo que sabe de uma maioria conservadora na composição do Congresso Nacional.

Líderes do Centrão acreditam que a situação é reversível, mas sinalizam que a situação pode piorar caso "o governo continue jogando parado".

Por isso, eles desenham que o ambiente político ficará mais favorável apenas quando integrantes do Executivo "levarem a sério" a necessidade de encabeçar uma articulação "mais sofisticada e bem azeitada".

A discussão sobre a articulação no Legislativo ocorre às vésperas de outra votação importante para o governo, o projeto que institui o programa automotivo Mobilidade Verde e Inovação (Mover). As negociações giram principalmente em torno de uma emenda que inseriu no texto a exigência de um percentual mínimo de conteúdo local nas atividades de exploração de petróleo. Ontem, após a reunião com líderes, Alexandre Padilha afirmou que Lula vetará esse trecho da proposta, caso a medida avance no Senado. Se isso ocorrer, a decisão do presidente poderá ser referendada ou derrubada pelo Congresso.

INÊS 249

Congresso Legalização de cassinos deve voltar à pauta da CCJ do Senado, sem consenso

Projeto que regulamenta jogos no país divide base e oposição

Caetano Tonet e Julia Lindner
De Brasília

A discussão do projeto de lei (PL) que regulamenta cassinos, bingos e o jogo do bicho no Brasil divide senadores da base governista e da oposição. Apoiada pela maioria dos líderes do Centrão, a matéria encontra forte resistência na bancada evangélica. A proposta deve retornar à pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta quarta-feira (5). Diante do impasse, a expectativa é que seja concedido um pedido de vista (mais tempo para os parlamentares analisarem o texto).

O senador Davi Alcolumbre (União-AP), presidente da CCJ, garante que a proposta será votada antes do recesso parlamentar, marcado para 15 de julho. "Tem que votar antes (do recesso). Essa matéria está aqui há mais de um ano", afirmou ao **Valor**.

Em meio à pressão da bancada evangélica, Alcolumbre já retirou o texto de pauta em duas oportunidades com a justificativa de que o relator, senador Irajá (PSD-TO) não estava presente. Ao **Valor**, o presidente da CCJ disse que não descarta indicar um novo parlamentar para a relatoria caso Irajá não compareça à próxima reunião do colegiado.

A posição de Alcolumbre quanto ao avanço da proposta é a mesma do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e ambos são favoráveis à proposta. "Considero um projeto importante, meritório e sou a favor", declarou Alcolumbre, que nos bastidores tem bancado o avanço da matéria.

Contrário à proposta, o senador Marcos Rogério (PL-RO) reconhece que Alcolumbre é favorável ao projeto, mas diz que o presidente da CCJ está sabendo conduzir os trabalhos no processo de deliberação. "O Davi se comprometeu a votar, mas não está atropelando o processo", afirmou o senador.

O principal argumento dos parlamentares favoráveis ao projeto está no potencial arrecadatório com a regulamentação dos cassinos. Em seu parecer, o senador Irajá estima que o mercado de jogos de azar no Brasil movimentou pelo menos R$ 15 bilhões em 2023, valor que, segundo ele, pode ultrapassar R$ 30 bilhões por ano.



Davi Alcolumbre: o presidente da CCJ do Senado assegura que a proposta sobre jogos será debatida e votada antes do recesso parlamentar do mês de julho

Apesar do argumento de aumento na arrecadação, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), reconhece que o assunto divide a base governista. "Eu não tenho até agora uma posição definitiva de governo. Se for olhar, quem tem a cabeça na Fazenda vai dizer que vai gerar arrecadação", pontuou.

O **Valor** apurou que o ministério da Fazenda acompanha de perto a discussão, mas, até o momento, não pretende se posicionar.

Para o senador oposicionista Dr. Hiran (PP-RO) a regulamentação dos cassinos no país tem um potencial enorme na geração de empregos e por isso deve priorizar áreas em desenvolvimento.

> "Davi [Alcolumbre] se comprometeu a votar mas não atropela o processo"
> *Marcos Rogério*

"Cassinos são um investimento privado e que gera muito emprego no setor de serviços e entretenimento. As áreas que têm cassinos no mundo, como Las Vegas, ganham muito mais com entretenimento do que com jogo", argumentou o senador.

A Frente Parlamentar Evangélica tem liderado o movimento para barrar o avanço da proposta e conta com o apoio de parlamentares da base do governo, como Eliziane Gama (PSD-MA), e Zenaide Maia (PSD-RN). Ontem, o senador governista Humberto Costa (PT-PE), afirmou já ter sido a favor da proposta, mas mudou de posição.

"Eu, em algum momento, ainda fui favorável à ideia de cassino em algumas estâncias, lugares turísticos e tal, mas eu confesso que hoje não sou mais a favor disso", disse o senador, citando pontos como a preocupação com a saúde mental como consequências negativas. "Eu espero que o governo não apoie essas proposições, porque vem um discurso: 'Não, mas o governo vai arrecadar mais, esse dinheiro está se perdendo". E o custo que isso tem, não é? É um custo social, é um custo da saúde mental das pessoas."

Para o senador Eduardo Girão (Novo-CE), um dos principais críticos do texto, as eleições municipais marcadas para outubro deste ano podem impactar a votação.

"É uma pauta que causa muita mobilização. Pastores do Brasil inteiro têm se posicionado contra. Acho que o fato de ser ano de eleição pode pesar na decisão dos parlamentares", pontuou o senador.

Além das questões gerais da proposta, parlamentares devem se debruçar nas próximas semanas sobre pontos específicos do projeto, como o número de cassinos por Estado.

O texto prevê um estabelecimento para Estados com até 15 milhões de habitantes, dois para locais com população entre 15 milhões e 25 milhões e três para entes com mais de 25 milhões de pessoas. Com isso, São Paulo teria direito a três estabelecimentos, enquanto Minas Gerais e Rio de Janeiro poderiam ter até dois. A regra não vale para Amazonas e Pará, que têm direito a dois Cassinos pela extensão territorial.

No caso dos bingos, a regra prevê um estabelecimento a cada 150 mil habitantes e para o jogo do bicho de um a cada 700 mil pessoas.

Jaques Wagner defende uma mudança nesse ponto. "Eu acho graça que todo mundo aqui bate no peito e diz que é de mercado. Se é de mercado deixa concorrer", diz o senador.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-0,34	0,34	0,51	0,67	0,04	-0,01	-0,01	-0,58	0,30
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	0,9	0,1	-1,1	1,2	0,7	0,1	0,2	0,5	-0,4
Indústria de transformação	-	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,2	-0,4
Indústrias extrativas	-	0,2	-0,8	-6,8	3,7	3,4	-0,5	6,2	-4,8	-1,3
Bens de capital	-	-2,8	3,4	10,9	-2,5	-0,8	-0,7	-2,7	4,9	-5,4
Bens intermediários	-	1,2	-0,7	-2,7	1,8	1,7	0,8	0,7	-0,3	-0,5
Bens de consumo	-	0,5	1,5	-0,9	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5	1,1
Faturamento real (CNI - %)	-	-0,6	2,1	0,3	1,8	0,8	-0,3	-1,0	1,3	-2,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-1,6	2,3	0,1	1,6	0,6	-0,3	-0,6	0,0	-0,8
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,7	1,3	1,0	0,3	1,0	0,0	0,9	0,6	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,0	1,0	2,7	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,8	-1,8	2,3	0,1	1,0	-0,1	1,0	-0,4	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,4	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,4	0,9
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0	-0,3	0,1
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.920	27.980	23.494	26.798	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300
Importações	21.879	20.498	18.186	20.510	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121
Saldo	9.041	7.483	5.308	6.287	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	-	-	-	-	0,79	0,5395	0,4796	-	-	24,38	1.412,00
2024	**0,32**	**2,85**	**2,85**	**3,97**	**5,22**	**3,28**	**2,76**	**1,56**	**1,47**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,24**	**7,49**	**7,49**	**10,94**	**11,68**	**6,80**	**5,46**	**4,28**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para junho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mai/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**

	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

	mai/24	abr/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice mai/24	Número índice abr/24	Número índice dez/23	Número índice mai/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	1,80	4,62	3,69	-	6.895,24	6.773,27	6.665,28
INPC	-	0,37	1,95	3,71	3,23	-	7.090,57	6.954,74	6.893,26
IPCA-15	0,44	0,21	2,12	4,72	3,70	6.786,61	6.756,88	6.645,93	6.544,53
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.544,53
FGV									
IGP-DI	-	0,72	-0,26	-3,30	-2,32	-	1.102,66	1.105,54	1.102,51
Núcleo do IPC-DI	-	0,26	1,33	3,48	3,54	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,84	-1,02	-5,92	-4,51	-	1.281,15	1.294,35	1.296,49
IPA-Agro	-	1,15	-0,46	-11,34	-7,77	-	1.777,13	1.785,32	1.838,80
IPA-Ind.	-	0,73	-1,23	-3,77	-3,25	-	1.081,12	1.094,53	1.084,98
IPC-DI	-	0,42	1,70	3,55	2,84	-	746,11	733,67	726,07
INCC-DI	-	0,52	1,20	3,49	3,74	-	1.101,39	1.088,31	1.067,92
IGP-M	0,89	0,31	0,28	-3,18	-0,34	1.127,23	1.117,28	1.124,07	1.131,06
IPA-M	1,06	0,29	-0,42	-5,60	-1,73	1.328,63	1.314,72	1.334,20	1.352,04
IPC-M	0,44	0,32	2,17	3,40	2,96	732,02	728,84	716,46	711,01
INCC-M	0,59	0,41	1,69	3,32	3,68	1.104,46	1.097,99	1.086,15	1.065,29
IGP-10	1,08	-0,33	0,34	-3,56	-1,27	1.147,26	1.135,05	1.143,35	1.162,00
IPA-10	1,34	-0,56	-0,31	-6,02	-2,96	1.362,56	1.344,60	1.366,78	1.404,13
IPC-10	0,39	0,21	2,17	3,43	2,91	736,54	733,68	720,87	715,71
INCC-10	0,53	0,33	1,63	3,04	3,77	1.087,61	1.081,84	1.070,21	1.048,06
FIPE									
IPC	-	0,33	1,51	3,15	2,77	-	685,48	675,27	668,34

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia mai/24 0,73% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana mai/24 0,04%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/24	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/24		1,00%	
3ª	31/07/24			
4ª	30/08/24			
5ª	30/09/24			
6ª	31/10/24			
7ª	29/11/24			
8ª	30/12/24			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mar/24 Valor	mar/24 % do PIB	abr/23 Valor	abr/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.787,2**	**61,24**	**6.741,7**	**61,13**	**5.826,1**	**55,94**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-27,2	-0,25	-29,1	-0,26	13,0	0,13
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-783,2	-7,07	-757,2	-6,87	-741,7	-7,12
Dívida fiscal líquida	**7.597,6**	**68,55**	**7.528,0**	**68,26**	**6.554,8**	**62,94**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.474,6	67,44	7.382,3	66,94	6.542,3	62,82
Dívida externa líquida	-687,4	-6,20	-640,7	-5,81	-716,2	-6,88
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.826,0	52,57	5.792,6	52,53	4.915,0	47,19
Governos Estaduais	851,8	7,69	843,0	7,64	812,0	7,80
Governos Municipais	59,1	0,53	55,9	0,51	38,1	0,37
Empresas Estatais	50,2	0,45	50,1	0,45	60,9	0,58

Necessidades de financiamento do setor público Fluxos acumulados em 12 meses	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mar/24 Valor	mar/24 % do PIB	abr/23 Valor	abr/23 % do PIB
Total nominal	**1.042,8**	**9,41**	**998,6**	**9,06**	**603,3**	**5,79**
Governo Federal**	843,3	7,61	828,5	7,51	469,6	4,51
Banco Central	110,7	1,00	86,7	0,79	76,0	0,73
Governo regional	80,6	0,73	75,4	0,68	51,0	0,49
Total primário	**266,5**	**2,40**	**252,9**	**2,29**	**-56,2**	**-0,54**
Governo Federal	-39,0	-0,35	-37,6	-0,34	-283,7	-2,72
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-17,8	-0,16	-23,3	-0,21	-35,6	-0,34

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de abril*

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita total	**672,8**	**829,5**	**-18,89**	**228,0**	**211,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	444,8	537,6	-17,25	150,5	136,0	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,8	190,2	-20,20	50,5	47,5	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,2	101,8	-25,08	27,0	28,0	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**133,9**	**159,3**	**-15,92**	**36,7**	**35,0**	**4,89**
Receita líquida total	**538,9**	**670,3**	**-19,59**	**191,3**	**176,5**	**8,35**
Despesa Total	**518,6**	**620,5**	**-16,42**	**180,2**	**160,3**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	214,2	272,5	-21,38	80,7	69,0	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,2	112,7	-21,71	28,6	27,2	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	102,7	91,6	12,05	27,8	24,5	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,5	143,7	-21,01	43,0	39,6	8,42
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,3**	**49,8**	**-59,21**	**11,1**	**16,2**	**-31,66**

Discriminação	abr/24 Valor	abr/24 Var. %	mar/24 Valor	mar/24 Var. %	abr/23 Valor	abr/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-15,50	-0,2	1,55	-0,2	85,94
Discrepância estatística	-2,2	641,58	-0,3	-	1,5	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**8,8**	**-**	**-1,9**	**-96,72**	**17,5**	**-**
Juros Noninimais	**-69,0**	**24,42**	**-55,4**	**-3,14**	**-39,6**	**-33,08**
Result. Nominal do Gov. Central	**-60,2**	**5,01**	**-57,3**	**-50,29**	**-22,1**	**-68,10**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

Taxa de aquecimento do mar duplica em 20 anos, diz Unesco

Daniela Chiaretti
De São Paulo

Em 20 anos, a taxa de aquecimento do oceano duplicou. De acordo com os registros, 2023 foi o ano mais quente já verificado para temperaturas oceânicas, surpreendendo os cientistas. O nível do mar aumentou nove centímetros ao longo de 30 anos. Desde a década de 1960, o oceano perdeu 2% de seu oxigênio e hoje existem 500 zonas mortas ao longo das costas, onde quase não resta vida marinha. Estimam-se entre 1,1 milhão a 4,9 milhões de toneladas de plástico no mar.

Estes dados, e muitos outros, estão no "State of the Ocean Report 2024", da Unesco. Trata-se de uma série bianual que sintetiza conhecimentos recentes já publicados e traz dados inéditos sobre poluição marinha, biodiversidade, aquecimento, aumento do nível do mar, segurança alimentar e cultura oceânica — a relação da sociedade com o mar, Foi elaborado por 99 autores de todo o mundo.

"A taxa com que o aquecimento acontece, ou seja, o quanto vai aumentando por ano, duplicou nos últimos 20 anos. Está aquecendo cada vez mais rápido", diz Ronaldo Christofoletti, único brasileiro entre os autores do estudo. "Se o mundo for uma panela e o oceano a água, que está dentro da panela, alguém está aumentando o fogo", explica o cientista do Instituto do Mar e professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

"Enquanto as temperaturas atmosféricas flutuam para cima e para baixo, o oceano aquece de forma constante, como uma panela de água no fogão", diz. "Está cada vez mais quente e cada vez mais rápido", continua.

A composição química da água também está mudando. Calcula-se que 25% a 30% das emissões de combustíveis fósseis são absorvidas pelo oceano e o CO_2 está causando o processo de acidificação do mar. A acidez dos oceanos aumentou 30% desde os tempos pré-industriais e chegará a 170% em 2100, calculam os pesquisadores. Uma consequência sabida desse processo é que os moluscos desenvolvem conchas mais finas e se reproduzem menos.

> "Oceano se aquece como uma panela de água no fogão"
> *R. Christofoletti*

Os manguezais e outros tipos de florestas marinhas conseguem absorver cinco vezes mais carbono do que as florestas terrestres. Ocorre que desde a década de 1970, 20-35% das florestas marinhas foram perdidas. "As espécies marinhas enfrentam hoje uma tripla ameaça: aumento da temperatura, acidificação e desoxigenação da água", diz o texto.

Com o oceano aquecendo, as geleiras diminuem na Antártica e no Ártico e isso faz com que o nível domar suba. "A taxa de subida duplicou nos últimos 30 anos. Também está sendo um processo cada vez mais rápido", diz ele. "Quando o mar sobe, toma de volta espaços terrestres. De praia, de restingas e de manguezais", explica. "E aí temos o contrassenso da proposta de Emenda à Constituição (PEC)", diz o professor — proposta que quer transferir a propriedade dos terrenos do litoral brasileiro do domínio da Marinha para Estados, municípios e proprietários privados.

"São a nossa segurança natural", diz Christofoletti. "É um contrassenso gigantesco. Tudo o que não podemos fazer neste momento é querer ocupar mais ainda áreas próximas das bordas de água. Temos que recuar as cidades". A Espanha, que há anos privatizou os terrenos de Marinha, está agora no movimento contrário, com o governo recomprando os terrenos. "Estas áreas nos protegem".

O relatório mostra que o cenário pode ser mudado. "Para isso, precisamos do engajamento da sociedade. Que os cidadãos, os governos e as empresas mudem seus comportamentos. Temos que lançar menos gases-estufa na atmosfera, menos poluentes, menos plásticos", diz ele. "Se a sociedade não entender o problema e não discutir, não haverá mudança de comportamento", continua. O estudo mostra que o Brasil é país-líder no mundo em projetos na Unesco sobre a cultura oceânica, que é a relação da sociedade com o mar.

Nos oceanos Atlântico e Índico, a principal fonte de plástico são as redes de pesca abandonadas ou descartadas. Fertilizantes e águas residuais são 36% da poluição química, que chega através dos rios.

Leia mais sobre oceanos na pág. A16

México Domínio da coligação de esquerda faz peso cair mais de 4%

Ampla maioria legislativa de Sheinbaum assusta mercado

Agências internacionais

A vitória esmagadora de Claudia Sheinbaum na eleição presidencial alavancou a votação da coligação esquerdista no Congresso mexicano, que pode obter a supermaioria de dois terços para aprovar mudanças constitucionais. Essa perspectiva assustou ontem os mercados do país, que até domingo viam essa possibilidade com pouco provável.

Projeções com base nos números divulgados ontem pela autoridade eleitoral mexicana indicam que a campanha de Sheinbaum, afilhada política do presidente esquerdista, Andrés Manuel López Obrador, elegeu 7 entre os 9 governadores, entre 346 e 380 dos 500 deputados nacionais e entre 76 e 88 dos 128 senadores — segundo estimativas do banco Goldman Sachs. O número mínimo para que se obtenha maioria de dois terços na Câmara e no Senado é de 334 deputados e 85 senadores.

Na eleição presidencial, com 90% dos votos apurados pelo Instituto Federal de Eleições (IFE), Sheinbaum, do partido Movimento Regeneração Nacional (Morena), tinha 59,07% dos votos, frente a 27,92% da opositora Xóchitl Gálvez, de uma coligação formada pelos três partidos mais tradicionais do México — o Ação Nacional (PAN), o da Revolução Democrática (PRD) e o da Revolução Institucional (PRI). Jorge Álvarez, do Movimento Cidadão, tinha 10,47%.

MARCO UGARTE/AP



Sheinbaum festeja vitória em eleição

A vitória nas urnas eleva Sheinbaum à condição histórica de se tornar a primeira mulher eleita presidente no México. Após a confirmação de sua vitória, líderes de vários países enviaram mensagens de congratulações.

Como consequência da ampla vitória do Morena, a moeda mexicana — o peso — caiu ontem mais de 4% frente ao dólar, no maior recuo desde a pandemia de covid-19, em 2020 —, o principal índice da bolsa de valores caiu quase 7% e as ações do setor financeiro estiveram entre as maiores quedas: o Grupo Financiero Inbursa — do magnata Carlos Slim — caiu 6,82%, enquanto Banorte recuou 11,14%.

"Durante o longo intervalo entre a eleição e a posse dos eleitos [em 1º de outubro], o mercado prestará especial atenção às declarações públicas da presidente eleita e os perfis dos principais nomeados e conselheiros do gabinete para melhor avaliar a direção política e estilo de governo", disse o diretor de análises para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos. "Sinais favoráveis para o setor privados e as empresas locais", seriam importantes e bem-vindos, principalmente depois de vários episódios que abalaram a relação entre o governo de López Obrador e o setor privado", afirmou.

O governo de López Obrador apresentou ao Congresso em fevereiro um grande pacote de reformas de amplo alcance, muitas envolvendo revisões constitucionais, para remodelar instituições importantes como o IFE e o Supremo Tribunal, enfraquecer ou eliminar agências autônomas e promover políticas sociais populistas e dispendiosas, com aumentos de aposentadorias e de salários, lembra Ramos. "Alguns projetos de lei são percebidos como potenciais causadores de erosão institucional e enfraquecimento dos atuais sistemas de freios e contrapesos", disse.

O presidente dos EUA, Joe Biden, se disse "ansioso por trabalhar em estreita colaboração com a presidente eleita Sheinbaum" — horas antes de anunciar uma norma para facilitar o fechamento da fronteira com o México para conter imigrantes ilegais. Migração e a ação de narcotraficantes na fronteiras são os principais temas da relação entre os dois vizinhos.

Já o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, disse que telefonaria para Sheinbaum. "Estou feliz por ser uma mulher também. E estou feliz porque duas mulheres disputaram e ganhou aquela que representa o lado progressista.

Os desafios diante da presidente eleita são enormes

Análise

Michael Stott
Financial Times

O segredo da vitória esmagadora de Claudia Sheinbaum nas eleições presidenciais do México, no domingo, pode ser resumido em uma palavra: redistribuição.

Os mexicanos mais pobres foram os grandes vencedores no mandato do presidente Andrés Manuel López Obrador, que mais do que duplicou o salário mínimo e expandiu os programas de assistência social, embora a economia mal tenha crescido, em termos per capita, desde a sua posse em 2018.

Os eleitores relevaram os números alarmantes dos crimes violentos e os temores sobre a erosão das instituições democráticas. Preferiram recompensar Sheinbaum, uma aliada próxima do presidente nacionalista de esquerda, pelas promessas de continuar e aprofundar sua cruzada por justiça social em um país com níveis elevados de pobreza e desigualdade.

Depois de 30 anos de livre comércio com os EUA e o Canadá, o norte do México prosperou, mas muito pouco dessa riqueza chegou ao centro e ao sul do país, ou aos grupos de renda mais baixa.

"Isso é um choque de realidade muito importante para muitas pessoas que têm de entender melhor que o México precisa de uma mudança na sua cultura predominante de privilégios", disse Vanessa Rubio, da London School of Economics e ex-vice-ministra do México. "Muitos setores da população acreditam que saíram perdendo nas últimas décadas, de que ficaram à margem enquanto outros sentiam os benefícios dos resultados econômicos positivos."

A escala da vitória de Sheinbaum — cerca de 30 pontos percentuais à frente da adversária mais próxima, Xóchitl Gálvez, de centro direita, segundo os resultados oficiais parciais — lhe dá uma autoridade pessoal poderosa. Também aumenta a probabilidade de que a principal aliança da oposição, composta por três partidos em grande parte desacreditados, se fragmente, já que vê pela frente um longo período de quase nenhuma influência política.

"A coligação da oposição é um fracasso total", afirma Antonio Ocaranza, diretor da consultoria Oca Reputación. "Seus líderes perderam a legitimidade e os partidos não têm outros nomes de expressão em torno dos quais possam se reconstruir... é mais provável que continuem encolhendo."

O partido de Sheinbaum, o Morena, e seus dois principais aliados, o PT e o PVEM, também parecem ter garantido uma grande maioria no Congresso e estão no rumo de conquistar a marca dos dois terços do votos necessária para promover mudanças na Constituição. A matemática do Congresso é importante porque López Obrador apresentou 20 propostas de reformas constitucionais que pretende aprovar antes de deixar o cargo, em setembro. Entre elas estão eleições diretas para juízes da Suprema Corte e diretores do instituto eleitoral independente, a eliminação de algumas instituições independentes, aumento anual do salário mínimo de acordo com a inflação e mudanças para fortalecer o sistema previdenciário estatal.

> Mexicanos escolheram a promessa de continuidade na justiça social

"É muito provável que eles avancem rapidamente com as reformas constitucionais, já que Sheinbaum as apoiou na sua campanha", diz Alejandro Werner, diretor do Georgetown Americas Institute, em Washington. "Na avaliação dos investidores, a grande vitória dá a [Sheinbaum] mais instrumentos para governar se a economia piorar, enquanto a contaminação da economia pela deterioração institucional é algo de médio prazo."

O México tem outros problemas graves. Quase 220 mil pessoas foram assassinadas ou desapareceram durante a Presidência de López Obrador e grupos criminosos ampliaram seu controle pelo país e fatias lucrativas da economia.

O dinheiro será escasso. López Obrador abandonou o compromisso com a disciplina fiscal neste último ano de mandato, com grandes gastos nos seus projetos de infraestrutura. Sheinbaum terá de cobrir um rombo no orçamento de quase 6% do PIB e ao mesmo tempo cumprir as promessas de expandir os gastos com saúde, educação e assistência social. E embora a ex-cientista da área de climatologia prometa impulsionar a energia renovável, ela também deixou claro que o Estado manterá seu controle sobre o setor de energia e seu apoio custoso à Pemex, estatal petrolífera em dificuldades.

A relação complexa e delicada com os EUA será uma grande preocupação, em especial no caso de uma vitória do ex-presidente Donald Trump nas eleições de novembro. Ele já prometeu aumentar as tarifas e reprimir a migração ilegal se vencer a disputa.

Sheinbaum chega à Presidência com o apoio de um voto popular formidável. Mas os desafios que enfrenta são maiores, o dinheiro é mais escasso e ela tem um antecessor difícil de igualar: López Obrador é o presidente mais popular e bem-sucedido do país desde Lázaro Cárdenas (1934-1940).

Com a parte mais fácil da redistribuição da riqueza já concluída, Sheinbaum terá de se voltar para áreas mais controvertidas, como aumentar impostos para financiar a expansão dos serviços públicos. Ao mesmo tempo, ela precisa tranquilizar os investidores estrangeiros e mostrar que seu dinheiro está seguro em um país que busca mudanças constitucionais radicais, que alguns temem que possam abrir espaço para um governo de partido único como o México teve no passado. Seu mandato promete ser um ato de equilibrismo.

Investidores veem incertezas após eleição na África do Sul

Colleen Goko e S'thembile Cele
Bloomberg

Os investidores se preparam para novas perturbações nos mercados da África do Sul, na esteira das eleições que não produziram um vencedor definitivo, com o resultado das discussões para formação de uma coalizão e a futura orientação política permanecendo altamente incertos.

A volatilidade do rand aumentou ontem, atingindo por um breve período os níveis de alta de setembro. A moeda sul-africana foi negociada em alta de 0,3% ontem em Joanesburgo, a 18,7375 por dólar. Foi o primeiro dia de avanço da moeda, após quatro seguidos de queda. Os rendimentos dos títulos de dívida denominados em moeda local caíram nove pontos-base para 12,1% e as ações interromperam quatro dias de perdas, registrando a maior alta em um dia em quase um mês.

O Congresso Nacional Africano (CNA) ficou abaixo de uma maioria parlamentar pela primeira vez desde que subiu ao poder com Nelson Mandela em 1994, com seus apoiadores manifestando seu descontentamento com a pobreza, o desemprego e a criminalidade, não comparecendo às urnas ou votando em adversários. Ele deverá contar agora com pelo menos outro grande partido para se manter no poder, e a escolha desse parceiro vai moldar o caminho do país nos próximos cinco anos, com repercussões para os cidadãos, empresas e investidores.

O CNA obteve 40,2% dos votos em 29 de maio. A Aliança Democrática (DA), de centro, conseguiu 21,8%, o novo partido uMkhonto weSizwe (MKP), do ex-presidente Jacob Zuma, obteve 14,5% dos botos e o Combatentes pela Liberdade Econômica (EFF, na sigla em inglês) conseguiu 9,5%.

Os dois últimos partidos, dissidências do CNA, defendem o aumento dos gastos do Estado e a nacionalização de minas e do banco central. A possibilidade de eles aderirem ao governo e exigir mudanças políticas populistas está afetando os ativos sul-africanos.

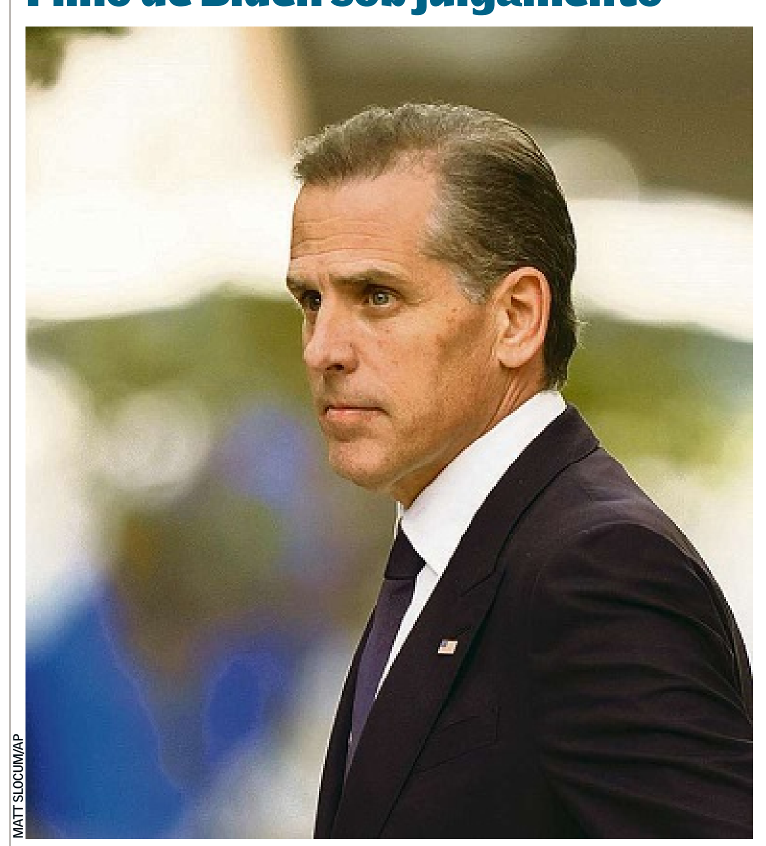
"Os investidores devem estar muito preocupados porque a África do Sul está em uma encruzilhada", diz Anne Frühauf, diretora-gerente da consultoria de risco Teneo. "No momento, quase qualquer coligação é possível."

O rand tinha caído 2,6% em relação ao dólar desde o início da votação em 29 de maio, à medida que a extensão das perdas do CNA se tornou aparente. O custo da dívida do país aumentou 19 pontos-base no período, para 242,3 pontos-base.

O CNA não será "imprudente" na escolha de um parceiro de coalizão, disse o ministro das Finanças Enoch Godongwana em uma entrevista à Bloomberg. "O CNA continua sendo o maior partido e a política econômica continuará sendo nossa e, portanto, não há riscos à estabilidade ou ameaças à confiança dos investidores."

Uma coalizão com a Aliança Democrática seria a mais positiva para o mercado, "mas chegar lá não será fácil, pois haveria pressão sobre a coesão no CNA", disse Mark Bohlund, analista de pesquisas de crédito da REDD Intelligence. "Acho que a incerteza continuará sobre o rand, é possível que quebre o recorde de 20 por dólar."

Filho de Biden sob julgamento



MATT SLOCUM/AP

Hunter Biden, filho do presidente dos EUA, Joe Biden, começou a ser julgado criminalmente ontem pela acusação de posse ilegal de arma. Esse é o primeiro julgamento de um filho de um líder americano em exercício. A acusação foi apresentada pelo procurador especial do Departamento de Justiça, David Weiss, em setembro, alegando que Hunter Biden mentiu sobre seu histórico de uso de drogas ao comprar uma arma de fogo. Na foto, filho de presidente deixa corte em Wilmington, Delaware.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Margem Equatorial, entre receita bilionária e a transição verde

O governo deve arrecadar R$ 90,3 bilhões neste ano com royalties e participações especiais de petróleo, graças ao aumento da produção e do preço da commodity, 20,4% mais do que os R$ 75 bilhões obtidos em 2023, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O valor equivale a três vezes a arrecadação esperada neste ano com a reoneração gradual de PIS e Cofins dos combustíveis. Os números expressivos intensificam o desejo pela exploração de novas áreas, como a Margem Equatorial, em meio ao debate a respeito da transição energética e aumento dos desastres climáticos.

Os comandos da Petrobras e do Ministério de Minas e Energia e boa parte de deputados e senadores se alinham desde já pela exploração, inclusive o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues. O presidente Lula pende para a exploração, seguindo sua trajetória ambígua em relação ao combate às mudanças climáticas. Para plateias externas, esse objetivo tem prioridade, mas essa primazia se dilui no plano doméstico. No passado, Lula apoiou a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, contra Marina Silva, hoje de volta ao Ministério do Meio Ambiente, para executar a construção das grandes hidrelétricas na Amazônia.

As receitas do petróleo passaram a ter papel de destaque tanto para amparar as contas públicas como para impulsionar a balança comercial — perdem apenas para a exportação de soja e já ultrapassaram a de minério de ferro. A União fica com a maior parte dos recursos, mas não com tudo — esses volumosos recursos irrigam também os cofres de vários Estados e municípios. Pela legislação, 40% dos royalties são da União, que entrega parcela para a Marinha e para o Ministério de Ciência e Tecnologia. Outros 22,5% são dos Estados produtores e 30%, dos municípios produtores. Os 7,5% restantes são divididos entre os demais Estados e municípios. Já as participações especiais são compensações financeiras extraordinárias pagas por petroleiras pela exploração de campos de petróleo e gás natural com grandes volumes de produção para a União.

Os dados da ANP indicam que a receita com royalties e participações especiais seguirá crescendo nos próximos anos. As projeções apontam um total arrecadado pela União, Estados e municípios com essas participações governamentais de R$ 404,1 bilhões entre 2024 e 2027, 12% acima dos R$ 360,9 bilhões obtidos entre 2019 e 2023. Nos anos recentes, houve um pico de arrecadação em 2022 devido ao aumento do preço do petróleo no mercado internacional, em consequência da invasão da Ucrânia pela Rússia. No ano passado, os preços recuaram, mas o aumento da produção compensou o resultado final.

A Petrobras é uma máquina de bombear dinheiro para o caixa da União, como ficou claro no recente debate a respeito do pagamento de dividendos. Entre 2019 e 2023, a Petrobras transferiu R$ 871,5 bilhões para a União. Desse total, 44%, ou R$ 386 bilhões, foram provenientes de royalties e participações. Outros R$ 370 bilhões foram pagos em tributos variados, e houve R$ 115 bilhões de dividendos.

Especialistas em contas públicas dizem que a receita de royalties e participações especiais é uma das que proporcionam mais flexibilidade de gasto ao governo. Uma parcela de 22% dos royalties deve ir para o Fundo Social, canalizado para Saúde e Educação, entre outros destinos. Entretanto, a destinação de recursos advindos da exploração para adaptação e mitigação climática, assim como transição energética, tem sido pífia até agora (Claudio Angelo, **Valor**, 24 de maio).

Outra fonte de receita proporcionada pelo petróleo para a União vem dos leilões de exploração. Nas concessões, as empresas que arrematam os blocos para explorar pagam bônus de assinatura, valor baseado na estimativa de geração de recursos. No regime de partilha, adotado para parte do pré-sal, os vencedores de áreas destinam parcela da produção, denominada óleo-lucro, para a União, por meio da estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA), que, posteriormente, é vendida em leilões no mercado. Da receita obtida com a comercialização do petróleo, quase 70% são revertidos para a União em tributos, royalties e participações especiais. No entanto, além de volátil, a receita do petróleo é finita. No caso da Petrobras, as projeções indicam que a produção continuará crescendo até 2030, quando deve entrar em declínio.

Grande parte de ambientalistas e cientistas é contra a exploração de petróleo temendo, com razão, afetar uma região de enorme biodiversidade, como a Margem Equatorial. O argumento de governadores e políticos é que há um mar de petróleo, e de dinheiro, que poderia contribuir para melhorar as condições de vida da população pobre, o que também é verdade. Tecnicamente, a decisão está nas mãos do Ibama, e a tendência é a de veto. Mas há um coro para que a decisão seja política, feita pelo presidente da República.

Não fará sentido abdicar totalmente da exploração se não houver energia alternativa substituta, assim como explorar os recursos apenas para aumentar exportações de um combustível nocivo e condenado. A solução precisa ser equilibrada, tendo a ameaça climática mortífera como norte.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Apelo militarista propõe o sucesso escolar onde ele não está: nos recursos simbólicos. Por **Fábio Freire**

Escolas cívico-militares e o risco do simulacro

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) tinha por objetivo socorrer escolas públicas em dificuldades, com alunos em situação de vulnerabilidade, melhorando a qualidade da educação, reduzindo a evasão, a repetência e o abandono escolar. Um propósito incontestável (quem pode ser contra educar crianças vulneráveis?) e, como em tantos outros chamamentos às Forças Armadas, de forte viés salvacionista ("contra tudo isto que está aí, chamem o Exército!"). Este programa buscava espelhar os Colégios Militares do Exército, que são estabelecimentos de ensino ímpares, para outro público e com condições de funcionamento diferentes, como mostraremos adiante.

Veio o novo governo e, em 2023, o programa foi descontinuado com a justificativa pragmática de que seu custo o tornava inviável como experiência escolar: foram consumidos cerca de R$ 64 milhões para atender, apenas, 0,1% das escolas do país. Da parte do Ministério da Educação, a questão pedagógica não foi discutida. Agora, o governo de São Paulo enseja a volta das escolas cívico-militares, ainda sob o apelo não dos resultados pedagógicos do Pecim — nunca aferidos —, mas dos resultados dos Colégios Militares.

Se as escolas cívico-militares de São Paulo pretendem atingir o mesmo sucesso dos Colégios Militares, é justo esperar que conheçam as reais condições para esse sucesso, e tenham meios — e interesse — para reproduzi-las. A excelência dos Colégios Militares (que é real) é construída sobre três componentes:

Recursos materiais. As salas de aula são suficientes e bem mobiliadas; não falta mobiliário; a maior parte delas é climatizada. Existem amplos recursos de informática e, em alguns colégios, até de robótica. Todas as unidades têm auditórios, bibliotecas, espaços para atividades interdisciplinares. A área desportiva é um destaque à parte: todos os colégios têm campos de futebol, quadras desportivas, ginásios, a maioria têm piscinas e alguns até a prática de equitação. Qualquer educador se apressará em dizer que a infraestrutura material não é suficiente para o resultado pedagógico; mas nos apressaremos em reconhecer, também, que sem esses recursos ficamos muito longe do sucesso.

Recursos humanos. Os professores dos Colégios Militares são — civis ou militares — funcionários públicos federais. Têm carreiras estáveis, seguras, e que lhes garantem as melhores condições para o exercício da docência. Nos Colégios, busca-se que as turmas tenham de 25 a 30 alunos (só em caso excepcional chegando a 35), e a carga didática dos docentes oscile na média de 20 tempos semanais. Essas condições de trabalho tornam todas as unidades muito atraentes quando dos concursos para professores, ao ponto de ser muito alta a presença de docentes com a titulação de mestre ou doutor. Com isso, podemos lembrar do efeito Tostines: "os Colégios Militares são muito bons porque têm ótimos professores, ou os professores são ótimos porque os Colégios Militares são muito bons?"

Sobre esses dois recursos, podemos afirmar três coisas: primeiro, que eles constituem camadas que se completam de maneira dialógica e harmoniosa, como em um bolo; segundo, que nenhum dos dois é específica e necessariamente militar. Uma boa escola republicana, democrática e civil, pode — e deve — ter esses recursos materiais e humanos. E terceiro, esse é um bolo caro de se fazer. Sobre esses dois recursos, ou sobre as duas camadas desse bolo, os Colégios Militares acrescentam um terceiro recurso:



BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

Recursos simbólicos. Constituem o sentimento de pertencimento à escola, de vínculo, de ligação íntima, de subsunção do indivíduo à comunidade escolar. São a identidade da escola. No caso do Exército, o sistema simbólico de suas escolas de formação vem da década de 1930 e do comando do então coronel José Pessoa na Escola Militar do Realengo. Os Colégios Militares imitam o Exército e suas crianças, que não são militares, passam por rituais de passagem (tanto a entrada dos novos alunos pelos portões, quanto a saída dos alunos formados pelos mesmos portões) e de confirmação (a entrega da boina), entre outros; distinguem-se dos demais alunos civis com uniformes e códigos comportamentais muito específicos e rígidos; são inseridos na mitologia de heróis imbatíveis e de vitórias sempre épicas, dignas de serem cultuadas; competem entre si por prêmios e medalhas, submetidos à ideologia da meritocracia; a lista mereceria todo um caderno à parte. Se os recursos materiais e os humanos constituem as camadas do bolo, os recursos simbólicos são a cereja. É muito importante lembrar que, assim como os recursos materiais e os humanos, também os simbólicos não são, de maneira alguma, privativos da caserna.

Voltemos às possíveis escolas cívico-militares de São Paulo. Se a pretensão de sua criação é, à semelhança do extinto Pecim, socorrer escolas públicas em dificuldades, temos de ter cuidado com a "sedução da ordem" que a imagem dos Colégios Militares pode provocar. Ou, seguindo com a metáfora, não tomar a cereja pelo bolo. Porque o que se vende é o tipicamente militar (ordem-unida) ou quase (formatura, canto de hinos, uniformes) e o que se pretende não é (o sucesso escolar). Entre uma coisa e outra, existe a boa prática pedagógica realizada sobre condições materiais suficientes (e que tem um custo) e condições humanas dignas e valorizadas. Nada de novo, e é o caso de nos perguntarmos: por que temos de reiterar o óbvio?

Façamos um teste: quando vemos alguma propaganda sobre as escolas cívico-militares, o que nos vem à mente? Os recursos materiais (as escolas têm ótimas instalações etc.), os humanos (os professores são ótimos) ou os simbólicos (alunos em forma, cantando ou marchando)? Pois é. Essa é a força da imagem.

A imagem se sustenta sobre determinados recursos, senão ela é vazia. Por óbvio, a cereja do bolo necessita de um bolo. Existe uma sedução inegável na figura do herói que vem para restaurar a "ordem", e é certo que vivemos um momento no qual, desgostando Brecht, estamos precisando de heróis. Eis que o apelo militarista propõe o sucesso escolar onde ele não está: nos recursos simbólicos, e não nos materiais e humanos. Onde poderia haver a reprodução de uma modelo consagrado de sucesso, com sólido investimento em infraestrutura, equipamentos, proposta pedagógica, capacitação e valorização de professores e demais agentes de ensino, avizinha-se o sério risco de ficarmos apenas com um simulacro. Ao som do bumbo e à sombra da bandeira nacional.

Fábio Facchinetti Freire é coronel R1 do Exército e doutor em Sociologia da Educação pela PUC-RJ. Trabalhou por 16 anos na Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial do Exército.

BCs, instituições de planejamento?

Luiz Gonzaga Belluzzo



Em recente edição, o **Valor** informou: "MP cobra medidas para identificar eventual desvio de finalidade do Copom". O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) ofereceu uma representação ao tribunal para "adoção das medidas necessárias a identificar eventuais desvios de finalidade pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central na definição da taxa Selic".

O subprocurador-geral do MPTCU, Lucas Furtado, assina o documento. Na peça, o subprocurador menciona que as projeções do relatório Focus "exercem grande influência" na decisão do Copom e que as instituições financeiras que respondem à pesquisa "podem ter interesse na manipulação do índice para ganhos próprios e privados indevidos e em prejuízo aos interesses públicos e ao erário".

Vamos recordar.

Em dezembro de 1970, a Câmara de Deputados ofereceu à sociedade americana uma relatório conduzido por Lester Thurow e Alan Blinder, "A Staff Report Prepared For The Committee On Banking And Currency House Of Representatives".

O trabalho foi elaborado em 1970, às vésperas do primeiro choque do petróleo e da desorganização do sistema monetário-financeiro internacional que culminou com a demolição das regras (que nasceram debilitadas pelo poder americano) de Bretton Woods.

Os incômodos da estagflação culminaram no choque de juros de 1979 deferido para recuperar o poder do dólar com prejuízos para as economias europeias e desgraças para as economias - hoje ditas emergentes — encalacradas na crise da dívida externa.

O chairman Wright Patman apresentou o relatório afirmando que, em sua opinião "é um dos estudos mais importantes já realizados pela Comissão de Bancos e Moeda da Câmara. Durante muitos anos, houve uma grande confusão e uma infinidade de equívocos sobre o funcionamento dos vários bancos centrais ao redor do mundo. Este estudo, pela primeira vez, detalha os meios pelos quais os bancos centrais são integrados aos governos nacionais e como eles são utilizados para atingir objetivos sociais e econômicos básicos".

O relatório acentua as diferenças entre o desempenho do Federal Reserve e a atuação dos demais bancos centrais no período do imediato pós-guerra.

De um modo geral, os bancos centrais interpretaram a sua tarefa de promover o crescimento econômico de modo a ir muito além das políticas monetárias gerais da economia. Em alguns países, isso significa canalizar fundos privados para setores de desenvolvimento, em outros isso significa investimentos diretos do banco central em empresas privadas ou ainda um papel ativo na formulação e implementação de planos econômicos nacionais.

Os controles diretos do crédito são utilizados para canalizar fundos para gastos de capital industrial na França. O Banco d'Italia usa efetivamente a persuasão moral para dar preferências àqueles com "programas de desenvolvimento sólidos, que significam programas com grande impacto no crescimento econômico. Também tem e usa seu poder para aprovar ou reprovar empréstimos individuais. O Sveriges Riksbank, na Suécia, regula os bancos privados para canalizar fundos para indústrias vitais.

No livro "Controlling Credit", o economista do Banque de France, Eric Monnet, percorre os caminhos da formação e operação do sistema de crédito público-privado na Europa do imediato pós-guerra.

"O Estado, concebido como o marco para coordenar diferentes interesses econômicos e setores, foi responsável pelo controle do crédito. Na França, como em muitos outros países (os Estados Unidos e o Reino Unido são parcialmente uma exceção), o coração do sistema de controle do crédito e investimento era o banco central. Embora não tenha ignorado a existência dos mercados privados nem se limitado a políticas direcionadas, o Estado interveio em todas as frentes, em diferentes níveis, apagando assim a fronteira entre o crédito público e privado".

Preservando a estrutura econômica capitalista, as políticas monetárias, industriais e financeiras do pós-guerra repousaram em uma base institucional que era conhecida, na época, como "a nacionalização do crédito".

Os BCs interpretaram a tarefa de promover o crescimento econômico de modo a ir muito além das políticas monetárias

Na caminhada das políticas monetárias, a história não rima, contrariando a parêmia de Mark Twain. O termo política de crédito é entendido hoje no sentido relativamente limitado de medidas dos bancos centrais para combater a inflação. No entanto, o conceito de "política de crédito" teve um significado muito mais extenso, denotando toda a gama de intervenções apoiadas ou elaboradas por um banco central para incentivar o desenvolvimento do crédito e influenciar sua alocação, substituindo assim mecanismos de livre mercado considerados insuficientes, injustos ou defeituosos.

O conceito de controle de crédito, seja no singular ou no plural, também foi utilizado como sinônimo de política de crédito, tanto nas etapas contracionistas quanto nas expansionistas.

Na posteridade da Segunda Guerra, os sistemas financeiros foram severamente disciplinados. Salvo pequenos incidentes, a economia deslizou nos trilhos do crédito dirigido, dos controles de capitais entre os países, do gasto público amparado em sistemas fiscais progressivos.

No livro "Capitalisme Le Temps de Ruputure", Michel Aglietta argumenta que após a Segunda Guerra Mundial o capitalismo ocidental experimentou um regime de crescimento que pode ser chamado de capitalismo contratual, também conhecido como Fordismo.

"O capitalismo contratual superou o persistente subemprego involuntário através de instituições de mediação relacionadas aos salários, negociações coletivas e modelos de proteção social, também através de uma regulação rigorosa das finanças e de um sistema monetário internacional, o sistema Bretton Woods, que permitiu ampla autonomia das políticas monetárias nacionais na estabilidade cambial. Diferentes tipos de modelos sociais construíram diferentes variedades de capitalismo contratual. No entanto, na Europa continental, pelo menos, eles se colocaram sob a égide de um princípio comum de progresso social".

Luiz Gonzaga Belluzzo é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp e professor emérito da Universidade Federal de Goiás. Escreve mensalmente às terças-feiras.

As falhas na economia são reais e comunicação melhor não as resolverão. Por **Ruchir Sharma**

Não só 'más vibrações' desafiam Biden

Uma questão fundamental que ainda paira sobre as eleições nos Estados Unidos é por que os eleitores dão tão pouco crédito a Joe Biden por uma recuperação econômica aparentemente robusta. Muitos observadores classificam isso de uma "vibecession" — um caso de "vibrações" ruins criadas pela mídia partidária e divorciadas da realidade —, com apenas desculpas ocasionais pelo quão condescendente isso soa.

Embora seja um fato que a economia dos EUA ultimamente vem crescendo em um ritmo relativamente acelerado, as pessoas normais não vivem em função de números trimestrais do PIB e a perda de confiança delas no sistema é uma história geracional. Cerca de 90% dos americanos nascidos na década de 1940 cresceram para ganhar mais do que seus pais, mas esse número caiu continuamente para a metade dos nascidos em 1980, e pouco mais de um terço dos adultos americanos afirmam estar em melhor situação que seus pais.

Com a dívida pública em níveis recordes, quase metade dos americanos afirmam que vão depender da ajuda do governo na aposentadoria — mas a maioria não confia que o governo entregará os benefícios prometidos. Quase sete em cada dez afirmam que o sistema econômico e político precisa de "grandes mudanças ou ser totalmente desmontado".

Biden assumiu o cargo prometendo ser o maior gastador desde o New Deal e registra agora déficits adequados a uma depressão, em meio a uma recuperação do pleno emprego. Isso ajuda a explicar por que o crescimento atual parece tão bom e por que a confiança no governo continua diminuindo há meio século.

Mas essa história vai além de Biden e dos EUA. Embora se possa argumentar que os gastos descontrolados do governo contribuíram para o problema — a taxa média de inflação sob Biden é maior do que sob qualquer presidente desde Jimmy Carter —, o desânimo da população com a economia há muito vem aumentando nos países desenvolvidos.

Há décadas o crescimento econômico vem desacelerando com um aumento da desigualdade, e agora os índices de aprovação dos líderes em muitos países ocidentais encontram-se nos patamares históricos mais baixos. Durante sua presidência, os índices de aprovação de Donald Trump também foram ruins, apesar de um "índice de miséria" em patamar recorde de baixa.



A riqueza está crescendo mais rápido não para o 1%, e sim para os principais magnatas, todos eles, não por coincidência, das Big Techs. Sociedades muito desiguais tendem a ser as menos móveis e privar o capitalismo de sua inspiração: oportunidade

O partidarismo desempenha um papel. É cada vez mais provável que os membros dos dois principais partidos americanos se sintam pessimistas quando um presidente do outro partido está no poder. Hoje, os republicanos são os americanos com a maior probabilidade de afirmar que a economia está piorando. Mesmo assim, quase seis em cada 10 independentes concordam, e em pelo menos uma pesquisa, os democratas dão à economia notas ainda mais baixas do que durante o governo Trump. Essas más vibrações não são apenas uma criação recente da mídia partidária dos EUA.

Com o tempo, a frustração pública parece basear-se na sensação de que o sistema está "manipulado" contra o cidadão médio. Há, como dizem os defensores de Biden, sinais técnicos de que a desigualdade diminuiu em seu governo, mas consideremos novamente a visão de longo prazo: em 2022, a parcela da renda do 1% mais rico superou os 20% pela primeira vez desde a década de 40. Isso, segundo o (progressista) Banco de Dados sobre a Desigualdade Mundial, e não os porta-vozes de Biden.

Além disso, não só as maiores companhias americanas cresceram espetacularmente em relação às demais, como também estão ficando mais entrincheiradas, assim como seus proprietários. A riqueza está aumentando mais rapidamente não para o 1%, e sim para os principais magnatas, todos eles – não por coincidência – das Big Techs.

A "Grande Curva de Gatsby" mostra que sociedades altamente desiguais tendem também a ser as menos móveis, privando o capitalismo de sua inspiração: a oportunidade. No ano passado, como mostrou o economista político Blair Fix, o patrimônio do americano mais rico era 50 vezes superior à média dos principais 400 bilionários, em comparação a 10 vezes em 1983. E mesmo entre os bilionários, a desigualdade gera imobilidade: os 50 maiores bilionários têm agora cerca de 40% mais probabilidades de manter seus lugares na lista da revista "Forbes" de um ano para o outro, do que na década de 80.

Há uma profunda sensação de que os EUA são cada vez mais dominada por uma elite rica. Eles podem pagar uma adesão de US$ 250 mil em novos restaurantes privados, o que está subdividindo cidades vibrantes como Nova York e Miami por classe de renda. Eles estabelecem as regras em Washington e possuem as parcelas preponderantes de ações, bônus e ativos de todos os tipos, de modo que prosperam mais quando as políticas de dinheiro fácil elevam os valores desses ativos. E também se beneficiam quando o governo intervém para salvar os mercados, como faz sempre ao primeiro sinal de problema.

Pesquisas mostram que a maioria das pessoas preferiria um salário mais modesto a viver entre vizinhos mais ricos. Mas, na prática, é assim que os americanos são obrigados a viver agora — nas sombras da grande riqueza e poder. Seria injusto culpar apenas Biden pelos desequilíbrios que aumentam há décadas, mas também é míope sugerir, como muitos vêm fazendo, que seu principal desafio é vender boas notícias com mais empenho. As falhas do capitalismo em sua forma atual e distorcida são reais. Uma melhor comunicação não irá dissipar as frustrações resultantes.

Ruchir Sharma é presidente da Rockefeller International. Seu novo livro é 'What Went Wrong With Capitalism'

Frase do dia

"O governo Bolsonaro continua gerindo a política monetária. Está certo isso? Isso está errado".

Do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, para quem parar o corte de juros não se justifica, pois a inflação está sob controle

Cartas de Leitores

Fracasso escolar

O ensino está cada vez pior no Brasil. Os professores ficaram assustados com a desvalorização da carreira. O PSDB arrasou o que já não era bom em 25 anos, principalmente em SP. Hoje, quem não tem competência para arrumar um bom emprego vai dar aulas. Caiu o nível dos professores que estão na ativa. Tal qual os alunos, os professores também não leem e nem procuram se informar, pois dar aula é apenas um bico. Pobres das nossas crianças. Ou se valoriza o professor através do mérito, ou vamos ficar na rabeira dos países pobres. E pensar que o Brasil é um país tão rico, como pode estar nesse atraso? Como culpar as crianças se quem deveria ensiná-las também não sabe e não tem compromisso com a aprendizagem? E ainda há quem apoia o absurdo da EAD para professores. Só poderia dar nesse fracasso que hoje vemos. Enfim, todo dinheiro enviado para a educação não se traduz em aprendizado. Estão aí as pesquisas mostrando.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Condenação de Trump

O ex-presidente americano Donald Trump foi condenado por fraude contábil, em 34 processos. Trump declarou que a Justiça americana é corrupta. Os eleitores americanos consideram confiáveis as instituições de seu país. Juan Merchan, que é o juiz desse processo, foi chamado de demônio por Trump.

Merchan deverá definir a pena de Trump em meados de julho. Trump ainda é acusado de obter documentos confidenciais de defesa nacional da Casa Branca depois de deixar o cargo e por resistir às tentativas do governo de recuperar os materiais e por tentar reverter os resultados das eleições de 2020. Trump será julgado nos outros processos, que podem resultar em desagradáveis declarações do candidato republicano, provocando ainda mais os seus devotados eleitores.

José Carlos Saraiva da Costa
jcsdc@uol.com.br

Haddad

Em sua entrevista ao **Valor** da semana passada, Haddad passou metade do tempo discretamente atribuindo a culpa dos seus problemas a terceiros, um clássico petista. Na outra metade, Haddad soava mais como candidato à Presidência do que ministro da Fazenda. Com sua mais do que conhecida aversão a candidatos à concorrência pelos holofotes, ainda bem que o presidente da República também se orgulha de não ler. A sorte de uns é o azar de muitos.

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

Fome no Rio

A informação que a fome atinge 500 mil cariocas é uma triste realidade que precisa ser sanada, posto que tal fragilidade socioeconômica não pode continuar entre nós, para que possamos ter uma qualidade de vida que tanto almejamos e temos condições de ter.

José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

Aventura Setor de submarinos pessoais foi questionado por acidente com veículo da OceanGate, mas atração pelo desconhecido e mistério das águas profundas persiste

Implosão do Titan não diminui busca de ultrarricos por turismo submarino

Kevin Koenig
Dow Jones

MARTIN ENCKELL/@EYOSEXPEDITIONS



A empresa de expedições ultrassofisticadas Eyos utiliza submarinos classificados, com certificados de segurança, em suas explorações no fundo do mar

O leito do oceano ao largo da costa de Sebastian, na Flórida, está repleto de fortunas incalculáveis. Por três séculos, o mar revirou repetidamente moedas de ouro e prata de navios espanhóis naufragados, entre algas marinhas.

Trinta e dois quilômetros longe da costa, situados em um discreto terreno industrial, encontram-se embarcações capazes de trazer à tona esse tesouro submerso. A Triton Submarines, fundada em 2008, é um dos principais fabricantes de submarinos pessoais, atendendo a uma clientela rica e desejosa de explorar as profundezas do reino submarino.

Patrick Lahey, cofundador e presidente da companhia, é um dos mais experientes operadores de submarinos do mundo. Ele pilotou um deles até o ponto mais profundo dos oceanos, mais 10.500 metros abaixo da superfície da água no Pacífico. Há cerca de um ano, pareceu que todo o seu trabalho poderia ruir.

Em 18 de junho de 2023, o Titan, um submarino construído pela OceanGate, de Seattle, implodiu durante uma viagem aos destroços do Titanic, matando todos os cinco passageiros a bordo. A tragédia transformou esse nicho de luxo dos submarinos pessoais. Para aqueles que trabalham nessa área, as perdas foram pessoais. Lahey gostava particularmente de Paul-Henri Nargeolet, um passageiro do Titan e explorador de águas profundas que ele conhecia como P.H. e considerava amigo.

O setor também se viu mergulhado na crise. Pessoas que nunca haviam estado dentro de um submarino estavam, compreensivelmente, desistindo dessas embarcações para sempre. Em uma cultura que atrai pessoas que ultrapassam os limites da aventura, a implosão fez com que até mesmo alguns entusiastas hesitassem.

"Quando fiquei sabendo do que aconteceu com a OceanGate, mandei uma mensagem para minha família e disse: 'Vocês não conseguirão entrar em contato comigo por algumas semanas'", diz Craig Barnett, diretor de vendas da Triton.

A OceanGate era motivo de controvérsia na indústria dos submarinos havia anos. Homens como Lahey, Nargeolet e Rob McCallum, fundador da empresa de expedições ultrassofisticadas Eyos, haviam implorado ao presidente-executivo da OceanGate, Stockton Rush, que fazia parte da viagem trágica, para ter cautela com o Titan. Em 2018, McCallum escreveu a Rush em um e-mail divulgado pela BBC: "Você está querendo usar um protótipo de tecnologia não classificada em um lugar muito hostil. Por mais que eu aprecie o empreendedorismo e a inovação, você está potencialmente colocando uma indústria inteira em risco".

Em julho, a OceanGate anunciou em seu site na internet que suspendeu suas operações. A Triton e sua principal concorrente, a holandesa U-Boat Worx, de repente tiveram de diferenciar seus submarinos da embarcação da OceanGate. Caso contrário, o mergulho fatal poderia paralisar todo o setor de submarinos pessoais.

As companhias dizem que precisavam esclarecer as diferenças entre os submarinos "classificados" — certificados como seguros e de acordo com o código — e os "não classificados". A Triton e a U-Boat Worx usam sociedades terceirizadas de classificação marítima para garantir que suas máquinas sejam classificadas como seguras para as suas viagens fretadas. O Titan, por outro lado, era uma embarcação não classificada e construída com base em projetos experimentais e com materiais como fibra de carbono, propensa a rachar após mergulhos repetidos.

Na opinião de Lahey, os problemas da OceanGate não dizem respeito aos submarinos. Eles afirmam que os submarinos classificados são meios de transporte excepcionalmente seguros graças a testes rigorosos e o design de materiais. "Assim, a OceanGate não fez a indústria ficar mal", diz McCallum. "Ela nos fez parecer bem."

Lahey diz ter sido ridicularizado quando começou a vender submarinos pessoais em feiras náuticas no começo dos anos 2000. Naquela época, quase ninguém tinha ou pretendia ter seu próprio submarino. Hoje, eles são acessórios comuns em iates com mais de 150 pés. Na sede da Triton está o Pagoo, um submarino de US$ 50 milhões que pertenceu ao cofundador da Microsoft Paul Allen. Único, ele é equipado com uma pia Dale Chihuly de US$ 40 mil.

Ray Dalio, o financista multibilionário e fundador da gigante dos fundos hedge Bridgewater, foi "picado pelo bichinho dos submarinos" há cerca de 12 anos. Admirador antigo de Jacques Cousteau, ele é dono de um navio de pesquisas de 285 pés batizado de "OceanXplorer" que abriga dois submarinos e que ele compara a um Calypso [o navio de Cousteau] moderno. "Não sou um cara de iates", diz ele. "Esse é um navio inteligente". A lista de conquistas científicas possibilitadas pelo navio de Dalio e seus submarinos é ampla e inclui a primeira filmagem em profundidade de uma lula gigante por um submarino tripulado.

"Para mim é muito emocionante", diz Dalio. "Você pode ver todas as espécies, os corais, o terreno, mas é mais do que isso. É uma coisa de outro mundo. O oceano tem um efeito enorme sobre o clima, um efeito enorme sobre nossas vidas de muitas maneiras: o comércio, os alimentos e uma grande parte dele é inexplorada."

> "Titan era experimental, não era certificado e não representa o que são os submarinos"
> *Ray Dalio*

É por isso que em 2022 Dalio uniu-se a outro fanático por submarinos, o diretor de cinema James Cameron, para comprar uma participação não revelada na Triton. Dalio, que diz mergulhar com os dois filhos e netos, parece demonstrar surpresa quando indagado sobre a cautela do público em relação aos submarinos. Ele diz que teria entrado em um submarino "cinco minutos depois" da notícia da implosão do Titan.

"Naquela situação, ele era experimental, não tinha certificação e não era representativo do que os submarinos são", diz.

Ainda assim, o mercado esfriou consideravelmente após a implosão do submarino da OceanGate.

Na Holanda, o cenário era ainda mais sombrio. Em 2022, a U-Boat Worx lançou seu modelo Nemo, uma pequena embarcação com preço de cerca de US$ 650 mil. Isso era considerado modesto em uma indústria onde a maioria dos donos de submarinos tem patrimônio na casa dos bilhões de dólares — dinheiro suficiente para pagar os megaiates necessários para lançá-los. Só que o Nemo também podia ser lançado da praia com o uso de um veículo de esteira de US$ 60 mil. O plano era colocar o modelo em produção e levar os submarinos pessoais a um mercado mais amplo. Esses novos proprietários seriam amadores que gostam de explorar águas rasas, e não ultrarricos obstinados que gastam dezenas de milhões de dólares para ir ao fundo da Fossa das Marianas.

O diretor comercial da U-Boat Worx, Erik Hasselman, diz que embora ninguém tenha cancelado pedidos, a companhia começou logo a perceber um esfriamento da demanda. "Há muitas coisas que podem afetar um ciclo de baixa, especialmente em um mercado tão pequeno, mas eu atribuiria isso diretamente ao Titan", afirma. Hasselman diz que a companhia dispensou 40 de seus 85 funcionários desde a implosão.

"Essa tragédia teve um efeito inibidor no interesse das pessoas por esses veículos", diz Lahey da Triton. "Ela reacendeu velhos mitos de que apenas pessoas malucas mergulham em uma coisa dessas."

Barnett diz que a Triton entregou 18 submarinos nos últimos 15 anos e 5 nos últimos três. Ele também diz que, antes da OceanGate, tinha uma agenda de 15 projetos nos quais estava trabalhando, cada um levando de um a dois anos para ser concluído. Um deles foi cancelado quase imediatamente. "Tínhamos um submarino de US$ 4 milhões que estávamos construindo para o iate de uma família, mas a esposa cortou o projeto", diz ele.

Mas poucos dias após a implosão, o telefone de Lahey tocou. "Tínhamos um cliente, um homem maravilhoso, que me ligou e disse: 'O que precisamos fazer é construir um submarino que possa mergulhar [a profundidades do nível do Titanic] repetidamente e com segurança, e mostrar para o mundo que vocês podem fazer isso, e que o Titan era uma geringonça'".

Esse homem é Larry Connor, um investidor imobiliário de Ohio que já esteve na Fossa das Marianas e na Estação Espacial Internacional. "Quero mostrar às pessoas do mundo todo que embora o oceano seja extremamente poderoso, ele pode ser maravilhoso e agradável e realmente mudar vidas se você fizer as coisas certas", diz Connor.

Ele e Lahey planejam fazer a jornada até o Titanic juntos em um submarino para duas pessoas. "Patrick vem pensando e projetando isso há mais de uma década. Mas não tínhamos os materiais e a tecnologia", diz Connor. "Não era possível construir esse submarino cinco anos atrás." Chamado de Triton 4000/2 Abyssal Explorer, ele está listado no site da empresa na internet por US$ 20 milhões. O "4000" representa a profundidade que podemos mergulhar em metros. Os destroços do Titanic estão a 3.800 metros de profundidade.

De muitas maneiras, o mar profundo continua sendo tão inexplorado quanto o espaço sideral. Ele contém riquezas não descobertas — tesouros, minerais, formas de vida não classificadas.

O desconhecido é o que atrai a maioria das pessoas para o mundo dos submarinos. Quase todos os entrevistados para este artigo demonstraram uma curiosidade insaciável sobre o mundo natural.

Ainda assim, é compreensível ter reservas sobre entrar em um submarino classificado. Existe uma série de fobias associada a essas máquinas. Além disso, os submarinos que mergulham profundamente fazem isso na ausência completa de luz solar.

Os franceses têm um termo, "l'appel du vide", que significa "o chamado do vazio". É aquela sensação de quando você está esperando um trem e o pensamento surge na sua cabeça: "E se eu pulasse nos trilhos?". É emocionante deixar a segurança pessoal de lado em nome da curiosidade.

Victor Vescovo está entre os que se apaixonaram pelo fundo do mar. "Quando ele começou sua jornada, foi como, 'OK, vou fincar a bandeira e ser o primeiro em todas as cinco profundezas'", diz MaCallum, referindo-se aos pontos mais fundos dos oceanos. "Mas ele ficou tão encantado com o projeto que passou três anos de sua vida concretizando-o."

Um texano de traços finos, cabelos prateados presos em rabo de cavalo e olhos azuis, Vescovo é um dos submarinistas mais conhecidos do mundo. Ele possui diplomas de Stanford, Harvard e do MIT, e serviu na Reserva Naval dos EUA por 20 anos como oficial de inteligência. Escalou a montanha mais alta de todos os continentes, esquiou no Polo Norte e no Polo Sul e esteve no espaço. Ele também levou um submarino aos pontos mais profundos de todos os cinco oceanos e esteve em Challenger Deep — o ponto mais profundo da superfície terrestre — por 15 vezes, um recorde para essa viagem.

"Não faço essas coisas para me gabar", diz ele. "Se tudo que eu quisesse fazer fosse quebrar recordes, há muitos recordes que são muito mais fáceis de serem quebrados."

Para Vescovo, a busca pelas grandes incógnitas do oceano é muito mais nobre do que isso — é baseada no amor pela ciência e num curiosidade incansável sobre o mundo que ele habita.

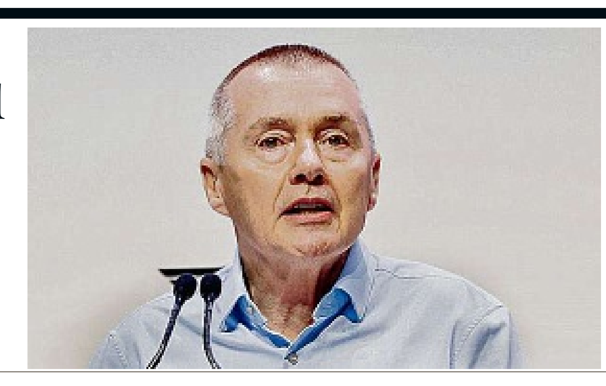
"Meu próprio sistema de crenças é que acredito firmemente na tecnologia. A maioria dos grandes problemas do mundo: a produção de alimentos, a medicina, as comunicações, foram resolvidos pela tecnologia, e não pela política ou a religião. Então, se eu puder avançar à minha maneira, acredito que será um grande uso do pouco tempo que tenho aqui no planeta."

O explorador, que fez sua fortuna no mundo do private equity, gastou cerca de US$ 50 milhões em sua última expedição em um submarino — uma parte substancial de sua fortuna pessoal. Valeu a pena?

"Ah, sim, cada centavo. Foi um dinheiro bem gasto", diz Vescovo. ***(Tradução de Mario Zamarian)***

Viagens
Setor aéreo global deve bater recorde em 2024 com 4,96 bilhões de passageiros
B5

Aviação
Lucro líquido global das aéreas em 2024 deve crescer para US$ 30,5 bi, estima Walsh, da Iata B5



Governança
Ações da Braskem caem após sondagem de Mantega para conselho B2

Beleza
Adcos lança a Elbo com foco no jovem que busca ingredientes naturais B8

Agronegócio
Venda de fertilizantes para a safra de verão começa a ganhar força B10

Saúde Na contramão do setor, hospital pediátrico erguerá nova unidade que duplicará atendimento

Sabará investe R$ 1,1 bilhão em expansão

Beth Koike
De São Paulo

Na contramão do setor que reduz investimentos em pediatria por ser uma especialidade com custos elevados e remuneração nem sempre adequada, o Hospital Infantil Sabará — do pediatra e filantropo José Luis Egydio Setúbal, um dos sete herdeiros do fundador do banco Itaú — está expandindo. O projeto prevê a construção uma nova unidade que duplicará o tamanho do hospital, reforma da atual torre e ampliação do instituto responsável pelos atendimentos gratuitos, ensino e pesquisa na área da pediatria. Essas iniciativas, juntas, demandarão investimentos de cerca de R$ 1,1 bilhão até 2028.

Os aportes virão do fundo endowment (patrimonial) criado em 2017 a partir da geração de recursos do próprio hospital, que hoje tem caixa de R$ 370 milhões, e da gestora imobiliária Tellus, responsável pelas obras.

Fundado em 1962, o Sabará foi comprado pelo pediatra e seus filhos em 2005, quando se tornou uma instituição sem fins lucrativos e recebeu investimentos de cerca de R$ 100 milhões para uma total reformulação.

A nova unidade, com 210 leitos e 12 salas cirúrgicas, vai consumir aportes de cerca de R$ 800 milhões. Deste valor, metade vem do Sabará, que destinará esses recursos para aquisição de equipamentos médicos. Os outros 50% são da Tellus, que está construindo o prédio, sob demanda, na esquina da avenida Rebouças com a rua dos Pinheiros, na capital paulista. Esse terreno pertencia ao Itaú e foi colocado à venda em 2018. O Sabará, que já planejava a expansão, tentou adquirir a propriedade, mas a proposta vencedora foi da Tellus.

A gestora pretendia erguer ali um complexo de escritórios e residencial, mas o projeto foi alterado e passou a contemplar um prédio com apartamentos e um hospital. Com isso, a Tellus ofereceu uma parceria ao Sabará, mas o ano era 2020, o auge da pandemia, e as conversas não avançaram. Passada a fase mais crítica da covid-19, as negociações foram retomadas e, em 2021, o acordo foi assinado.


GABRIEL REIS/ VALOR
Setúbal, do Sabará: "O centro de pesquisa e social também será ampliado"

"Nossa expansão não é só um aumento do número de leitos. É um projeto maior que contempla pesquisas, cursos livres e de residência médica na área da pediatria, atendimentos gratuitos, além de estudos envolvendo políticas públicas", disse Setúbal. O Instituto Pensi, braço social do hospital, realiza quase 10 mil consultas, por ano, a pacientes do SUS — esses atendimentos são doação, não uma compensação pela isenção fiscal. Esse volume representa 20% das 48 mil consultas realizadas, anualmente, pelo Sabará.

O hospital encerrou o ano passado com receita bruta de R$ 505 milhões e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de R$ 95 milhões.

O Instituto Pensi ganhará também um novo endereço, com recursos de cerca de R$ 200 milhões. O local ainda não está definido.

A decisão de construir uma nova unidade se deve à alta demanda. A taxa média de ocupação do hospital, localizado na avenida Angélica, capital paulista, é de 85% e o tempo de espera para agendamento com médicos especializados, como por exemplo neuropediatra, varia de dois a quatro meses. Na rede pública, esse tempo chega a três anos. "Há uma carência desses profissionais no mercado. Já há poucos pediatras e, com especialização, esse número é ainda menor", disse o pediatra especializado em endocrinologia infantil Felipe Lora, CEO do Hospital Sabará.

No país, há poucos hospitais privados exclusivos para atendimento médico infantil. Em São Paulo, na rede privada, estão o Sabará e o Hospital da Criança (da Rede D'Or). Isso porque é preciso ter uma infraestrutura específica, equipamentos especiais e pessoal treinado. O tempo de atendimento para uma criança é maior e, consequentemente, seu custo é superior, o que nem sempre é compreendido pelas operadoras. Além disso, a prevalência de doenças complexas em crianças é menor. Ou seja, é necessário ter médicos nessas especialidades, mas não é escalável como ocorre em pacientes adultos. Essa combinação de fatores explica o desinteresse dos grupos privados em hospitais exclusivamente pediátricos.

Combustíveis Estatal não anuncia mudanças nos dois principais derivados desde 2023

Petrobras reduz preço do querosene de avião e cria dúvida para diesel e gasolina

Preços da estatal
Petroleira não fez mudanças em 2024

21/10/2023
Foi o último ajuste na gasolina

27/12/2023
Foi o último ajuste no diesel

R$ -0,127*
É a diferença da gasolina segundo a StoneX

R$ 0,017*
É a diferença do diesel segundo a StoneX

*Em relação ao PPI

Kariny Leal
Do Rio

A redução dos preços do querosene de aviação (QAV), pela Petrobras, neste mês levanta a questão se a estatal pode efetuar também mudanças no diesel e na gasolina. No caso da gasolina, consultorias ouvidas pelo **Valor** calculam que a empresa opera abaixo da paridade de importação. Significa que, em tese, não haveria espaço para cortes, mas sim para aumentos. No diesel, a companhia está mais alinhada ao mercado externo.

O pano de fundo dessa conjuntura é o petróleo tipo Brent, que registra recuo de 9,56% desde o início de abril, segundo o **Valor Data**. Nesta segunda-feira (3), a commodity fechou a US$ 78,22.

Conforme atualização feita pela Petrobras nas cotações do QAV em 1º de junho, a chamada gasolina de aviação registrou redução de 7,6% para as distribuidoras, o equivalente a R$ 0,31 por litro. É a primeira mudança de preços no QAV sob a gestão da nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard.

Com o corte, a estatal tem uma redução acumulada no combustível de aviação neste ano de 8,8%, R$ 0,36 por litro em relação ao preço de dezembro de 2023. "A Petrobras comercializa o QAV produzido em suas refinarias ou importado apenas para as distribuidoras, que por sua vez transportam e comercializam os produtos para as empresas de transporte aéreo e outros consumidores finais nos aeroportos, ou para os revendedores. Distribuidoras e revendedores são os responsáveis pelas instalações nos aeroportos e pelos serviços de abastecimento", disse a Petrobras. Na comparação com dezembro de 2022, há redução acumulada é de 26,7% ou R$ 1,35 por litro.

No diesel e na gasolina, a Petrobras está há meses sem fazer mudanças nos preços. Na gasolina, a última mexida nos preços nas refinarias foi em 21 de outubro e no diesel, em 27 de dezembro. Nos dois casos houve reduções nos preços praticados. Conforme cálculos da consultoria StoneX, o preço da gasolina da Petrobras vendido às distribuidoras está R$ 0,127 abaixo do preço de paridade de importação (PPI), cerca de 4,5%. No caso do diesel, os preços da estatal estão mais próximos aos internacionais, cerca de R$ 0,017 acima do PPI, ou 0,5%, segundo a StoneX.

Bruno Cordeiro, analista da StoneX, afirma que a diferença do preço da gasolina da Petrobras em relação ao exterior não significa que a estatal esteja próxima de alguma mudança. A defasagem média foi de R$ 0,35 por litro em abril e chegou a R$ 0,48 em alguns dias: "Observamos a redução dessa diferença [da defasagem] entre o preço da Petrobras e o PPI desde meados de abril. Isso ocorre pela redução do risco geopolítico no Oriente Médio e no Leste Europeu, e também pelos receios macroeconômicos sobre a política econômica do Banco Central americano, que leva a uma perspectiva menos otimista para demanda de petróleo e derivados."

Segundo o analista, a redução do QAV reflete a redução dos preços do petróleo nas últimas semanas, mas não existe uma correlação com diesel e gasolina, uma vez que o querosene de aviação tem revisões mensais por contrato.

A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) calcula, com base no fechamento do petróleo desta segunda (3), que tanto a gasolina quanto o diesel vendidos pela Petrobras operam, em média, R$ 0,05 abaixo dos preços internacionais. Seria o equivalente a 1% para o diesel e 2% para a gasolina. Já o Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) estima que a gasolina está defasada em R$ 0,48 em relação ao PPI, cerca de 14,6%. O CBIE calcula ainda que o diesel está R$ 0,14 acima da referência internacional ou 4,2%.

Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, afirma que o QAV tem uma importância pequena no portfólio da Petrobras: "Não podemos considerar esse primeiro movimento da gestão de Chambriard como sinal para os outros produtos. Existem outros fatores que ajudam a compor o cenário para o diesel e a gasolina." O analista prossegue: "Com a decisão da Opep [Organização dos Países Produtores de Petróleo] de reduzir os cortes de produção gradualmente, a commodity caiu. A queda do barril é positiva para atenuar pressões sobre defasagem da Petrobras, mas também é negativa porque a empresa exporta petróleo."

LEO PINHEIRO/VALOR



Magda Chambriard: Corte do QAV é a primeira mudança de preço anunciada sob a gestão da nova presidente da estatal, que assumiu em 24 de maio

Ação da Braskem recua com sondagem a Mantega

Stella Fontes
De São Paulo

As ações PNA da Braskem, que abriram em alta a sessão de negócios desta segunda-feira (3) na B3, inverteram o sentido e encerraram o dia em baixa, na esteira da notícia de que Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda e aliado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi sondado para integrar o conselho de administração da petroquímica.

Depois de chegarem a perder mais de 2%, os papéis fecharam a sessão com queda mais suave, de 1,43%, negociados a R$ 18,63.

Em entrevista à agência Bloomberg, Mantega disse que foi sondado pelo governo para fazer parte do colegiado da Braskem, que tem como principais acionistas a Novonor (antiga Odebrecht) e a Petrobras, e aceitará o convite se esse for o desejo dos sócios da empresa. "Fui sondado pela Casa Civil e me coloquei à disposição", afirmou.

Em março, já haviam circulado informações sobre uma possível indicação de Mantega ao conselho da Braskem, depois de o Planalto ter fracassado na tentativa de emplacar o nome do ex-ministro da Fazenda na Vale.

Com onze assentos, o atual conselho da Braskem foi eleito em 29 de abril. A Petrobras tem quatro conselheiros, incluindo a vice-presidência do colegiado: José Henrique Reis de Azeredo, Carlos Plachta, Danilo Ferreira da Silva e Paulo Roberto Britto Guimarães.

Para que Mantega possa ocupar uma vaga de conselheiro, um dos membros atuais teria de renunciar. O **Valor** apurou que, até o fim da tarde de ontem, a companhia não havia recebido de seus acionistas nenhuma comunicação sobre uma potencial substituição no conselho de administração. Procurada, a Braskem não comentou o assunto.

Além do direito a indicar quatro dos onze nomes que compõem o conselho da petroquímica, a Petrobras, por meio de acordo de acionistas com a Novonor, tem poderes importantes na administração da Braskem, como o de escolher o diretor responsável pela área de investimentos e portfólio e de vetar projetos. O acordo também assegura o direito de preferência sobre a participação total de 38,1% (50,1% das ONs) da Novonor, que há alguns anos busca um comprador para sua fatia, ou de vender suas ações nas mesmas condições oferecidas à sócia.

1,43%
foi a baixa das ações da companhia na B3

Privatização da Sabesp terá cláusula de não concorrência

Saneamento

Robson Rodrigues
De São Paulo

O governo do Estado de São Paulo anunciou nesta segunda-feira (3) que os interessados em participar da disputa pela privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) deverão assinar um acordo com cláusulas de não concorrência, com o objetivo de garantir que o investidor priorize a companhia em relação a qualquer outro possível projeto que ocorra no Brasil.

Em reunião entre o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, foi deliberado que o investidor de referência fica proibido de disputar novas oportunidades nos municípios do Estado por meio de outras empresas das quais seja sócio, já que a Sabesp terá prioridade. Fora de São Paulo, o investidor de referência até pode disputar concessões em cidades com mais de 50 mil habitantes, mas precisará da autorização do conselho de administração da Sabesp.

O acordo deverá ser aceito pelos interessados em se tornarem investidores de referência da Sabesp, que terá 15% da companhia. A regra, segundo o governo, visa a impedir a concorrência desleal.

O investidor de referência também não poderá vender ações da companhia adquiridas na oferta pública até 31 de dezembro de 2029, durante o ciclo de universalização do saneamento. Neste horizonte estão previstos R$ 68 bilhões de investimentos, e R$ 260 bilhões até 2060. "O objetivo do governo é atingir a universalização do saneamento até 2029. Daí a importância de conseguir um parceiro para isso", disse o governador.

O governo paulista definiu também como será o acordo de investimentos com as regras de compliance, nomeação de conselheiros e diretoria executiva, além do modelo de venda. Neste arranjo, o conselho de administração será composto por três membros independentes, três membros indicados pelo investidor de referência e três indicados pelo governo do Estado. Já o CEO será indicado pelo investidor de referência. Segundo Resende, isso garantirá que os executivos tenham conhecimento da área de atuação e vai evitar interferências políticas na companhia.

Nos próximos dias, o governo paulista vai abrir na bolsa de valores de São Paulo, a B3, o cadastramento dos interessados a acionistas de referência. O conselho será convocado novamente para a definição do preço mínimo das ações ofertadas, que será 100% secundária, ou seja, com o governo vendendo as ações.

Logo após terá início o processo de oferta, "bookbuilding", divulgação do investidor selecionado e liquidação da oferta pública. A ideia é também maximizar o retorno financeiro do Estado e os critérios para definir o vencedor serão o maior volume de transação e maior preço ponderado.

A data limite para estabelecimento de um preço de referência ainda não está definida e será informada via fato relevante. O governo corre para destravar a venda das ações até o início de agosto, antes que o calendário eleitoral impacte a operação, além do risco de judicialização que sempre ocorre em processos de privatização.

"Em processos como esse, judicialização pode acontecer. Todos têm direito do acesso à Justiça. Mas todas as ações que tivemos até hoje contra a desestatização foram indeferidas, porque estamos fazendo um processo muito robusto, com nota técnica, parecer jurídico e outras precauções", afirmou.

Atualmente, metade das ações da empresa está sob controle privado, sendo que parte é negociada na B3 e parte na Bolsa de Nova York (Nyse). O governo estadual é majoritário, com 50,3% das ações ordinárias. O projeto, já aprovado na Assembleia Legislativa, prevê a venda da maior parte dessas ações, com o governo mantendo uma ação de classe especial, "golden share", com poder de veto.

Curtas

Subsea7 fecha contratos
A companhia de projetos e serviços em alto-mar Subsea7 fechou quatro contratos com a Petrobras — após processo de concorrência — para utilização de três embarcações. O valor combinado dos contratos é de US$ 1,25 bilhão. Segundo a prestadora de serviços, os acordos começam e 2025. Os contratos se referem às embarcações Seven Rio, Seven Sun e Seven Waves, todas do tipo PLSVs, embarcação especializada para construção e lançamento de linhas rígidas e flexíveis. Com as duas primeiras, o período de duração é de três anos. Com a Seven Waves, o tempo é de quatro anos. Em abril, a Petrobras anunciou planos de contratar 200 navios de apoio offshore até 2030. O primeiro pacote, com 38 unidades, tem previsão de atingir entre 40% e 70% de conteúdo local.

Embraer no México
A Embraer recebeu a encomenda da Mexicana de Aviación, estatal do México, de 20 jatos E2 para o segundo trimestre de 2025. O acordo, anunciado na segunda-feira (3), inclui dez jatos E190-E2 e dez E195-E2. Com isso, a Mexicana será a primeira operadora deste tipo de jato no país. O negócio foi considerado positivo para a companhia brasileira pelo Citi, pois a empresa diversifica seu livro de pedidos firmes. No entanto, no lado negativo, os analistas do banco destacam que a longevidade e confiabilidade dessa operação são questões em aberto, considerando que a companhia aérea possivelmente está perdendo dinheiro para o contribuinte mexicano e levando em conta que os jatos E2 são mais adequados para voos de curta distância em um mercado onde aeronaves de maior porte têm melhor desempenho.

IPO da Shein
A varejista chinesa Shein está preparando o lançamento de um prospecto confidencial em preparação a uma possível oferta de ações no Reino Unido que pode ser enviado a órgãos reguladores já na próxima semana, diz o canal Sky News. A companhia quer fazer uma oferta que a avalie em torno de 50 bilhões de libras, o que tornaria uma das maiores aberturas de capital na história da Bolsa de Londres. Porta-vozes da Shein não comentaram o assunto.

Hoje, excepcionalmente, não publicaremos a coluna de **Rony Meisler**.

INÊS 249

Veículos Novo ciclo de investimentos prevê a abertura de mais 1,7 mil empregos na fábrica de Itirapina (SP) e outros 3,5 mil nos fornecedores

Com R$ 4,2 bilhões, Honda nacionalizará produtos no Brasil

Marli Olmos
De São Paulo

Uma viagem a Brasília foi um dos primeiros compromissos profissionais do engenheiro Arata Ichinose logo que assumiu o cargo de presidente da Honda na América do Sul, há dois meses. O objetivo da visita foi anunciar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a decisão da empresa de investir R$ 4,2 bilhões no Brasil até 2030. Mas, a viagem foi também marcante pelo lado pessoal. O executivo teve a oportunidade de ver de perto as mais imponentes obras de Oscar Niemeyer, arquiteto que ele admira desde os tempos em que vivia no Japão.

O interesse pelo trabalho de Niemeyer é influência do irmão, arquiteto. Chamou a atenção dos que o acompanharam na vista perceber que nenhum detalhe das obras do arquiteto brasileiro passou despercebido. "Sou um grande fã de Oscar Niemeyer; entrar naqueles edifícios foi muito emocionante", diz Ichinose ao **Valor**, em sua primeira entrevista a um jornal brasileiro.

Apesar do encantamento com o legado do arquiteto, Ichinose manteve o foco no que o levou a Brasília em 19 de abril. O novo ciclo de investimentos na operação de automóveis ajuda a destacar a Honda, uma empresa tradicionalmente agressiva no segmento de motocicletas, mas sempre cautelosa e discreta nos automóveis.

No acumulado até abril, a marca ficou no nono lugar, com 3,5% do mercado brasileiro de carros e comerciais leves Apesar de não estar entre as maiores, a Honda se destaca por manter no Brasil uma clientela fiel à marca.

Encheu os olhos de Lula ouvir do executivo os planos de abrir, até 2030, mais 1,7 mil novos empregos na divisão de automóveis no país, que hoje conta com 3,5 mil funcionários.

Além desses, calcula a direção da montadora, os fornecedores vão precisar abrir outros 3,5 mil postos de trabalho em suas fábricas só para atender a Honda.

A previsão de mais empregos será uma consequência da decisão de substituir itens importados por peças produzidas no país. "O número de fornecedores não vai mudar. Mas daremos a eles mais produção local", destaca Ichinose, que tem se esforçado no aprendizado do português e faz da leitura diária do noticiário local uma oportunidade de aprimorar o idioma.

Ter mais peças nacionais nos carros que produz no país ajudará a Honda, por um lado, a preparar-se para o desenvolvimento de modelos híbridos movidos a etanol, uma tecnologia que tem se tornado cada vez mais uma especialidade de brasileira. Trata-se de um movimento que começou com outra japonesa, a Toyota, e que tem dado o tom a recentes anúncios de investimentos de empresas, como Volkswagen e Stellantis.

> "Precisamos atingir um volume de produção sustentável"
> *Arata Ichinose*

O desenvolvimento e produção de carros híbridos (que têm um motor a combustão e outro elétrico, que se alternam conforme o uso) que podem ser abastecidos com etanol está em quase todos os novos planos de investimentos das montadoras para esta década. Com os R$ 4,2 bilhões da Honda, o total já chega a R$ 115,5 bilhões somente entre as montadoras de automóveis.

Reduzir a dependência de peças importadas também abre caminhos para a operação brasileira buscar a competitividade que Ichinose lamenta não ter encontrado por aqui. Um dos motivos, destaca o executivo, é a estagnação do mercado de carros em torno de 2 milhões de unidades por ano, volume muito distante das projeções acima de 5 milhões que se faziam há dez anos, quando a Honda decidiu construir em Itirapina, no interior de São Paulo, a sua segunda fábrica de automóveis.

Em 2016, a fábrica estava pronta, mas não foi inaugurada porque o ambiente econômico era desfavorável. A unidade começou a operar três anos depois. Ali, hoje são produzidos o compacto City (hatch e sedã) e o utilitário esportivo HR-V. Recentemente, a empresa confirmou que a partir do próximo ano também produzirá a nova versão do utilitário compacto WR-V. Em Sumaré (SP), a primeira fábrica de carros da marca no Brasil, agora são produzidos motores e componentes.

Ichinose não conta quando o primeiro híbrido movido a etanol será lançado. Em entrevista ao "CBN Autoesporte", o vice-presidente comercial da Honda, Roberto Akiyama, disse que os primeiros híbridos flex (etanol ou gasolina) da Honda serão lançados no início de 2028.

Na carreira na Honda, Ichinose já liderou o planejamento de negócios de eletrificação e desenvolveu um profundo conhecimento sobre o uso de hidrogênio em veículos. Para ele, junto com a eletricidade, o hidrogênio, que oferece bons resultados em veículos comerciais, contribuirá para alcançar a neutralidade em carbono.

Para ele, o híbrido a etanol chega muito próximo do carro 100% elétrico. "Mas não podemos considerá-lo carbono zero", afirma. Mesmo assim, destaca o executivo, o híbrido a etanol é a opção do Brasil, que ainda não está preparado para a produzir modelos 100% elétricos.

O executivo diz que não há chances, por exemplo, de o Brasil se inserir em planos como o que foi definido pela Honda para os Estados Unidos e também no Japão, de chegar a 2040 com 100% das vendas de carros puramente elétricos. Daí, destaca, a necessidade de fortalecer o parque nacional de autopeças para motores a combustão.

Ichinose se vê diante de um desafio. "Historicamente o Brasil não consegue competir com outras regiões em razão dos baixos volumes de produção. Mas para nacionalizar componentes que são peças-chave precisamos ter um certo volume de produção". Segundo ele, "não é tão simples" ser otimista em relação ao mercado brasileiro.

"Costumo dizer às pessoas na companhia: não podemos ser otimistas, mas temos que atingir um certo nível de produção que seja sustentável."

A experiência global lhe permite ser incisivo quando o assunto é analisar a incapacidade brasileira de alcançar os produtores de veículos mais competitivos. Foi, aliás, a vontade de ter a vivência internacional que o levou até a Honda, seu primeiro emprego e onde ele trabalha desde 1991. Mas não só isso.

O primeiro impulso para buscar um emprego na montadora veio, atribui ele, a uma peculiaridade dos jovens de sua geração: a atração pela marca dos motores dos carros pilotados por Ayrton Senna e com os quais o piloto brasileiro ganhou títulos na Fórmula 1. Mas, para o engenheiro nascido em Tóquio, entrar na Honda significava, também, um caminho para trabalhar fora do Japão.

E foi assim que do início da carreira, na área de produção de automóveis, ele passou para planejamento e vendas, conhecimentos que o conduziram a filiais da companhia no Canadá, Estados Unidos e China.

É da China que o executivo tira inspiração para falar sobre competitividade. "Quando comecei a trabalhar na China, na nossa joint venture com a Dongfeng, em 2011, a maioria das pessoas da minha equipe, na área de vendas, não tinha carro. Eles usavam transporte coletivo. Depois de dois ou três anos, eles começaram a comprar carros usados. Quando deixei o país, em 2017, a maioria já começava a comprar carros novos", conta o executivo.

Segundo ele, aquele foi o período em que a produção na China cresceu rapidamente porque surgiram oportunidades para a classe média adquirir um automóvel. "Esse crescimento de vendas foi claramente sustentado pela classe média. Eu gostaria de ver isso no Brasil", completa.

Por aqui, Ichinose testemunhou um fenômeno semelhante nas vendas de motos, segmento do qual a Honda é dona de 73% do mercado. O executivo comanda ambas as operações. Mas, segundo ele, o crescimento de uma não serve para compensar a que cresce menos. Na Argentina, por exemplo, a montadora fechou a fábrica de automóveis há quatro anos, mas continua produzindo motos.

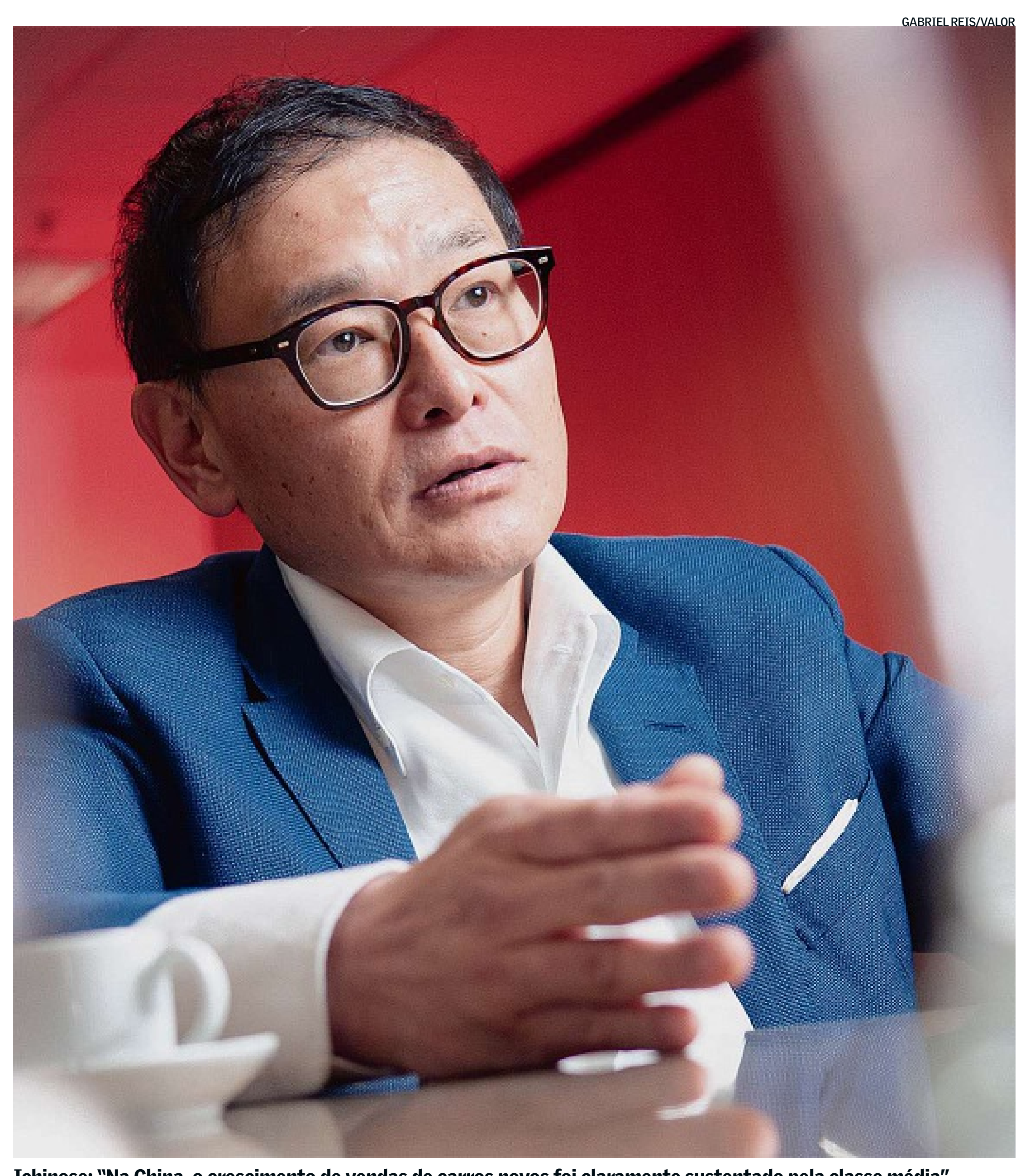
Ichinose lembra que no Brasil são vendidos cinco carros usados para cada zero-quilômetro. Nos Estados Unidos, a relação é de três para um enquanto no Japão, um caso excepcional, é de um usado para cada novo. "Eu quero acreditar no crescimento das vendas de veículos nesse mercado. Quanto? Eu não sei responder."

Não seriam os altos preços dos carros que afastam o consumidor brasileiro? Ichinose reconhece que nos últimos três a quatro anos todos os fabricantes elevaram os preços, incluindo a Honda.

Lula fez a sua parte. No encontro com o novo presidente da Honda, questionou se a montadora japonesa não poderia produzir carros de faixas de preços mais acessíveis.

O executivo ouviu o presidente. Mas não quer ficar com todo o ônus dessa situação: "Não conheço o sistema de tributação do país. Mas se fizermos um comparativo com outros mercados o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo."

GABRIEL REIS/VALOR



Ichinose: "Na China, o crescimento de vendas de carros novos foi claramente sustentado pela classe média"

R$ 115,5
bi são investimentos das montadoras

Modelo de lavanderia "self-service" avança no país

Serviços

Helena Benfica
De São Paulo

Duas das maiores redes de lavanderias instaladas no país estão expandindo o número de lojas na modalidade autosserviço, ou "self-service", em que o próprio cliente acessa o espaço e lava suas roupas. O grupo francês 5àSec planeja 60 franquias da marca Lavpop até o fim do ano. Já a Omo Lavanderia, da britânica Unilever, espera encerrar o primeiro semestre com 50 unidades próprias. O movimento é uma resposta à demanda crescente por conveniência e eficiência, em meio a um estilo de vida acelerado e a espaços residenciais cada vez menores.

De olho nas tendências, e nas oportunidades do mercado, a operação da francesa 5àSec no Brasil criou, em 2020, a Lavpop, marca exclusiva de lavanderias de autosserviço. Até o momento, a marca inaugurou 20 lojas desse modelo e a expectativa é encerrar o ano com 60 franquias, em diferentes regiões do país.

"Pensamos em uma lavanderia que fosse mais acessível ao público em geral", explica Fernando Toledo, vice-presidente de operações e vendas da 5àSec. Segundo o executivo, o principal público-alvo da marca são jovens em começo de carreira, que buscam soluções práticas e que cabem no bolso.

> "Pensamos em uma lavanderia que fosse mais acessível ao público em geral"
> *Fernando Toledo*

Com 30 anos de operação no Brasil, a 5àSec possui atualmente 554 lojas no país. No ano passado, o grupo faturou cerca de R$ 265 milhões e, para 2024, projeta crescimento de pelo menos 12% no faturamento. Para este ano, também estão previstas mais 50 lavanderias da 5àSec.

Na OMO Lavanderia, o movimento começou quando a Unilever identificou uma nova tendência no mercado imobiliário: apartamentos com metragens menores, muitas vezes desprovidos de espaço para uma máquina de lavar. Atualmente, a marca tem 2.500 lavanderias compartilhadas em condomínios, além de 300 lojas na rede de franquias.

"Como reflexo do crescimento do negócio, nossa estratégia para este ano é investir em um modelo de lojas próprias no formato self-service, devido ao seu potencial de escala", afirma Marcelo Costa, líder de cuidados com a casa da Unilever Brasil. Até o fim do primeiro semestre, o grupo pretende inaugurar 50 lojas próprias no formato de autoatendimento. O valor do investimento não foi divulgado.

Em mercados mais consolidados, como nos Estado Unidos e em países europeus, a taxa de penetração de lavanderias na população economicamente ativa é de quase 20%. No Brasil, dados da Associação Nacional de Empresas de Lavanderia (Anel) indicam que esse índice é de apenas 4%. "Ainda tem uma oportunidade muito grande para crescimento", avalia Toledo.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Nsa Corte a Laser Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 31.841.568/0001-69 - Endereço: Rua Rio de Janeiro, 151, Bairro Casa Grande, Diadema/sp - Requerente: Galiléia Ferro e Aço Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Transportes Wartha Ltda. -** CNPJ: 01.784.706/0002-35 - Endereço: Estrada do Capão Bonito, 420, Lotes 6970 e 6971, Bairro Jardim Maria de Lourdes - Requerente: Clerom Transportes, Comércio, Mecânica e Serviços Automotivos Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Falências Decretadas

Empresa: **J. T. Mendonça Comércio e Prestação de Serviços Ltda. -** CNPJ: 54.165.915/0001-86 - Endereço: Av. Moacir Dias de Morais, 781, Distrito Industrial - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Compasso Administração e Consultoria Empresarial Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Batatais/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Sellix Ambiental e Construção Ltda. -** CNPJ: 04.655.182/0001-90 - Requerente: Thunder Comercial Ltda. - Vara/Comarca: 7a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ - Observação: Desistência homologada.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **A. F. Artigos Esportivos Ltda. -** CNPJ: 32.139.714/0001-71 - Endereço: Rua Cuba, 1597, Sala A, Setor Parte 02, Bairro Jardim Novo Oasis - Vara/Comarca: 7a Vara de Maringá/PR

Empresa: **Águia Esporte e Lazer Ltda. -** CNPJ: 43.428.691/0001-31 - Endereço: Rua Cuba, 1597, Sala A, Setor Parte 01, Bairro Jardim Novo Oasis - Vara/Comarca: 7a Vara de Maringá/PR

Empresa: **Bmf Gráfica e Editora Ltda. Epp -** CNPJ: 27.568.225/0001-03 - Endereço: Av. Dr. Alberto Jackson Byington, 3015, Bairro Industrial Anhanguera, Osasco/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Empresa: **Cbr Artigos Esportivos Ltda. -** CNPJ: 20.702.660/0001-21 - Endereço: Rua Cuba, 1597, Sala A, Setor Parte 03, Bairro Jardim Novo Oasis - Vara/Comarca: 7a Vara de Maringá/PR

Empresa: **Reiter Brasil Soluções de Pintura Ltda. -** CNPJ: 14.254.385/0001-28 - Endereço: Rodovia Vice Prefeito Hermenegildo Tonolli, 2777, Galpão 07, Bairro São Roque da Chave, Itupeva/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Rf Serviços Digitais e Logística Ltda. Ou Rf2 Serviços Digitais e Logística Ltda. -** CNPJ: 36.520.503/0001-35 - Endereço: Av. Dona Sophia Rasgulaeffi, 2588, Bairro Jardim Novo Oasis - Vara/Comarca: 7a Vara de Maringá/PR

Empresa: **Supermercado Marçalo Ltda. -** CNPJ: 46.353.561/0001-75 - Endereço: Estrada do Campo Limpo, 4445, Bairro Campo Limpo - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Comercial Cianorte Ltda. -** CNPJ: 43.711.993/0001-12 - Endereço: Av. Mercúrio, 48, Bairro do Brás - Administrador Judicial: Vivante Gestão e Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Armando Lemos Wallach - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Diomar Antonio de Souza e Companhia Ltda. -** CNPJ: 06.211.721/0001-27 - Endereço: Av. Darcy Sarmanho Vargas, 141, Centro, Faxinal Dos Guedes/sc - Administrador Judicial: Rlg Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC

Homologação de Desistência de Recuperação Judicial

Empresa: **Rhyno Log Transporte Ltda. Epp -** CNPJ: 17.250.632/0001-06 - Endereço: Rodovia Br 277, Km 26,5, S/nº, Bairro Marta - Vara/Comarca: Vara Cível de Morretes/PR

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Contini & Companhia Ltda. Açometal -** CNPJ: 00.701.130/0001-51 - Endereço: Rua Colonizador Enio Pipino, 867, Setor Industrial Sul - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Terraplanagem e Transportes Azza Ltda. -** CNPJ: 83.810.150/0001-98 - Endereço: Rua Sl 01, Nº 500, Loja 02, Bairro Santa Luzia - Vara/Comarca: 2a Vara de Brusque/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Terraplenagem Azza Ltda. -** CNPJ: 85.115.053/0001-00 - Endereço: Rua Sl 21, Nº 500, Bairro Santa Luzia - Vara/Comarca: 2a Vara de Brusque/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Mobilidade Entre os entraves estão riscos de engenharia, limitações fiscais para a oferta de garantias das PPPs e futuros leilões do setor

Mercado vê desafios para atrair investidor para trens e metrôs

Taís Hirata
De São Paulo

O pacote de concessões de metrôs e trens urbanos em São Paulo é visto com interesse pelo mercado, porém, a percepção é que o desafio para tirar os projetos do papel é grande, segundo analistas ouvidos pelo **Valor**. Entre os entraves para a atração dos investidores estão riscos de engenharia elevados, limitações fiscais para a oferta de garantias das PPPs (Parcerias Público-Privadas), além da concorrência com outros leilões de infraestrutura previstos para os próximos anos.

O governo paulista já licitou uma primeira PPP do pacote em fevereiro deste ano, o Trem Intercidades (TIC) entre a capital e Campinas. O leilão atraiu apenas um interessado — o consórcio formado pela Comporte e pela chinesa CRRC. O contrato foi assinado na última terça-feira (29).

No pacote do governo, há ao menos outros 13 projetos em estudo, com potencial de investimento de R$ 130 bilhões. A iniciativa mais madura é a PPP das linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade, que deverá ter edital lançado em setembro e leilão realizado no quarto trimestre. A projeção é de R$ 10 bilhões de investimentos.

Outras três PPPs poderão sair em 2025, segundo o cronograma do governo. Uma delas é do TIC Oeste, uma nova linha de 100 km que deverá conectar a capital a Sorocaba em 60 minutos. O investimento projetado é de R$ 10 bilhões. O segundo projeto programado é um lote com as Linhas 10-Turquesa, já existente, e 14-Ônix, a ser construída. O investimento é estimado em R$ 18 bilhões.


ANA PAULA PAIVA/VALOR

"As pessoas estão fazendo visita técnica, acessando o 'data room'" *Rafael Benini*

Há ainda a PPP para construir as Linhas 19-Celeste e 20-Rosa do Metrô. Os estudos ainda avaliam a viabilidade da megaobra, que deverá demandar R$ 45 bilhões. Para isso, o governo avalia formar um lote com linhas já existentes — estão em estudo a 1-Azul, a 2-Verde, a 3-Vermelha e a 15-Prata.

Para analistas, há expectativa de que novos investidores surjam, porém, o mercado é desafiador. "Mobilidade sobre trilhos é um setor complexo, especialmente quando há novas linhas. Os contratos têm investimento alto, além de riscos geológicos, de desapropriação, de interferência em outras estruturas", diz Bruno Aurélio, sócio do Demarest.

Como os contratos de mobilidade são em geral PPPs, ou seja, concessões que demandam aporte público, a questão fiscal e da estruturação de garantias do pagamento também demandam atenção, aponta Guilherme Quintella, presidente da EDLP (Estação da Luz Participações), que em 2012 fez estudos para diversos projetos de trens intercidades ao governo paulista. "É preciso haver segurança fiscal. Isso é o maior desafio, os projetos vão depender desse caixa para avançar ou não."

Além disso, trata-se de um pacote de longo prazo, o que traz um risco de continuidade, observa David Wong, diretor da A&M (Alvarez & Marsal). "As ideias e cronogramas fazem sentido. A questão é atrair investidores e garantir que as mudanças de governo não vão causar efeito negativo, como é comum em projetos de infraestrutura", diz. Para ele, outra dificuldade para viabilizar os empreendimentos é garantir integração multimodal com outras estruturas de mobilidade necessárias à viabilidade das rotas.

Hoje uma preocupação do governo e do mercado é ampliar a gama de investidores no setor, que é menos desenvolvido do que outros segmentos, como rodovias. "Há poucos grupos especializados na operação das linhas, com experiência para garantir que o plano de negócios será entregue", avalia José Virgílio Lopes Enei, que coordena a área de infraestrutura do escritório Machado Meyer.

Porém, a percepção de todos os analistas é que, apesar dos diversos desafios, há hoje uma série de novos interessados estudando o setor, em grande medida, por conta do pacote do governo paulista. "Um projeto isolado tem dificuldade de atrair novos entrantes, porque para participar de um leilão o investidor mobiliza dezenas de milhões de reais. Mas se há um programa, isso já traz um outro estímulo para o investidor, porque se ele perde uma licitação, tem outras oportunidades, ele não joga fora o aprendizado", diz Enei.

Hoje, além dos grupos que já operam no setor — principalmente CCR, Acciona e o consórcio da Comporte e CRRC —, analistas afirmam que poderão entrar no mercado grupos estrangeiros, fundos de investimento e até mesmo operadores de rodovias que já atuam no Brasil.

Rafael Benini, secretário de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo, afirma que o governo tem visto interesse do mercado pelos projetos. "As pessoas estão fazendo visita técnica, acessando o 'data room' para ver informações", afirmou.

Segundo ele, uma mudança relevante deverá ampliar a concorrência: um incentivo tributário à subcontratação. Dessa forma, o grupo vencedor do leilão poderá subcontratar, por exemplo, uma outra empresa para operar a linha, o empreiteiro da obra e o fornecedor de material rodante. Hoje, essa subcontratação é possível, mas sofre com bitributação, algo que o governo deverá compensar no curto prazo. "Com a reforma tributária, isso vai se resolver no futuro. Agora, vamos reembolsar o cara pela bitributação até 2028", explica.

Na avaliação de Renato Kloss, sócio do VAK Advogados, o incentivo à diversificação do perfil de interessados é importante para ampliar a concorrência. "É preciso trabalhar o perfil do licitante, que não precisa ser operador. Quem vencer contrata depois. Se mudar isso, abre oportunidade para outros interessados, como fundos de investimentos", diz.

Pacote sobre trilhos
Projetos de mobilidade do governo de SP em fase mais avançada

Linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade

Extensão:	128 km
Investimento estimado:	R$ 10 bilhões
Previsão de leilão:	4º tri/2024

Linhas 10-Turquesa E 14-Ônix

Extensão:	65 km
Investimento estimado:	R$ 18 bilhões
Previsão de leilão:	3º tri/2025

TIC Sorocaba

Extensão:	100 km
Investimento estimado:	R$ 10 bilhões
Previsão de leilão:	4º tri/2025

Linhas 19-Celeste E 20-Rosa

Extensão:	1140 km
Investimento estimado:	R$ 45 bilhões
Previsão de leilão:	4º tri/2025

Outros projetos do pacote

- TIC Eixo Leste (Ligação entre RMSP e Vale do Paraíba)
- TIC Eixo Sul (Ligação entre RMSP e Baixada Santista)
- VLT Campinas
- VLT Sorocaba
- Linha 22-Marrom
- TIC São José dos Campos-Taubaté
- TIC Sorocaba-Campinas-Ribeirão Preto
- TIC Campinas-Araraquara

Fonte: Secretaria de Parcerias em Investimentos de São Paulo

Lucro global das aéreas deve subir 11% com movimento recorde

Aviação

Cristian Favaro
De Dubai

As companhias aéreas ao redor do mundo devem encerrar o ano com lucro líquido de US$ 30,5 bilhões (margem líquida de 3,1%), alta de 11,3% ante o resultado de 2023. Os dados foram divulgados pela Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata), em evento nesta segunda-feira, em Dubai. O número da associação representa salto de 18,7% frente à projeção anterior, divulgada em dezembro.

"Em um mundo de muitas e crescentes incertezas, as companhias aéreas continuam a reforçar sua lucratividade. O lucro líquido esperado para 2024 é uma grande conquista, considerando-se as recentes perdas profundas da pandemia", disse Willie Walsh, diretor-geral da Iata.

A estimativa é que o setor transporte um recorde de 4,96 bilhões de passageiros em 2024. A receita do segmento deverá saltar 9,7% no ano, para US$ 996 bilhões.

"O setor de companhias aéreas está no caminho para lucros sustentáveis, mas ainda há uma grande lacuna a ser coberta. Um retorno de 5,7% sobre o capital investido está bem abaixo do custo de capital, que é superior a 9%. E ganhar apenas US$ 6,14 por passageiro é uma indicação de quão escassos são nossos lucros, insuficiente para um café em muitas partes do mundo", disse Walsh. O executivo defendeu a necessidade de um ambiente regulatório mais favorável à indústria.

"Lucro líquido esperado em 2024 representa uma grande conquista" *Willie Walsh*

Considerando-se apenas o segmento de passageiros, o setor deve registrar receita de US$ 744 bilhões em 2024, alta de 15,2% no ano. A demanda (medida em passageiro-quilômetros pagos, ou RPK) deve crescer 11,6%. A projeção de longo prazo é de crescimento anual de 3,8%, até 2043.

A visão é da entidade é que o yield (preço pago pelo passageiro para voar um km) deve saltar 3,2% sobre 2023. Já a tarifa média real em dólar é esperada em US$ 252, contra US$ 306 em 2019. A ocupação das aeronaves em 2024 deverá ficar na casa de 82,5%, em linha com os 82,6% de 2019.

A estimativa do setor é que o ano registre 38,7 milhões de voos, 1,4 milhão de voos abaixo da estimativa anterior, de dezembro. A redução, segundo a Iata, reflete a desaceleração do ritmo de entregas de aeronaves, em face de problemas persistentes na cadeia de suprimentos no setor aeroespacial. O número de entregas de aeronaves programadas para 2024 deve ser de 1.583, 11% menor do que as expectativas publicadas há alguns meses.

Considerando-se apenas a América Latina, a estimativa da Iata é que a região tenha um lucro de US$ 600 milhões em 2024, contra US$ 200 milhões em 2023. A demanda deverá saltar 8,2%, enquanto a oferta deve crescer 8,1%.

Segundo a Iata, a América Latina tem visto uma melhora constante no desempenho financeiro desde 2020 — embora os países tenham apresentado resultados diversos. A turbulência econômica e social ajuda a explicar parte dos problemas enfrentados em algumas regiões. Países na América Central, especialmente México, El Salvador, Guatemala e Honduras, são os principais contribuintes para o crescimento dos lucros da região.

Já para o setor de carga, a estimativa é de receita de US$ 120 bilhões em 2024, uma redução ante os US$ 138 bilhões vistos no ano passado. Ambas estão bem abaixo do pico de US$ 210 bilhões de 2021, mas acima das receitas de 2019, de US$ 101 bilhões.

Apesar da força da demanda, espera-se que os rendimentos de carga caiam 17,5% em 2024, permanecendo ligeiramente acima dos níveis de 2019. O cenário, explicou a Iata, reflete a capacidade significativa que entrou no mercado em 2023 em conjunto com a recuperação das viagens de passageiros -— as margens nesta categoria são menores.

O repórter viajou a convite da Iata



VALERIE PLESCH/BLOOMBERG

Setor está no caminho para ter lucros sustentáveis, mas ainda há uma lacuna em termos de retorno sobre o capital investido, avalia Walsh, da Iata

9,7%
é a previsão de alta nas receitas no ano

INÊS 249



13 JUNHO

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
17H ÀS 19H | 19H30H ÀS 21H30

SALA DE PROVAS

• **PROVA ESPECIAL** - LUÍS SOTTOMAYOR, O ENÓLOGO DO BARCA VELHA
COM JORGE LUCKI - **14H ÀS 15H** ESGOTADA

• UM GUIA DE ENOTURISMO DE PORTUGAL
COM LUÍS LOPES - **15H30 ÀS 16H30**

• GRANDES VINHOS DO DOURO
COM MANUEL CARVALHO - **17H ÀS 18H**

• **PROVA ESPECIAL** - VINHOS ESCONDIDOS, RAROS E FORA DA CAIXA
COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H30 ÀS 19H30**

• HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DE LISBOA
COM CECÍLIA ALDAZ - **20H30 ÀS 21H30**

14 JUNHO

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
14H30 ÀS 16H30 | 17H ÀS 19H | 19H30 ÀS 21H30

SALA DE PROVAS

• ALENTEJO: PARAÍSO DOS VINHOS SUSTENTÁVEIS
COM JORGE LUCKI - **13H30 ÀS 14H30**

• O SEGREDO DAS VINHAS VELHAS
COM LUÍS LOPES - **15H ÀS 16H**

• VINHOS VERDES, FRESCOS E INTENSOS
COM MANUEL CARVALHO E JORGE LUCKI - **16H30 ÀS 17H30**

• **PROVA ESPECIAL** - GRANDES VINHOS DO TEJO E SUAS HISTÓRIAS
COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H ÀS 19H**

• ALENTEJO: UM GUIA DE ENOTURISMO
COM LUÍS LOPES - **19H30 ÀS 20H30**



15 JUNHO

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
12H ÀS 14H | 15H ÀS 17H | 17H30 ÀS 19H30 | 20H ÀS 22H



SALA DE PROVAS

• LAGAR, A TRADIÇÃO DE PISAR NAS UVAS COM OS PÉS
COM LUÍS LOPES - **12H ÀS 13H**

• **PROVA ESPECIAL** - JOVENS ENÓLOGOS, GRANDES VINHOS
COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **14H ÀS 15H** ESGOTADA

• SETÚBAL, VINHOS DE AREIA E MAR
COM MANUEL CARVALHO E ALEXANDRA PRADO COELHO - **16H ÀS 17H**

• BEIRA INTERIOR: UMA REGIÃO A DESCOBRIR
COM LUÍS LOPES E JORGE LUCKI - **17H30 ÀS 18H30**

• PORTO, AS SEDUÇÕES DE UM VINHO CLÁSSICO
COM MANUEL CARVALHO- **19H ÀS 20H**

• HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DO DÃO
COM CECÍLIA ALDAZ E MANUEL CARVALHO - **21H ÀS 22H**

cidade anfitriã

CIDADE DE SÃO PAULO

realização





Valor ECONÔMICO

participação



apoio





















apoio institucional



hotel oficial



Loja oficial



água oficial



rádio oficial



curadoria



BEBA COM MODERAÇÃO

Dermocosméticos Com Elbo, o grupo aposta em produtos feitos com ingredientes naturais

Adcos tenta atrair público jovem com seu novo cosmético

Angela Klinke
Para o Valor, de São Paulo

Da palavra 'equilíbrio' foram escolhidas as letras que formam Elbo, a nova marca do grupo Adcos. Sua bandeira é a "naturalidade com alta performance dermatológica", um encontro harmonioso de "ingredientes naturais e rigor técnico" nem sempre alcançado na indústria de cosméticos.

A companhia de dermocosméticos criada em Vitória (ES) há 31 anos atende majoritariamente mulheres com mais de 35 anos. Com Elbo, o grupo elegeu como público-alvo jovens entre 18 e 35 anos, "questionadores e ávidos por cosméticos e que se interessam por ingredientes". Ou seja, os consumidores de produtos "clean beauty", movimento que busca transparência e sustentabilidade nas formulações e embalagens.

Durante essas décadas, a Adcos se estabeleceu como uma referência em dermocosméticos no país, com um faturamento de R$ 500 milhões no ano passado e planos de crescer 20% a cada ano, o que, neste ritmo, significaria chegar à casa do bilhão até 2028. A previsão da consultoria Close Up é que o faturamento do mercado de dermocosméticos no Brasil seja de R$ 8 bilhões este ano.

O plano, disse Lucas Mota, CEO do grupo, que engloba ainda a marca Adcos Pro., é que Elbo represente 10% do resultado no próximo ano. "Estamos nos tornando uma 'house of brands' e vamos ter mais uma unidade de negócios até 2026 para acelerar o crescimento. Este ano, além do lançamento de Elbo, vamos entrar na categoria de nutracêuticos com Adcos."

Lucas e seus irmãos, os gêmeos Felipe e Matheus, dermatologistas do board científico do grupo; e Victor, diretor de tecnologia da informação da empresa, são os herdeiros de Ada Mota, fundadora e presidente do grupo e do conselho consultivo.

A ela é atribuído o pioneirismo no desenvolvimento de dermocosméticos no país com investimento em pesquisas científicas e o lançamentos de produtos em texturas diferentes, como 'stick' (produto sólido em bastão) e fluido (no caso de filtro solar).

No Brasil, marcas nacionais de clean beauty estão navegando em várias categorias (skincare, nutracêuticos, maquiagem) como as nativas digitais Simple Organic, comprada pela Hypera, a startup Care, e a Intua, do laboratório Herbarium. No mundo, o mercado de clean beauty foi estimado em US$ 22 bilhões este ano pela consultoria Statista.

"Vamos ter mais uma unidade de negócios até 2026"
Lucas Mota


Os irmãos Mota Felipe (à esquerda), Lucas e Matheus assumem o desafio de criar uma marca brasileira dentro da tendência clean beauty com ação clínica

A Elbo vai se restringir aos produtos para tratamento facial nesta primeira fase, com seis itens, e quatro lançamentos a cada ano. "Este mercado cresceu muito na pandemia em função do on-line. Mas o desenvolvimento da Elbo começou ainda em 2018", diz Matheus Mota.

O desafio que ele e Felipe Mota se impuseram foi criar uma marca brasileira de dermocosméticos dentro da tendência "cleanical", ou seja clean beauty com ação clínica. E com o mesmo posicionamento premium da Adcos que pratica preços "mais que o dobro da média do mercado, que é de R$ 90."

"Muitas marcas de clean beauty trabalham com ingredientes naturais, mas sem respaldo científico. E nós temos expertise com Adcos por sermos um laboratório farmacêutico", diz Matheus.

Mas isso significa que as demais concorrentes do mercado não são eficientes? "Não necessariamente, mas a Elbo entrega muito mais resultados pelas pesquisas e ingredientes", diz o CEO.

Nas formulações de Elbo, os irmãos combinaram componentes clássicos da dermatologia a ingredientes naturais com benefícios para a pele como os "adaptógenos" aloe vera e ginseng, por exemplo, e também os chamados superfoods, alimentos que têm alto teor de nutrientes, como aveia e cúrcuma.

Assim, a vitamina C, ativo consagrado na dermatologia, vem associada a cúrcuma, que "potencializa a ação antioxidante e traz luminosidade", explica Felipe. "Dos muitos congressos internacionais de dermatologia que participamos, este ano, em San Diego, Califórnia, pela primeira vez vimos painéis de superfoods e adaptógenos", observou Matheus.

O grupo concebeu Elbo dentro de outra tendência internacional, a do "skinimalismo", que consiste em reduzir as etapas da rotina de cuidado da pele com produtos multifuncionais. "É fundir dois, três produtos em um para ter um ritual mais enxuto. É uma tendência que tem muito a ver com a dinâmica de vida que exige menos tempo com o mesmo resultado", explicou Felipe.

É o caso, por exemplo, do balm para limpeza facial que também funciona como demaquilante e hidratante ao combinar aveia, ácido hialurônico, esqualano vegetal, manteiga de karité e gengibre. "Mesmo que a brasilidade não seja um dos atributos da marca, todos os produtos foram pensados na diversidade de peles das brasileiras", diz Matheus.

Elbo terá sua estratégia de comunicação dedicada às redes digitais para conversar com o público-alvo, com foco no Instagram e TikTok, e com suporte de influenciadores de sustentabilidade, bem-estar e skincare.

A marca-mãe, por sua vez, tem como uma das principais estratégias a parceria com "mais de 4 mil dermatologistas" pelo país. E pela importância dos protetores solares no resultado de Adcos, patrocinam atletas como a tenista Bia Hadad, Ítalo Ferreira (campeão mundial de windsurf), Duda Lisboa (vôlei de praia cotada para as Olimpíadas).

"Elbo tem um tom de voz mais descontraído, próximo e amigável, mas não 'fun'. Queremos criar uma comunidade para a marca reforçando a alta performance de o skincare como prática de saúde", disse Heloisa Coltro, gerente de marketing.

Um dos 'calcanhares de Aquiles' dos produtos clean beauty são as embalagens, em geral nada sustentáveis. No caso de Elbo, a opção foi por frascos de vidro, mas o plástico ainda aparece no recipiente de gel de limpeza, ainda que seja "reciclado e reciclável". Atualmente, o grupo afirma ter 93,74% de suas embalagens recicladas, recicláveis, biodegradáveis ou biocompostáveis.

A partir de 5 de junho, a Elbo será comercializada no e-commerce próprio. No mês seguinte, a marca terá espaço exclusivo também nas lojas físicas Adcos (170 unidades, sendo 60 próprias e as demais franquias) para que haja experimentação no ponto de venda.

Elbo faria parte do projeto de internacionalização do grupo, uma vez que o mercado de clean beauty é mais maduro nos Estados Unidos e Europa? "A internacionalização está prevista no 'business plan', mas foi segurada porque temos muito que fazer no Brasil ainda", diz o CEO, referindo-se ao plano de negócios. Até 2026, o grupo pretende ter 250 lojas Adcos e estar em 4 mil farmácias pelo país.

US$ 8 bi
é o faturamento do mercado para 2024

Investidor retoma entusiasmo por startups de tecnologia europeias

Cenário

Tim Bradshaw
Financial Times, de Londres

As startups de tecnologia da Europa começam a ver motivos para otimismo depois de dois anos de uma escassez quase completa de investimentos, à medida que as negociações entre empresas em fase inicial crescem e capitalistas de risco levantam novos recursos.

Nesta segunda-feira (3), o Creandum, um dos primeiros financiadores do Spotify, do Klarna e do Depop, se tornou o mais recente investidor privado em tecnologia com foco na Europa a garantir novo capital para startups este ano, ao anunciar um fundo de 500 milhões de euros.

Essa captação de recursos se dá na sequência de outras transações de dimensão semelhante, como a da Accel Europe, que lançou um fundo de US$ 650 milhões no mês passado, e a Plural, uma empresa que tem sede em Londres e Tallinn e é direcionada para startups de "tecnologia profunda", que arrecadou 500 milhões de euros. A Plural adicionou mais 100 milhões de euros ao seu fundo em maio, depois do fechamento inicial de janeiro.

O fundo do Creandum foi levantado "em tempo recorde", segundo seu sócio geral Carl Fritjofsson. "Há uma mudança dramática no sentimento, no interesse e na atividade em todo o setor", disse ele.

Com a interrupção repentina do frenesi do investimento em tecnologia durante a pandemia da covid-19, causada pela inflação, pela elevação das taxas de juro e por tensões geopolíticas, as startups europeias se viram obrigadas a reduzir custos enquanto o investimento de capital de risco secava. Alguns grandes investidores em tecnologia dos EUA, como a Tiger Global e a Coatue, se afastaram das negociações europeias.



"Há uma mudança no sentimento, no interesse e na atividade do setor"
Carl Fritjofsson

Mas os investidores de risco dizem que o mercado começou a mudar nos primeiros meses de 2024, já que uma nova febre sobre as startups de inteligência artificial se aliou a uma forte recuperação das avaliações das grandes empresas de tecnologia em Wall Street.

"Ainda não nos livramos completamente do excedente de oferta dos anos de pico, mas os sinais para otimismo estão a toda a volta", afirmou Tom Wehmeier, que dirige a equipe de insights da Atomico, uma das maiores empresas de capital de risco da Europa, com sede em Londres. "Estamos ultrapassando a fase de recuperação e voltando a um período de crescimento."

Wehmeier prevê que, depois do declínio de 2023, o investimento privado em startups europeias de tecnologia voltará a crescer este ano. "O mercado está mais ativo do que em qualquer momento que pudemos observar desde 2021", avaliou, ao lembrar dos três trimestres consecutivos de alta de investimentos em transações de "série B".

"Pelos dados que observamos e pelo nosso trabalho diário, estamos muito entusiasmados com 2024", contou Sabina Wizander, sócia do Creandum, que tem sede em Estocolmo. "Mais empresas de qualidade estão se atrevendo a sair [para levantar dinheiro] porque o ambiente de captação de recursos está mais previsível."

Muitas startups foram obrigadas a cortar custos e a se concentrar na lucratividade quando o mercado virou, em 2022. Segundo investidores, aquelas que sobreviveram à interrupção dos financiamentos hoje são mais sustentáveis, ao mesmo tempo em que, de forma geral, o crescimento das receitas começou a acelerar.

Até mesmo alguns investidores do Vale do Silício voltaram à Europa, e nos últimos meses a Andreessen Horowitz e a IVP abriram escritórios em Londres.

Entre 2007 e 2021, o Creandum obteve quase sete vezes o que investiu em empresas, depois de vender essas participações. Uma em cada seis empresas em que investiu chegou a uma avaliação de mais de US$ 1 bilhão.

Jon Biggs, sócio de um dos investidores do Creandum, o Top Tier, disse que os números demonstram que os grupos europeus de capital de risco podem apresentar retornos equivalentes aos de seus pares do Vale do Silício — uma dúvida que paira há muito tempo sobre os investidores da região. "A empresa está confortavelmente no topo da lista dos principais investidores de capital de risco do mundo", afirmou.

Nem todos os fundos europeus conseguiram captar recursos tão facilmente. A Atomico está nos estágios finais de seu maior aumento de capital até hoje, visando até US$ 1,35 bilhão em todos os seus fundos de risco e de crescimento.

Após Spotify elevar preço de assinatura, ações sobem 5,67%

Música

Dow Jones Newswires, de Nova York

As ações da Spotify fecharam em alta de 5,67% na bolsa americana Nasdaq, nesta segunda-feira (3), cotadas a US$ 213,62, depois de a plataforma de streaming de música informar que está aumentando os preços, dando continuidade a uma mudança no sentido de focar no crescimento das receitas. O valor de mercado da companhia ficou em US$ 62,2 bilhões.

Em comunicado à imprensa nesta segunda-feira, a Spotify disse que no próximo mês os assinantes nos Estados Unidos receberão um e-mail explicando as alterações na assinatura.

O preço de uma assinatura individual está sendo aumentado de US$ 10,99 para US$ 11,99 por mês; o plano Duo passará de US$ 14,99 para US$ 16,99; e o plano Família custará US$ 19,99, ante os atuais US$ 16,99. O plano de estudante continuará em US$ 5,99.

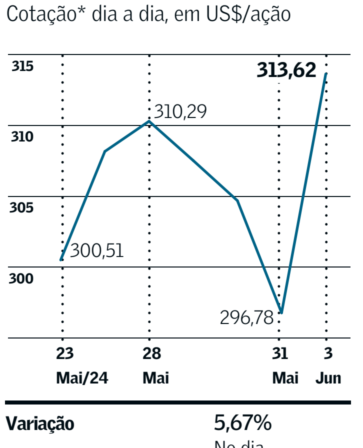
"Estamos aumentando o preço do Premium Individual para que possamos continuar investindo e inovando em nossas ofertas e recursos de produtos e trazendo a você a melhor experiência", afirmou a empresa no texto.

Os investidores pareceram receber bem a notícia, o que se refletiu no valor das ações. Os papéis da companhia subiram 65% até agora neste ano.

"Falamos sobre 2024 como o ano da monetização e estamos cumprindo essa ambição", disse o diretor-presidente Daniel Ek em uma teleconferência de resultados em abril.

"Agora, à medida que mudamos para focar no crescimento forte da receita e na expansão das margens, vemos uma clara oportunidade para garantir que também continuaremos a crescer no topo do nosso funil", prosseguiu na teleconferência.

Spotify Technology
Cotação* dia a dia, em US$/ação



Variação	5,67% No dia
Valor de mercado	US$ 62,2 bilhões

Fonte: Yahoo Finance. Elaboração: Valor Data .
* Listada na Nasdaq

Por 

Inovação Startup Farmtastica adaptou conceito de fazenda vertical ao equipamento logístico e planeja exportar estrutura para o Brasil

Projeto de chilenos transforma contêiner em horta tecnológica

Isadora Camargo
De Rio Verde (GO)

Ao longo de quatro anos, a startup chilena Farmtastica trabalhou para adaptar o conceito de fazenda vertical à estrutura de um contêiner equipado com tecnologia de controle de umidade, luz e temperatura. Passada a fase de desenvolvimento do projeto, a empresa agora que exportar a ideia para o Brasil.

No contêiner, de 12 metros quadrados, cabem quase 6 mil espécies, que podem ter de 12 a 14 ciclos por ano, conta Eduardo Vasquez, um dos sócios-fundadores da startup. No caso do Chile, que só produz durante a primavera, isso permitiria ao país triplicar sua produção anual.

A estrutura assemelha-se a um pequeno laboratório. Com ela, é possível acelerar o ciclo de produção de hortaliças e frutas, aumentar a produtividade das culturas e não diminuir os riscos associados às surpresas do clima, diz Vasquez.

"Essa tecnologia é muito boa [contra] os efeitos das mudanças climáticas e para reativar mais rapidamente um mercado que passou por um desastre, como ocorreu agora no Rio Grande do Sul. Quando há inundações, as hortaliças dificilmente sobrevivem", afirma o chileno.

A Farmtastica usou alface e manjericão para fazer os testes iniciais. As primeiras experiências ocorreram no estacionamento de uma loja da varejista Walmart na capital chilena, Santiago. A rede acabou se transformando no primeiro cliente da startup. "Ali, produzíamos dentro do contêiner e só precisávamos andar alguns metros para entregar a carga", contou o empresário ao **Valor** durante uma visita a Rio Verde (GO).

Na passagem pelo município, ele apresentou os detalhes do projeto a pesquisadores do Instituto Federal Goiano (IFGoiano), que estão desenvolvendo o cultivo de morango em estufas verticais. A ideia dos pesquisadores é usar alguns detalhes do modelo chileno como inspiração.

> "A tecnologia é muito boa [contra] os efeitos das mudanças climáticas"
> *Eduardo Vasquez*

Vasquez acredita que há bom potencial de uso do modelo no Brasil, especialmente em cultivos mais delicados e de ciclo curto. Em culturas com desenvolvimento vegetativo de 45 dias, é possível reduzir para 24 dias a duração desse processo.

O chileno afirma que, no caso da produção de hortaliças, o sistema consome até 95% menos água e emite 95% menos carbono do que a agricultura tradicional. "É possível ter o alimento o ano todo, sem janela de produção mais curta, [fatores] que pressionam o produtor", acrescenta ele.

A Farmtastica usou o contêiner para criar um sistema de torres de hidroponia vertical que conta com luzes de led e bombas de ar e água. Um software permite controlar tudo de forma remota, o que reduz a probabilidade de contaminação de alimentos e de exposição das plantas a doenças, como aconteceria no campo.

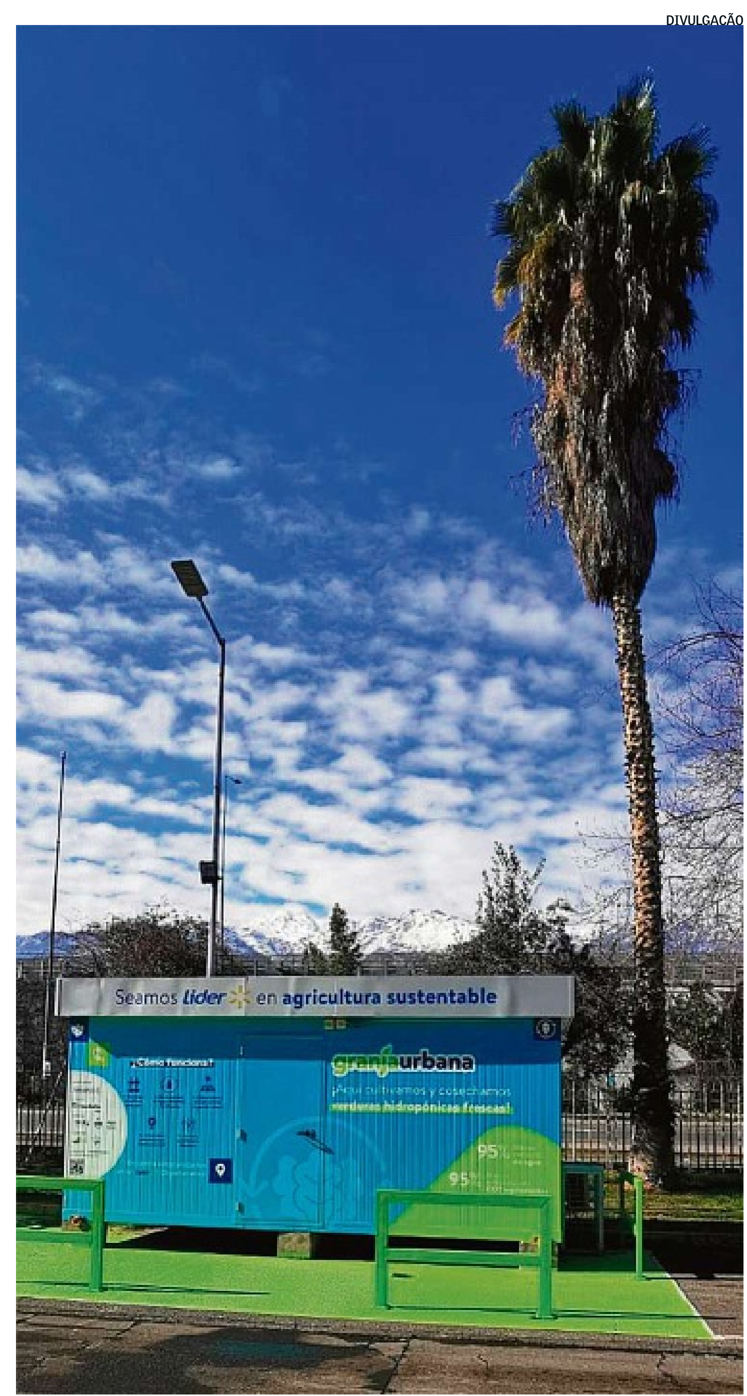
O monitoramento de temperatura, umidade e luz ocorre por meio de um aplicativo de celular. Com o software da estrutura, é possível acompanhar o crescimento das espécies e automatizar a irrigação, por exemplo.

O cultivo na estrutura não altera o sabor dos alimentos, afirma Vasquez, e, segundo ele, o sistema é replicável em qualquer país. Um contêiner equipado sai do Chile custando cerca de US$ 75 mil, ou o equivalente a quase R$ 400 mil.

A estrutura é cara para os padrões de muitos dos pequenos agricultores que se dedicam à produção hortaliças no Brasil, o que não diminui seu apelo como instrumento de combate à escassez de alimentos. No Chile, uma das intenções da startup quando ela deu início ao projeto foi melhorar a distribuição de hortaliças. Mais de metade da produção desses itens concentra-se no sul do país e nos arredores da capital.

Até que o contêiner tecnológico se espalhe pelo país e ganhe espaço também no Brasil, a Farmtastica vai exibi-lo em um shopping de Santiago. A empresa vai abrir a unidade nos próximos dias.

DIVULGAÇÃO



O contêiner da Farmtastica: desenvolvimento do projeto levou quatro anos

valor.com.br

Comércio
CNA leva importação de arroz ao STF

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a autorização do governo para a importação de arroz. A entidade diz que a compra viola a Constituição e é uma "medida abusiva de intervenção reprovável do poder público na atividade econômica".

valor.com.br/agro

Cacau no mundo
Déficit de 439 mil toneladas

A Organização Internacional do Cacau (ICCO, na sigla em inglês) elevou para 439 mil toneladas sua estimativa para o déficit mundial da amêndoa na safra 2023/24 — a previsão anterior era de 374 mil toneladas. A entidade calcula que a produção de cacau vai cair 11,7%.

valor.com.br/agro

Balanço
Lavoro tem prejuízo de US$ 63 milhões

A Lavoro, distribuidora de insumos agrícolas com ações listadas na Nasdaq, teve prejuízo líquido de US$ 62,7 milhões no terceiro trimestre fiscal, encerrado em 31 de março. No mesmo período do ano fiscal anterior, as perdas foram de US$ 7,9 milhões Segundo a empresa, o prejuízo deveu-se à queda nos preços dos insumos e ao aumento das despesas.

valor.com.br/agro

INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBO RURAL

Insumos Queda dos juros, redução do preço de alguns produtos e receio com problemas na distribuição impulsionaram as compras

Venda de fertilizante começa a dar sinais de reação no país

Isadora Camargo
De Rio Verde (GO) e São Paulo

A comercialização de fertilizantes para o plantio da próxima safra no Brasil, a 2024/25, plantada no segundo semestre, está começando a reagir, após mais de um ano de lentidão nos negócios no campo. Embora o ritmo ainda esteja abaixo do de anos anteriores, as vendas estão melhores do que em 2023. A redução dos juros, a queda dos preços dos insumos e o receio com eventuais problemas logísticos nos próximos meses ajudam a explicar o fenômeno.

Até maio, os produtores já haviam comprado 51% do volume de adubo necessário para uso no segundo semestre deste ano, de acordo com um levantamento da consultoria StoneX ao qual o **Valor** teve acesso com exclusividade.

Um ano antes, a comercialização de fertilizantes para o segundo semestre estava em 44%. Já em maio de 2022, época em que os produtores ainda se antecipavam mais nas compras, o ritmo de comercialização era de 60%. O segmento de adubos espera agora recuperar esse patamar.

"Tocamos em novembro de 2023 e fevereiro deste ano os pontos mais baixos da série histórica de comercialização de adubo. Mas o resultado de maio já mostra reversão", diz Marcelo Mello, chefe da área de fertilizantes da StoneX.

Para o analista, vários fatores estão impulsionando as vendas. A queda dos juros no Brasil é um dos elementos, já que reduz o custo de financiamento dos produtores para a realização das compras.

Ele acredita, além disso, que cresceu o receio dos produtores com um gargalo logístico na distribuição dos adubos nos próximos meses, o que levou a uma antecipação das compras.

O próprio mercado de fertilizantes também está mais favorável aos produtores. Os preços do potássio sofreram uma forte queda nos últimos meses, o que está resultando em uma relação de troca entre o adubo e soja em um nível "excelente", avalia Mello.

Em maio do ano passado, a tonelada do cloreto de potássio estava em torno de US$ 400; agora, o preço está próximo de US$ 300. No ápice da crise que a guerra na Ucrânia deflagrou na indústria de fertilizantes, em fevereiro de 2022, o preço do cloreto de potássio chegou a US$ 1,2 mil a tonelada.

Já o preço do MAP segue estável há um ano, em US$ 550 a tonelada. Mesmo assim, segundo Melo, houve uma "forte pressão vendedora" do produto em maio.

A pesquisa da StoneX mostra os Estados do Centro-Oeste e Rondônia como a área onde os produtores estão mais adiantados na compra de fertilizantes, com um índice de 59% — sete pontos percentuais a mais do que no ano passado.

A estiagem no Centro-Oeste pode atrasar mais uma vez o início de plantio de soja. Porém, com receio de falta de adubo, produtores decidiram antecipar as compras e armazenar.

É o caso da produtora Renata Ferguson, que planta soja e milho em Rio Verde (GO). "Comprei todo o adubo necessário para evitar surpresas com preço ou com entregas atrasadas", disse ela ao **Valor**.

Em São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, o ritmo de compras também está mais avançado, com 48% do adubo comprado até maio, acima dos 34% de um ano atrás.

Já nos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Pará, Pernambuco e Paraíba, as compras estão mais atrasadas do que no ano passado, em 49% até maio, abaixo dos 57% de um ano atrás.

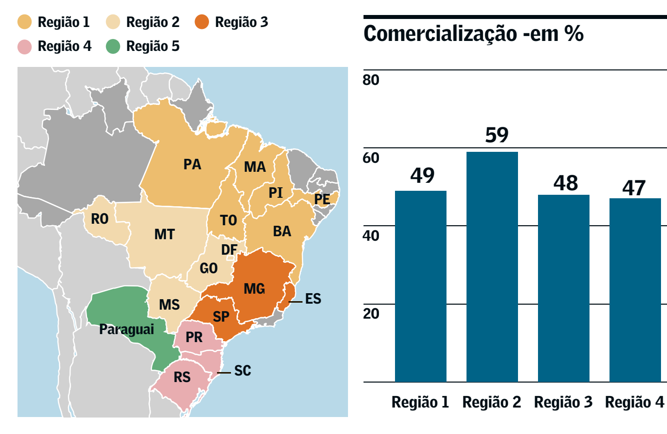
No Sul, as aquisições de adubo estão em 47%, acima dos 40% de um ano atrás. O levantamento não considerou os prejuízos no Rio Grande do Sul com as enchentes.

A consultoria analisou cerca de 29 milhões de hectares, equivalente a 44% das lavouras de grãos para a safra 2024/25.

A pesquisa também contabilizou o índice de compras de adubos para o primeiro semestre de 2025, que já é de 20%. Um ano antes, as aquisições para o primeiro semestre seguinte estavam em 22%, e em 2021 chegaram a 28%. *(Colaborou Camila Souza Ramos)*

> "Relação de troca entre potássio e soa está em um nível excelente"
> *Marcelo Mello*

Compra de fertilizantes
Comercialização de fertilizantes para o segundo semestre, por região



Fonte:StoneX

Brasif projeta receita extra de R$ 1 bi após compra

Fernanda Pressinott
De São Paulo

Prestes a completar 60 anos, a Brasif Máquinas, do empresário Jonas Barcellos Correa Filho, deu um passo importante para consolidar seus serviços no agronegócio ao comprar a rede de concessionárias de equipamentos Case IH Maxum Máquinas, no mês passado.

Agora, com o parecer positivo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para o negócio, a companhia ajusta seus planos para perseguir a meta de ampliar sua receita em R$ 1 bilhão até o ano que vem.

Em 2023, a Brasif Máquinas faturou R$ 1,5 bilhão com vendas de equipamentos para construção, mineração e siderurgia, montante que correspondeu a 42% de sua receita total. Além das concessionárias, o grupo faz locação de equipamentos pesados, atua no setor imobiliário, com investimentos financeiros e no varejo de vestuário "premium". No agronegócio, o grupo tem fazendas de pecuária e detém uma participação na Usina da Mata.

"Há três anos, em reunião de planejamento, percebemos que a entrada no segmento de máquinas agrícolas fazia sentido do ponto de vista econômico e estratégico. E nosso desejo coincidiu com o da Case", afirmou Gustavo Avelar, CEO da Brasif. Segundo ele, a Case quer incentivar a consolidação de concessionárias, como já ocorre com outros fabricantes.

Com a aquisição, a Brasif avança para o Matopiba (região de confluência entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). "A Brasif é nosso parceiro estratégico no segmento de máquinas de construção e agora assume a responsabilidade de atender uma região chave para a marca e o agronegócio brasileiro, que é a Bahia", afirmou Christian Gonzalez, vice-presidente da Case IH para a América Latina, no anúncio do negócio.

A consolidação do segmento de revendas de máquinas começou a ganhar corpo no país. No mês passado, a Primavera Máquinas, da rede RZK, comprou as concessionárias da marca John Deere em Goiás que pertenciam à Real Máquinas. Em São Paulo, o Grupo Tracbel assumiu dez lojas também da John Deere que eram da Itaeté Máquinas e da Colorado Máquinas. E a Vamos comprou a DHL Tratores, que representa a marca Valtra, um mês depois de ter adquirido a Tietê Veículos, ambas no Paraná.

valor.com.br
A matéria completa sobre os planos da Brasif está disponível em
valor.com.br/agro

JBS tem mil vagas abertas no RS



Frigoríficos

Patrick Cruz
De São Paulo

A JBS informou ontem que está com mil vagas de emprego abertas em diferentes unidades que ela tem no Rio Grande do Sul. A companhia fez o anúncio em reunião entre seu principal executivo global, Gilberto Tomazoni, e o governador Eduardo Leite.

A empresa tem unidades em mais de 20 municípios do Rio Grande do Sul. A estrutura conta com 17 fábricas (incluindo Seara, JBS Couros e Novos Negócios), 11 granjas, oito incubatórios e dois centros de distribuição (sendo um deles da Friboi). Ao todo, mais de 16 mil pessoas trabalham na JBS no Estado.

No encontro com o governador, a companhia anunciou a criação de 240 postos de trabalho na cidade de Westfália. A abertura de vagas é um desdobramento da duplicação da linha de frango da Cooperativa Languiru, que tem um acordo de prestação de serviços com a JBS.

"Confiamos na recuperação do Rio Grande do Sul. Não só manteremos todos os empregos e operações no Estado (...) como estamos com mais mil vagas abertas, em fase de contratação", disse Tomazoni, segundo nota da empresa.

A criação de novas vagas ocorrerá especialmente nas unidades de aves da Seara nos municípios de Montenegro e Passo Fundo e na planta de suínos em Seberi — cada uma delas oferece mais de 180 posições no momento.

Também ontem, a empresa começou a fazer a entrega de 1 milhão de quilos de proteína que ela prometeu doar para atender as pessoas afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. O primeiro carregamento foi entregue em cozinha comunitária de Canoas, na Grande Porto Alegre. Além de Tomazoni, também participaram da entrega o presidente da Seara, João Campos, e o ministro extraordinário para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta. Ao **Valor**, a empresa disse que a escolha dos locais de entrega é feita de acordo com instruções dos governos federal e estadual.

Fórum discutirá papel do agro brasileiro no comércio global

Conjuntura

Mariana Grilli
Para o Valor, de São Paulo

Nas discussões do G20, o grupo que reúne as maiores economias do mundo, o Brasil tem proposto ajustes no equilíbrio entre a expansão do comércio internacional e o desenvolvimento sustentável. Essa é a primeira vez que o país ocupa a presidência itinerante do grupo. O Brasil encabeçará o G20 até novembro.

O futuro do comércio agrícola do país vai dominar a pauta da terceira edição do Fórum Futuro Agro, que a "Globo Rural" realizará amanhã, em São Paulo, em parceria com o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora). O evento reunirá especialistas, produtores rurais, indústrias, bancos e entidades representativas para discutir as perspectivas para o agro brasileiro nesse momento de transformação do comércio global. As inscrições para o fórum já se encerraram.

A liderança brasileira no G20 coincide com os preparativos para a entrada em vigor da lei antidesmate da União Europeia, que tem potencial de mudar a relação de forças no comércio internacional. Na presidência do grupo, o país não deve restringir os debates à defesa de seus próprios interesses. Em vez disso, o Brasil tem buscado formar consensos e propor avanços no multilateralismo — um arranjo que, no atual contexto, muitas vezes fica em segundo plano.

"Há uma fragmentação [nas decisões sobre as relações comerciais]. Cada país está fazendo de forma unilateral suas leis e estratégias. Isso tem impactos sobre o comércio exterior", diz o embaixador Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel, diretor do Departamento de Política Comercial do Ministério das Relações Exteriores. Ele está à frente do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos do G20.

Buscar consenso entre os integrantes do grupo e defender os interesses nacionais não são tarefas excludentes, avalia o embaixador — e tampouco triviais. O Brasil precisa fomentar o diálogo sobre sustentabilidade, segurança alimentar e previsibilidade do comércio, três dos aspectos que mais geram receio entre exportadores que vendem ao mercado europeu.

É o caso do café: a União Europeia é o destino de 45% exportações brasileiras do grão. A UE também é um importante comprador de couro e soja do Brasil — o bloco importa, respectivamente, 25% e 15% de todo o volume que o país exporta desses dois produtos.

"Mais de 30% de tudo que vai para a Europa está coberto pelo aspecto antidesmatamento", afirma Tatiana Prazeres, secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. A preocupação, segundo ela, é que, por vezes, a agenda verde seja instrumento de interesses protecionistas.

A agenda climática é outro dos temas que estão no centro dos debates do G20. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os problemas climáticos devem reduzir a produção agrícola brasileira neste ano, com queda na colheita de soja e milho.

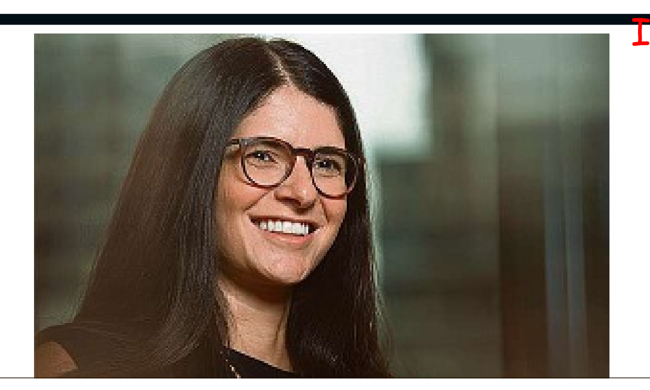
A programação do Fórum Futuro do Agro terá três painéis. No primeiro, "O agro na União Europeia: rastreabilidade e baixas emissões", participarão dos debates André Nassar, diretor-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Damian Taberner, representante da UE, Marcello Britto, do Consórcio Amazônia e da Fundação Dom Cabral, Paulo Pianez, diretor de sustentabilidade da Marfrig/BRF, e Ricardo Andrade, do Sistema de Rastreabilidade do Couro.

O painel "O agro na China: perspectivas da cooperação na jornada de sustentabilidade" contará com Liege Nogueira, diretora de sustentabilidade da JBS, Silvia de Miranda, pesquisadora da Esalq/USP, Tulio Cariello, do Conselho Empresarial Brasil-China, Wu Changxue, da embaixada da China no Brasil, e Roberto Perosa, secretário de Comércio e Relações Internacionais. Já o painel "O novo normal: a agropecuária e a emergência climática" terá Ana Doralina, da Mesa Brasileira Pecuária Sustentável, Antônio da Luz, economista-chefe da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Marcio Madalena, secretário-adjunto de Agricultura do Estado, Eduardo Assad, pesquisador da Embrapa e professor da FGV, e Vamiré Luiz Sens Júnior, gerente de sustentabilidade da JBS.

45%
do café que o Brasil exporta vai para a UE

Agro 4.0
Projeto de startup chilena transforma contêiner em horta tecnológica
B9

Impacto social Para Tatiana Sasson, da Lightrock, há muita oportunidade 'fora da Faria Lima' C6



Estratégia Em nova fase, Mercado Pago, de André Chaves, acelera concessão de crédito C3

Mercados Dólar e juros cedem com recuo na atividade industrial dos EUA C2

Finanças

Inclui **Legislação & Tributos**

Investimentos Momento mais difícil para o agronegócio afeta fundos que financiam setor

Quase 90% dos Fiagros amargam desvalorização neste ano

ROGERIO VIEIRA/VALOR



Profili: indústria de Fiagros passará pelo mesmo processo que a de fundos imobiliários há cerca de dez anos, quando esta ganhou mais maturidade

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Os Fiagros, como são chamados os fundos de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais, passam por questionamentos no mercado, à medida que o agronegócio enfrenta desafios com a queda do preço das commodities e o aumento de custos. Essa equação tem levado a um crescimento expressivo de pedidos de recuperação judicial no setor, e o reflexo se vê na queda em massa dos ativos.

Segundo levantamento feito pela Bloxs Capital Partners a pedido do **Valor**, até aqui cerca de 88% dos Fiagros estão com desempenho negativo no mercado secundário, ou seja, tiveram queda no valor de mercado no acumulado deste ano. Na média ponderada, a queda desses ativos é de 8,48%.

Grande parte dos Fiagros são compostos por certificados de recebíveis agrícolas (CRAs) de produtores rurais ou de empresas ligadas ao setor, como cooperativas, revendedores de insumos, frigoríficos e indústria de laticínios. São nomes distantes dos já conhecidos pelo mercado, como as grandes corporações do agro de capital aberto. Com a crise financeira em algumas empresas do segmento, CRAs que compõem alguns dos Fiagros estão inadimplentes, como o Mitre, após a recuperação judicial do grupo Elisa Agro, da família Mitre. Outro caso é o do Três Irmãos, que enfrenta problemas para seguir com os pagamentos após o pedido de proteção contra os credores pela Agropecuária Três Irmãos Bergamasco.

Os calotes, com isso, já chegaram à maior parte dos fundos. O estudo feito pela Bloxs mostra que, de 27 Fiagros, apenas sete não têm operações em situação de default, atraso de pagamentos ou com "waiver", quando se negocia um "perdão". Por outro lado, aponta o levantamento, as posições de inadimplência correspondem a apenas 2% do patrimônio desses Fiagros, que somam R$ 9,9 bilhões. O levantamento desconsiderou os fundos pouco negociados e os exclusivos, com pouco cotistas. Também ficaram de fora os listados mais recentemente, o que dificultaria uma comparação.

Hoje, são no total 36 Fiagros negociados na bolsa brasileira — eram 26 no início do ano passado. Para se ter uma ideia da rápida expansão, eram apenas nove no início de 2022. As pessoas físicas respondem por 93% desse produto, ainda segundo dados da B3. Somando todos os Fiagros listados, o patrimônio atualmente é de R$ 14,5 bilhões.

Segundo o líder de crédito corporativo da Bloxs, Guilherme Sharovsky, o atual momento servirá para um maior entendimento sobre o produto, que ainda é novo no país. Para ele, os problemas que apareceram também jogaram os holofotes sobre a falta de conhecimento da própria Faria Lima — avenida de São Paulo que é o centro financeiro do país — sobre o funcionamento do agronegócio.

É comum, por exemplo, que produtores rurais segurem seus estoques em momentos de preços mais baixos, para, então, vendê-los posteriormente em melhores condições. Isso não significa que, ao não pagar os juros, os produtores estejam em situação financeira delicada, como é o caso em outros setores. Essa dinâmica própria também tem afetado o preço desses papéis no mercado secundário, que é aquele em que se negociam os títulos antes de seus vencimentos.

"Essa não é uma decisão de má governança, mas os investidores de mercado de capitais estão menos acostumados. Para o produtor rural, ao trabalhar dessa forma, se tem maior resultado, mas ele não está acostumado com a Faria Lima, e a Faria Lima está menos acostumada com o produtor rural", afirma Sharovsky.

O executivo ressalta que, tradicionalmente, esses produtores têm o costume de renegociar os financiamentos. Ele lembra ainda que se trata se um produto "high yield" — com risco e potencial de retorno mais elevados.

> "[O produtor] não está acostumado com a Faria Lima, e a Faria Lima está menos acostumada com o produtor"
> *Guilherme Sharovsky*

Para tatear um solo mais conhecido, na Capitânia Investimentos a decisão foi de não financiar diretamente os produtores rurais, mas subsetores. O objetivo é não só evitar a maior volatilidade, mas também conseguir aproveitar a experiência da casa em seus investimentos. "Buscamos algum ativo um pouco mais comparável", afirma o sócio da gestora, Arturo Profili, citando como exemplo produtores de laticínios.

Segundo ele, o perfil dos Fiagros é muito heterogêneo e hoje a gestora tem olhado com lupa esses fundos listados para buscar oportunidades de investimento. Isso pode ocorrer, segundo Profili, quando Fiagros acabam caindo de forma exagerada, abrindo uma boa porta de entrada.

O executivo da Capitânia acredita que a indústria de Fiagros deverá percorrer o mesmo caminho que a dos fundos imobiliários há dez anos, que também tiveram, na época, de ganhar mais maturidade. O gestor afirma que o melhor para o investidor é ter uma carteira de Fiagros diversificada, o que vai amenizar algum problema pontual.

Para Sharovsky, da Bloxs, os casos de recuperação judicial e a dificuldade de alguns fundos de executar garantias por conta do entendimento do Judiciário de que as fazendas são bens essenciais para a atividade da empresa são questões pontuais, mais localizadas em alguns Estados. Segundo ele, isso também faz parte do processo do aprendizagem e muitos gestores estão buscando outras garantias, como imóveis não operacionais e bens logísticos.

O CIO da Suno Asset, Vitor Duarte, lembra que os primeiros Fiagros foram lançados em um momento de juros mais baixos, sendo que os empréstimos ao setor são atrelados ao CDI. Naquele momento, segundo ele, o agro estava vivendo um ciclo positivo, algo que mudou ao longo dos últimos dois anos, com custos subindo e preço das commodities caindo. Segundo ele, alguns Fiagros deram crédito a produtores que já estavam alavancados e, com as margens caindo, os problemas começaram a aparecer. Ao mesmo tempo, o contexto macro mudou rapidamente, com o juro subindo e o ciclo do agro se invertendo, afetando diretamente o setor.

Duarte diz, ainda, que houve muita procura por parte de pessoas físicas, inclusive investidores novatos e próximos ao agronegócio, muitos dos quais nem tinham conta em corretora. A queda generalizada, que afetou também os fundos, se deve, segundo ele, à recomendação de instituições financeiras para redução de exposição ao agro. "Para o investidor que consegue separar o joio do trigo, pode ser um bom momento de entrada", diz.

Para Cristian Lara, sócio da Strategi, especializada em investimentos em empresas que passam por alguma dificuldade, houve uma enxurrada de Fiagros no mercado, uma resposta ao forte fluxo de recursos em produtos com isenção de imposto de renda. Segundo ele, foi dado muito crédito, com prazos longos e tíquetes altos, e algumas casas não se preocuparam em fazer uma diligência sobre os produtores e ter em mãos um histórico de devedor, por exemplo. "Houve exagero, os fundos querendo alocar grande e talvez em uma estrutura focada em garantia", diz.

Lara afirma que têm começado a chegar à sua mesa casos de gestoras se desfazendo de alguns ativos que estão dentro dos Fiagros mais "estressados", e ele tem analisado alguns investimentos.

Procurada, a Elisa Agro afirmou que o pedido de recuperação judicial foi necessário para reestruturar sua dívida e garantir "a preservação da empresa e empregos". A reportagem não conseguiu contato com o Grupo Bergamasco.

Destaque

Frente tem aporte de US$ 20 mi

Fundada por dois ex-executivos da XP, a Frente deixou de ser uma corretora pequena, com uma loja física dentro de um shopping, para se tornar uma provedora de "câmbio as a service" (CaaS). Após ficar em segundo lugar em termos de volume no ano passado entre as corretoras de câmbio, agora a casa trabalha em uma nova rodada de aporte, de até US$ 20 milhões, para se tornar um "hub" de pagamentos para brasileiros que estão fora do país. Carlos Brown e Ricardo Baraçal, que trabalharam juntos na XP, se uniram a Daniela Marchiori (ex-Safra) e Altino Pavan (da área de tecnologia), para criar sua companhia em 2016, comprando a Frente, que já tinha uma licença de corretora, no ano seguinte.
(Álvaro Campos)

Economistas veem novos cortes de juros em 2025

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

O recente movimento de desancoragem nas expectativas de inflação deve mesmo fazer com que o Banco Central (BC) encerre o ciclo de cortes de juros já na sua próxima reunião, na visão dos economistas de mercado que participaram ontem de reunião com dirigentes da autoridade monetária. Apesar disso, uma nova janela de afrouxamento da Selic pode se abrir no ano que vem, à medida que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) começar a reduzir suas taxas de juros.

Segundo relatos de participantes ao **Valor**, que falaram em condição de anonimato, o consenso é que o espaço para novos cortes de juros pelo Copom já terminou e a Selic deve fechar o ano em 10,50%. No entanto, é provável que o ciclo de cortes de juro seja retomado por volta do segundo trimestre do ano que vem, impulsionado por uma melhora do ambiente externo.

"Foi bem consensual a visão de que o ambiente externo no ano que vem vai permitir a retomada dos cortes na Selic. Mas que, no curto prazo, a desancoragem das expectativas está atrapalhando muito o Banco Central e deve dificultar a convergência da inflação para a meta", aponta um dos profissionais presentes no evento.

Outro economista aponta que, no geral, a visão foi a de que o BC está enfrentando uma crise de expectativas junto a um cenário externo mais desafiador. "Em termos práticos, isso significaria uma resposta mais dura do Copom no curto prazo, mas que lá na frente o ciclo de cortes da Selic poderia ser retomado", afirma, ressaltando que, qualitativamente, o cenário doméstico não mudou tanto.

Não houve tanta convergência em relação a outros fatores macroeconômicos. Relatos dos participantes apontam que, para a inflação, por exemplo, as projeções de 2024 estão bem ancoradas por volta dos 3,9%, mas a trajetória para o IPCA em 2025 é um vetor de incertezas. "Não é um consenso que a inflação de 2025 será maior do que a de 2024. Boa parte das projeções ficam por volta dos 4% no ano que vem, mas há estimativas na casa dos 3,1%", relata uma das fontes.

> **3,9%**
> **é aproximadamente a inflação esperada para o fim de 2024**

Segundo outro profissional, mesmo dentro do universo de casas que projetam IPCA mais alto em 2025, os fatores que "puxam" a inflação para cima seriam relacionados à oferta e não à demanda. "Logo, até as casas que projetam inflação mais alta no ano que vem acreditam que daria para cortar a Selic em algum momento em 2025", avalia.

Outro ponto de dissenso entre os presentes foi sobre a atividade econômica e se ela estaria esfriando mais rápido ou mais devagar que o esperado. Assim, as projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2024 oscilaram entre 1,5% e 2,3% para o fim do ano. "De modo geral, a interpretação é que o impacto econômico da tragédia no Rio Grande do Sul deve ser pequeno. As projeções davam conta de uma perda de 0,1 ponto percentual no PIB", segundo uma das fontes.

A primeira reunião do dia ocorreu em São Paulo, e foi conduzida pelo diretor de política econômica, Diogo Guillen. Os encontros ocorrem trimestralmente e são usados pelo BC para a confecção do Relatório de Inflação (RI), que será divulgado neste mês.

Leia mais na página C2

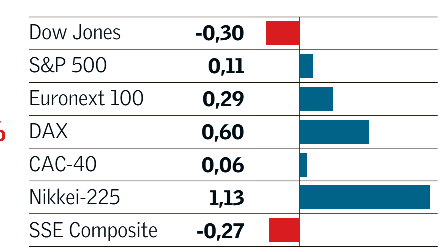
INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

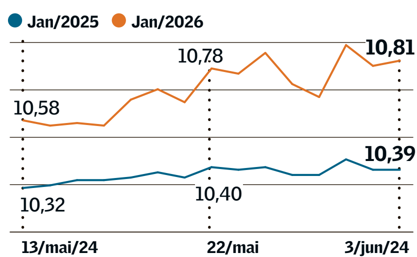
128.155
122.032
13/mai/24 3/jun/24
Queda de **0,05%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

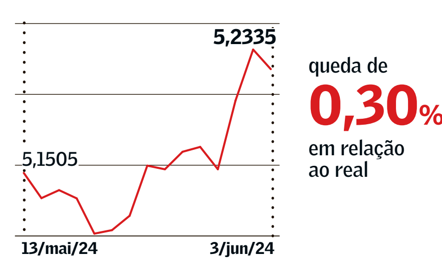
Bolsas internacionais
Variações no dia 3/jun/24 - em %



Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

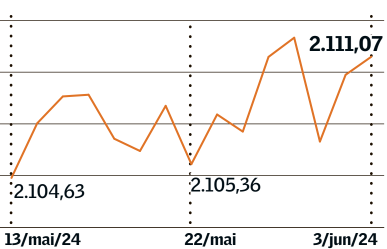


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



queda de **0,30%**
em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano



Mercados Recuo na atividade industrial americana motiva descompressão no retorno dos Treasuries

Dólar e juros cedem com melhora externa

Gabriel Caldeira, Gabriel Roca, Arthur Cagliari e Matheus Prado
De São Paulo

A forte queda dos rendimentos dos Treasuries, após um dado de atividade surpreender para baixo nos EUA e renovar esperanças por cortes de juros ainda em 2024, se sobrepôs ao mau humor interno e conferiu ganhos tímidos aos ativos locais no pregão de ontem.

No fim do dia, a taxa da T-note de dez anos recuou a 4,386%, de 4,502%, e o rendimento do T-bond de 30 anos caiu de 4,650% para 4,538%, enquanto a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 recuou de 11,145% para 11,13% e a do DI para janeiro de 2029 caiu de 11,625% para 11,595%. O dólar cedeu 0,30% ante o real, a R$ 5,2335. E o Ibovespa cedeu 0,05%, aos 122.032 pontos, em dia de queda das commodities.

O forte alívio no mercado de Treasuries veio com a queda do índice de atividade industrial do ISM, que contrariou a expectativa de alta e caiu de 49,2 pontos em abril para 48,7 pontos em maio. Além disso, o índice de preços que compõe o indicador recuou 3,9 pontos no período, mas se manteve acima da marca de 50 pontos, o que indica expansão dos custos no setor, mas a um ritmo menor.

Para Bob Schwartz, economista sênior para EUA da Oxford Economics, os efeitos da política monetária do Federal Reserve (Fed, banco central americano), embora atrasados, estão afetando o ímpeto da atividade americana. "A economia está desacelerando. Os consumidores, principalmente os de baixa renda, estão ficando sem ímpeto e o crescimento dos salários está tendo dificuldades para acompanhar a inflação. A desaceleração da atividade e evidências de que a inflação está se movendo de forma sustentável em direção a 2% devem se tornar aparente no segundo semestre, preparando o terreno para que o Fed comece a cortar juros", diz.

0,30%
foi a queda ontem do dólar, que encerrou a R$ 5,2335

No entanto, parte dos analistas não vê notícias tão positivas, a despeito da reação do mercado. Para os economistas Tim Quinlan e Shannon Seery, do Wells Fargo, o fato de os custos ainda estarem elevados na indústria americana, apesar da atividade fraca, é um "problema" para o BC. "Os juros mais altos tiveram o efeito pretendido de desacelerar a atividade sem o benefício de grande arrefecimento nos preços", ponderam.

Agora, o mercado americano ficará atento aos indicadores do mercado de trabalho, a começar pelas vagas em aberto do relatório Jolts de abril, que será divulgado hoje, até o relatório oficial de empregos dos Estados Unidos, o "payroll", cuja leitura de maio está prevista para sexta.

Para o economista-chefe do Banco Pine, Cristiano Oliveira, o principal gatilho para mercados emergentes segue sendo a incerteza quanto à política monetária dos EUA. "O câmbio continua bastante depreciado em termos históricos e após as incertezas externas diminuírem, vemos potencial para apreciação do real", diz.

O executivo considera ainda que a recente variação do minério de ferro é bastante marginal e não impacta as cotações do real. "No entanto, se os preços das commodities que o Brasil exporta recuarem muito, o potencial de apreciação da moeda pode ser afetado."

ANA PAULA PAIVA/VALOR



Cristiano Oliveira, do Pine: "Câmbio segue depreciado em termos históricos"

O início do pregão, no entanto, foi de estresse para os mercados locais e as taxas dos DIs chegaram a avançar 10 pontos-base. A dinâmica ocorreu diante da nova rodada de piora nas projeções de inflação no Relatório Focus.

O documento semanal do BC mostrou que a mediana da estimativa do IPCA para este ano subiu de 3,86% para 3,88%, enquanto a projeção para 2025 saiu de 3,75% para 3,77% e a de 2026 foi de 3,58% para 3,60%. Houve ainda mudança nas estimativas de Selic para o fim deste ano, de 10% e foi para 10,25%.

Em meio à recente piora dos mercados locais de juros, o J.P. Morgan reiterou a manutenção de posições construtivas em ativos brasileiros, diante da avaliação de que há um pessimismo exagerado já embutido nos preços locais.

"Atribuímos o desempenho ruim principalmente a uma deterioração no sentimento dos investidores locais. Uma combinação de fatores, incluindo uma revisão da meta de saldo primário de 2025, a disputa sobre os dividendos da Petrobras e a decisão de política monetária dividida do BCB em maio, em que houve uma clara divisão entre os membros do conselho nomeados pela administração atual e pela anterior, contribuíram para a piora", afirmam.

Pane em software da Nyse leva a queda de 99% em ação da Berkshire

Bloomberg

Uma pane durante uma atualização de software levou a bolsa de valores de Nova York a interromper a negociação de cerca de 40 ações e a exibir uma desvalorização de 99% nos preços de ações de empresas como a Berkshire Hathaway de Warren Buffett.

A pane ontem — a terceira desde a semana passada — foi resolvida após cerca de 45 minutos, quando a Consolidated Tape Association (CTA), cujos sistemas são operados por uma subsidiária da Nyse, voltou a usar um data center de backup, executando uma versão de software diferente.

A Nyse afirmou que cancelará as negociações erradas envolvendo a Berkshire Hathaway e outras empresas. As panes, que começaram pouco antes das 9h45 em Nova York, ocorreram no momento em que o CTA estava fazendo uma mudança no software que rege quais preços de abertura são exibidos no "feed" que consolida as cotações de compra e venda em diversas plataformas de negociação.

Cerca de 12 transações com ações classe A da Berkshire fecharam a US$ 185,10 por volta das 9h50. As ações terminaram na sexta-feira a US$ 627.400. A Nyse informou que qualquer negociação entre 9h50 e 9h51 igual ou inferior a US$ 603.718,30 será cancelada.

A interrupção não afetou as ações listadas na Nasdaq e teve impacto mínimo no mercado como um todo, embora tenha ocorrido à medida que a infraestrutura de negociação se adaptava às liquidações de dois para um dia, conhecidas como D+1.

Uma outra pane na quinta-feira deixou o índice S&P 500 sem preços ao vivo por uma hora. Dois dias antes, uma plataforma de negociação teve problemas de interface com o "feed" de divulgação de dados. As faixas de limite de negociação para cima e para baixo normalmente são acionadas quando as transações são interrompidas devido à volatilidade. O feed de dados permite que órgãos reguladores processem e consolidem ofertas e cotações e de negociações de todas as bolsas dos EUA. A negociação de ações nos EUA é executada em mais de 12 bolsas, com todas as ordens de compra e venda consolidadas em feeds de dados distribuídos em todo o mundo.

'Maquininhas' e emissão de cartões passam por desconcentração, diz BC

Gabriel Shinohara
De Brasília

O Banco Central (BC) realizou um estudo que mostrou uma desconcentração nos mercados de credenciamento e emissão de cartões de crédito nos últimos anos com a entrada de novos participantes. A informação foi publicada ontem em um boxe do Relatório de Economia Bancária.

O estudo considerou o recorte do primeiro trimestre de 2018 até o terceiro trimestre de 2023. No caso do mercado de credenciamento — as chamadas "maquininhas" de cartões de débito e crédito —, houve uma diminuição da concentração desde 2018 de um nível considerado alto para um patamar moderado, com uma desaceleração da queda mais recentemente.

Além disso, o estudo mostrou que a participação de mercado no total do valor processado das quatro maiores credenciadoras caiu de 84,8% para 72,7% entre o primeiro trimestre de 2019 e o terceiro de 2023. Esse grupo era formado por Rede, Cielo, GetNet e Stone no terceiro trimestre do ano passado.

O boxe mostra que houve avanço das credenciadoras consideradas "entrantes" no mercado, além das independentes e as que têm menor participação, "concomitante ao recuo das participações das credenciadoras incumbentes ligadas a instituições financeiras, o que tem contribuído para a desconcentração". "Importa ressaltar, ainda, alteração recente da liderança no mercado de credenciamento", diz o boxe.

O estudo também apontou que o mercado de credenciamento se concentrava em dois competidores em 2010 e passou para mais de 25 em 2023. De acordo com o boxe, os novos concorrentes tiveram como impacto mudanças nas estratégias comerciais e os credenciadores que entraram "passaram a ofertar seus serviços a pequenos lojistas anteriormente não atendidos satisfatoriamente pelos credenciadores incumbentes, contribuindo para a inclusão dos micro e pequenos empreendedores em novos relacionamentos bancários".

Fim de barreiras de entrada e equilíbrio de competição criaram incentivos corretos, aponta estudo

No mercado de emissores de cartão de crédito, o nível de concentração também se reduziu de elevado para moderado entre o início de 2018 e o terceiro trimestre de 2023, uma desconcentração de 44%. Já entre o primeiro trimestre de 2019 e o terceiro de 2023, a participação dos quatro maiores emissores (Itaú Unibanco, Nubank, Banco do Brasil e Bradesco, no terceiro trimestre do ano passado) em valor das operações caiu de 79,4% para 61%.

Segundo o estudo, essa redução "se deve em grande parte ao aumento da participação de emissores entrantes e dos demais com menor participação, bem como ao recuo da participação dos emissores incumbentes".

Ainda de acordo com o estudo, os dados indicam que as medidas que o BC vem adotando para "eliminar barreiras à entrada e equilibrar as condições competitivas entre incumbentes e entrantes" criaram "incentivos corretos" para atingir os objetivos.

Como contexto, o estudo mencionou o marco regulatório dos arranjos e das instituições de pagamento, de 2013. Segundo o boxe, sob esse arcabouço legal, o BC executou ações regulatórias que estimularam a competição no setor. O texto destacou a interoperabilidade entre participantes dos arranjos de pagamento e entre arranjos de pagamento, a participação aberta nesses arranjos, a gestão centralizada de riscos e a efetiva abertura do credenciamento.

Em nota, a Cielo disse acreditar que a "evolução do mercado abre o leque de opções para os maiores interessados, os varejistas".

O Nubank informou que tem se posicionado, desde sua fundação, "a favor de inovações regulatórias que intencionalmente estimulem a competição".

Economistas veem corte da Selic mesmo com inflação elevada

Análise

Alex Ribeiro
São Paulo

Dois relatórios divulgados ontem pelo Banco Central (BC) mostram que os economistas do mercado financeiro ainda preveem um último corte na taxa básica de juros neste mês, dos atuais 10,5% ao ano para 10,25% ao ano, apesar da continuidade da tendência de desancoragem das expectativas de inflação.

Vistos no conjunto, os dados não são favoráveis ao Comitê de Política Monetária (Copom) do BC: sugerem que os analistas acham que o colegiado seguirá baixando os juros a despeito das projeções de inflação incompatíveis com o cumprimento da meta de inflação dentro do horizonte de tempo proposto.

O boletim Focus, divulgado semanalmente, mostra um novo aumento da mediana da expectativa para a taxa Selic no fim deste ano, de 10% ao ano para 10,25% ao ano. Às vésperas da reunião do Copom de maio, este número se encontrava em 9,63% ao ano.

Um outro relatório divulgado pelo Banco Central mostra que, no último dia de maio, as expectativas para a taxa Selic para o fim deste ano estavam mais ou menos equilibradas em torno de 10,25%.

Segundo este documento, 47,9% dos analistas preveem que a Selic vai terminar 2024 em 10% ao ano ou em 10,25% ao ano. Em torno desses valores centrais, há um grupo de 20,5% dos analistas que acha que o juro encerra o ano em 9,5% ou 9,75%. Um grupo mais pessimista, que engloba 26,7% dos analistas, acha que a taxa fica parada nos atuais 10,5% ao ano ou que poderá subir para 10,75% ao ano.

Desde o começo de abril há uma migração do mercado financeiro para um cenário de juros básicos mais altos, devido à postergação do ciclo de distensão monetária nos Estados Unidos, ao aumento das incertezas fiscais, ao aquecimento da economia maior do que o antecipado e às dúvidas sobre o comprometimento do BC com a meta da inflação a partir de 2025.

Esse ambiente de juros mais altos, porém, não impediu uma piora nas expectativas de inflação. A variação dos índices de preços esperada para 2025, ano que é o mais importante para fins de definição da taxa Selic, subiu pela quinta semana seguida, para 3,77%. A meta é 3%.

Chama a atenção, porém, que os economistas do mercado seguem apostando em uma queda final da taxa Selic em junho, apesar de tanto as projeções de mercado quanto as do Copom sugerirem que uma taxa de 10,5% no fim do ciclo é incompatível com o cumprimento do centro da meta em 2025.

Simulações divulgadas pelo Copom em maio mostram que, se o juro ficasse estacionado em 9,63% ao ano, a inflação de 2025 ficaria em 3,3%. Cálculos apresentados pelo BC em fins de 2021 mostram que, para baixar a inflação em cerca de 0,3 ponto percentual, é preciso uma dose adicional de juro de 1 ponto percentual.

Entre as projeções de inflação, um dado que preocupa mais é uma nova alta, de 3,58% para 3,6%, na expectativa de inflação para 2026. Apenas 19% dos analistas acreditam que a inflação ficará próxima da meta, no intervalo entre 2,98% e 3,36%.

Está ocorrendo um movimento de desancoragem adicional também das expectativas de inflação para 2027. Hoje, a mediana das expectativas se encontra em 3,5%, já acima da meta, de 3%. Segundo o boletim de distribuição das expectativas, 37,3% dos analistas preveem uma inflação acima de 37,8% em 2027. Em fins de abril, este contingente representava 24,4% dos analistas; em fins de março, apenas 19,7%.

Estratégia Depois de incrementar a oferta de produtos, banco digital expande a comunicação e acelera a concessão de crédito

Mercado Pago está na fase de 'sair da toca', diz Chaves

Mariana Ribeiro, Fernando Torres e Talita Moreira
De São Paulo

O Mercado Pago passou os últimos anos expandindo sua oferta de produtos para completar a transição de uma empresa essencialmente de pagamentos para um banco digital. A avaliação, agora, é a de que chegou a hora de "sair da toca", afirma o novo vice-presidente sênior da instituição, André Chaves.

"Ficamos muito debaixo do radar nos últimos anos e chegou a hora de fazer barulho. Começamos a acelerar um pouco mais a comunicação da Black Friday do ano passado para cá, fizemos o Carnaval de Salvador e temos coisas interessantes programadas para o segundo semestre", diz Chaves, que concedeu ao **Valor** sua primeira entrevista desde que assumiu o novo cargo dentro do Mercado Livre, em março. Desde 2020 na companhia, o executivo atuava na função de relações com investidores do grupo.

O diagnóstico de que o banco entra em uma nova fase é baseado, principalmente, em dois pontos, segundo Chaves: a prateleira de produtos está estruturada e o momento está se tornando mais favorável para o crédito. O Mercado Pago assumiu oficialmente o posicionamento de banco digital em 2022, em um cenário já mais restrito para novas concessões. Agora, o banco vem desde o segundo semestre do ano passado acelerando os empréstimos.

O Mercado Pago não divulga dados sobre crédito exclusivamente do Brasil, mas o país é o mais relevante dentro do saldo total. Ao final do primeiro trimestre, a carteira somava US$ 4,448 bilhões, uma alta de 46% sobre o mesmo período de 2023. Esse avanço foi puxado pelo cartão de crédito, com um portfólio de US$ 1,538 bilhão, crescimento anual de 132%.

"O principal produto que as pessoas demandam de uma instituição financeira é crédito. Não adianta trazer o cliente para depois frustrá-lo. Agora, a gente está mais animado com o crédito e, por isso, faz sentido investir mais em comunicação", diz Chaves. De acordo com ele, o Mercado Pago tomou a decisão de reacelerar a oferta de crédito antes dos concorrentes por estar confiante na capacidade de "separar o joio do trigo". "Temos uma plataforma única de dados, se você compra no 'marketplace' estamos colhendo mais de 2 mil variáveis daquela transação. Em cima disso percebemos que poderíamos criar um negócio de crédito único."

A ideia, de acordo com ele, é continuar emitindo cartões em ritmo forte ao longo de 2024 e expandindo a carteira total.

A inadimplência do Mercado Pago estava em 17,9% no final de março, queda em relação ao trimestre anterior (18,7%) e em relação ao mesmo período do ano anterior (28,2%). O indicador de atrasos de curto prazo, no entanto, vem subindo. Ele ficou em 9,3%, de 8,2% no quarto trimestre e 7,8% no primeiro trimestre de 2023.

Chaves afirma que a alta trimestral na inadimplência é explicada pela sazonalidade do início do ano e que os números estão dentro do esperado. Sobre a tendência do indicador para o ano, diz que, à medida que o mercado de crédito melhora, é natural que a instituição também comece a emprestar para públicos mais arriscados. "Com isso, vem também uma maior monetização. A inadimplência não pode ser olhada de forma isolada."

Sem dar detalhes, o executivo afirma ainda que a instituição prepara um "pacote de benefícios mais amplo" para o cartão de crédito, para ser utilizado tanto dentro quanto fora do ecossistema. "Não vai ser um programa tradicional de pontos", diz.

Hoje, o foco do banco não está em número de clientes, mas em engajamento, de acordo com o executivo. Além do crédito, outro fator considerado chave para expandir a relação de clientes com a instituição é a área de investimentos. Em março, o Mercado Pago anunciou que passaria a oferecer rendimento de 105% do CDI para usuários que depositassem ou recebessem ao menos R$ 1.000 por mês no banco. A instituição, que foi na contramão do mercado com esse anúncio, defende que a medida é estrutural e sustentável.

46%
foi o crescimento anual da carteira de crédito no 1º tri

"Não é algo promocional. Grande parte da indústria financeira conta com o dinheiro do usuário para fechar as contas. A gente está criando um modelo de negócios que não depende disso. É um diferencial importante", diz Chaves. "Não abrimos números ainda, mas os resultados dessa medida têm sido acima das expectativas."

Na frente de investimentos, o Mercado Pago oferece CDBs, três fundos em parceria com a Nikos — lançada recentemente pelos também fundadores da Órama — e negociação de criptomoedas. A ideia é, em breve, lançar LCIs e LCAs, também via parceria. Com isso, a avaliação é que a instituição completa uma oferta adequada ao seu nicho de clientes. O objetivo, segundo o executivo, é manter a oferta simples. Há ainda uma área de seguros, também disponibilizados por meio de parceiros.

Atualmente, cerca de 40% das receitas do Mercado Livre já vêm do Mercado Pago. Olhando especificamente para o banco digital, o Brasil representa mais da metade das receitas totais. No primeiro trimestre, elas somaram US$ 1,008 bilhão no país, de US$ 1,837 bilhão no total. Depois, os outros mercados mais significativos na conta são Argentina e México.

Em maio, a instituição ingressou com um pedido para obter uma licença bancária no México. Devido ao alto índice de desbancarizados e de uso do dinheiro em espécie, o país é visto como uma avenida importante de crescimento. O México também tem sido apontado pelo Nubank como um mercado prioritário. Chaves destaca que lá o grande competidor é o dinheiro, assim, há espaço para crescimento das duas instituições. "Tem tanto mar aberto que acho que os dois conseguem crescer a taxas muito aceleradas sem se pisar. Dito isso, obviamente quero ser o que cresce mais", diz. Segundo ele, o ponto de partida no México é sólido devido à experiência da companhia no e-commerce. "Conseguimos enxergar a pessoa para muito além da transação bancária."

Em relação à área de pagamentos, onde a atuação do Mercado Pago começou, o banco destaca que cada vez mais tem conseguido diversificar sua base. Tradicionalmente focada em microempreendedores, a companhia diz que tem conseguido subir a pirâmide no mundo físico, enquanto no e-commerce tem capacidade para atender grandes varejistas.

Questionado sobre os eventuais impactos do fechamento de capital da Cielo no mercado de adquirência, o executivo diz apenas que a opção por trabalhar com uma oferta integrada de pagamentos e de outros serviços tem se mostrado uma tendência na indústria.

Já em relação aos possíveis efeitos da situação no Rio Grande do Sul nos resultados, Chaves afirma que a exposição ao Estado é similar à representatividade da região no PIB e que, portanto, se houver impacto, será pequeno. "A prioridade é apoiar clientes e funcionários."

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Chaves: "Não adianta trazer o cliente para depois frustrá-lo"

INÊS 249

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 03/06/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.797,3253910	0,04	0,04	3,89
IRF-M	1+**	20.131,8289310	0,01	0,01	0,95
IRF-M	Total	18.271,7508850	0,02	0,02	1,83
IMA-B	5***	9.242,6046870	0,04	0,04	2,96
IMA-B	5+****	11.267,3219190	-0,06	-0,06	-2,91
IMA-B	Total	9.893,1977540	-0,01	-0,01	-0,14
IMA-S	Total	6.679,4029450	0,04	0,04	4,52
IMA-Geral	Total	8.140,0949750	0,02	0,02	2,39

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	17/05	16/05	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	37,01	38,87	31,67	32,64	30,34	33,74
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,63	25,88	25,51	24,32	25,36	29,18
Conta garantida pré - a.a.	41,88	42,35	41,01	40,86	44,69	56,42
Desconto de duplicata pré - a.a.	23,20	24,99	23,14	24,12	22,42	28,81
Vendor pré - a.a.	15,11	15,15	16,04	15,47	15,49	17,90
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,26	16,00	17,25	18,21	18,45	18,75
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,16	17,17	16,67	17,70	17,24	18,26
Conta garantida pós - a.a.	24,90	24,89	25,58	26,56	23,99	27,84
ACC pós - a.a.	8,40	8,90	8,70	7,89	8,11	8,52
Factoring - a.m.	3,29	3,31	3,31	3,35	3,35	3,59

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	03/06/24	31/05/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3400	5,3200	5,3400	5,3100	5,0700
1 mês	-	5,3243	5,3237	5,3243	5,3254	5,0586
3 meses	-	5,3496	5,3487	5,3496	5,3480	4,8649
6 meses	-	5,3886	5,3893	5,3886	5,3902	4,6328
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,8920	3,9110	3,8920	3,9080	3,1480
1 mês	-	3,9122	3,9118	3,9122	3,9134	3,0876
3 meses	-	3,9257	3,9251	3,9257	3,9256	2,8626
6 meses	-	3,9437	3,9433	3,9437	3,9429	2,4044
1 ano	-	3,9419	3,8318	3,9419	3,7832	1,3046
Euribor ***						
1 mês	-	3,717	3,792	3,717	3,865	3,218
3 meses	-	3,785	3,800	3,785	3,827	3,490
6 meses	-	3,745	3,775	3,745	3,802	3,728
1 ano	-	3,711	3,740	3,711	3,693	3,875
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,37	5,37	5,37	5,37	5,37	5,11
T-Bill (3 meses)	5,38	5,39	5,40	5,39	5,38	5,37
T-Bill (6 meses)	5,35	5,37	5,38	5,37	5,36	5,47
T-Note (2 anos)	4,82	4,87	4,94	4,87	4,82	4,50
T-Note (5 anos)	4,41	4,51	4,52	4,51	4,50	3,85
T-Note (10 anos)	4,40	4,50	4,46	4,50	4,51	3,70
T-Bond (30 anos)	4,54	4,65	4,56	4,65	4,67	3,89

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

	Mês						Acumulado	
Renda Fixa	jun/24*	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	Ano*	12 meses**
Selic	0,04	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,43	11,99
CDI	0,04	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,43	11,99
CDB (1)	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	4,53	10,37
Poupança (2)	-	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	2,85	7,49
Poupança (3)	-	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	2,85	7,49
IRF-M	0,02	0,66	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,83	10,51
IMA-B	-0,01	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,45	-0,14	6,56
IMA-S	0,04	0,83	0,90	0,86	0,82	0,99	4,52	12,21
Renda Variável								
Ibovespa	-0,05	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	-9,06	12,70
Índice Small Cap	0,75	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-6,55	-13,88	-4,39
IBrX 50	-0,17	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	-7,79	14,94
ISE	0,80	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,96	-10,41	1,45
IMOB	1,10	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-8,46	-16,81	-0,55
IDIV	0,20	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	-5,10	19,55
IFIX	-0,32	0,02	-0,77	1,43	0,79	0,67	1,82	12,24
Dólar Ptax (BC)	-0,08	1,35	3,51	0,26	0,60	2,32	8,18	2,86
Dólar Comercial (mercado)	-0,30	1,09	3,54	0,86	0,71	1,75	7,85	3,47
Euro (BC) (4)	0,34	2,89	2,37	0,07	0,25	0,54	6,60	4,73
Euro Comercial (mercado) (4)	0,15	2,79	2,43	0,71	0,38	-0,34	6,24	5,03
Ouro B3	-	-	-	10,65	1,64	7,39	20,77	8,20
Inflação								
IPCA (5)	-	0,39	0,38	0,16	0,83	0,42	2,20	3,85
IGP-M	-	0,89	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,28	-0,34

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 3/jun/24. ** Até mai/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,39% para o mês de maio

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 28/05/24

	Patrimônio líquido	Rentabilidade nominal - %				Estimativa da captação líquida - R$ milhões			
Categorias	R$ milhões (1)	no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.467.585,86					8.564,39	39.382,94	194.725,82	181.197,52
RF Indexados (2)	153.315,31	0,05	0,96	2,15	8,89	4.182,22	2.270,57	-682,49	-8.776,06
RF Duração Baixa Soberano (2)	683.326,21	0,04	0,69	3,98	11,20	10.127,07	6.551,84	50.258,07	46.597,99
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	816.074,03	0,04	0,77	4,52	12,74	-4.014,01	8.299,47	27.780,53	29.420,33
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	155.519,12	0,04	0,05	4,54	12,77	224,67	6.347,28	50.983,90	57.454,66
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	166.714,17	0,04	0,85	3,53	8,86	-45,50	-892,05	-4.234,77	-6.116,31
RF Duração Livre Soberano (2)	227.506,27	0,05	0,77	3,55	10,49	224,89	2.872,14	2.022,20	-8.356,17
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	671.597,04	0,04	0,78	3,94	11,30	-605,36	5.713,30	2.886,11	-21.347,15
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	336.196,19	0,06	0,91	3,97	12,60	-446,39	8.521,75	54.999,42	111.279,96
Ações	603.556,63					-515,87	-4.146,86	-3.694,02	31.131,40
Ações Indexados (2)	10.466,78	-0,56	-1,76	-7,77	11,21	-1,59	-325,28	785,76	-935,78
Ações Índice Ativo (2)	31.449,29	-0,64	-1,80	-8,08	9,40	-494,23	-2.268,82	-3.677,96	-5.058,50
Ações Livre	215.859,62	-0,48	-0,48	-5,50	11,72	-2,68	-2.212,34	-2.617,38	-10.525,34
Fechados de Ações	126.324,95	-0,24	0,05	-3,35	-0,26	8,93	212,96	-505,82	29.871,52
Multimercados	1.648.758,81					-1.182,17	-12.158,49	-50.992,01	-183.605,69
Multimercados Macro	155.246,28	0,03	0,77	0,36	6,91	-221,08	-5.297,63	-20.379,56	-47.342,21
Multimercados Livre	625.030,96	0,04	0,70	2,73	9,82	63,42	1.204,85	8.189,09	-42.277,50
Multimercados Juros e Moedas	53.037,96	0,06	0,71	3,70	11,52	-152,12	-442,32	-4.148,49	-15.029,05
Multimercados Invest. no Exterior (2)	734.358,49	0,00	0,36	2,67	10,20	-873,18	-7.956,48	-36.175,93	-74.479,25
Cambial	6.079,74	-0,24	-0,08	8,84	9,92	41,07	-22,05	-355,49	-1.377,95
Previdência	1.420.148,25					-70,86	404,98	15.265,88	40.672,02
ETF	44.081,43					138,71	1.403,42	-1.591,01	-1.932,82
Demais Tipos	1.978.026,89					-1.179,57	883,32	29.822,97	35.014,10
Total Fundos de Investimentos	**7.190.210,71**					**6.975,27**	**24.863,95**	**153.359,19**	**66.084,48**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.603.705,07**					**1.854,83**	**-2.953,06**	**29.038,98**	**106.000,17**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.530,46**					**-**	**-**	**-**	**-**
Total Geral	**8.841.446,24**					**8.830,10**	**21.910,88**	**182.398,17**	**172.084,66**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de abril de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	03/06/24	31/05/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,75	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,65	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,46	10,46	10,46	10,65	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,8324	0,8324	0,8324	0,8469	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,65	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,46	10,46	10,46	10,65	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,8324	0,8324	0,8324	0,8469	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,41
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9048
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,63
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9959
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,37	10,38	10,36	10,38	10,28	13,58
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,42	10,43	10,37	10,43	10,18	13,33
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,39	10,39	10,39	10,39	10,40	13,64
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,37	10,37	10,37	10,37	10,34	13,63
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,36	10,36	10,36	10,36	10,29	13,59
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,36	10,36	10,35	10,36	10,21	13,53
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,39	10,39	10,37	10,39	10,18	13,34
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,56	10,56	10,50	10,56	10,16	12,45

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 03/06/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	99.218,69	10,388	648.860	10,374	10,394	10,380
Vencimento em ago/24	98.330,01	10,373	18.713	10,364	10,378	10,364
Vencimento em set/24	97.489,38	10,360	3.373	10,350	10,370	10,350
Vencimento em out/24	96.691,50	10,361	172.750	10,350	10,380	10,355
Vencimento em nov/24	95.822,75	10,368	9.192	10,355	10,390	10,355
Vencimento em dez/24	95.104,80	10,386	7.884	10,385	10,400	10,385
Vencimento em jan/25	94.320,84	10,394	803.416	10,380	10,420	10,380
Vencimento em fev/25	93.486,52	10,435	2.680	10,430	10,455	10,430
Vencimento em mar/25	92.725,61	10,478	4.012	10,475	10,485	10,480
Vencimento em abr/25	92.019,77	10,495	130.741	10,470	10,535	10,475
Vencimento em mai/25	91.268,92	10,528	13.255	10,505	10,560	10,505

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.236,28	-0,47	307.815	5.227,00	5.280,00	5.264,50
Vencimento em ago/24	5.253,53	-0,46	1.405	5.276,00	5.308,00	5.276,00
Vencimento em set/24	5.269,51	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.284,03	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.300,34	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.712,28	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.739,53	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.765,42	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	122.323	-0,25	86.595	121.730	122.895	122.010
Vencimento em ago/24	124.298	-	0	0	0	0
Vencimento em out/24	126.187	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 03/06/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,2367	5,2373	-0,08	-0,08	8,18	5,68
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,2329	5,2335	-0,30	-0,30	7,85	5,66
Dólar Turismo (R$/US$)	5,2506	5,4306	-0,42	-0,42	7,59	5,57
Euro (BC) - (R$/€)	5,7012	5,7050	0,34	0,34	6,60	7,35
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,7038	5,7044	0,15	0,15	6,24	7,54
Euro Turismo (R$/€)	5,7472	5,9272	-0,10	-0,10	5,71	7,05
Euro (BC) - (US$/€)	1,0887	1,0893	0,42	0,42	-1,46	1,58
Ouro*						
B3 (R$/g)[1] [2]	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.350,85	1,08	1,08	13,83	20,60
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.324,70	-0,78	-0,78	12,72	17,35

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação. [2] Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	03/06/24	31/05/24	No fim de mai/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
Valor-Coppead Performance	152.238,76	152.338,81	152.338,81	173.997,89	-0,07	-0,07	-12,51	
Valor-Coppead Mínima Variância	93.477,58	93.649,60	93.649,60	93.533,91	-0,18	-0,18	-0,06	

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 03/06/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 03/06/24

Índice	03/06/24	31/05/24	Em 31/05/24	Em 29/12/23	Em 03/06/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	183,42	183,18	183,18	165,54	151,37	0,13	0,13	10,80	21,17
S&P BNY Emergentes	345,07	341,77	341,77	312,75	287,98	0,96	0,96	10,33	19,82
S&P BNY América Latina	199,80	204,45	204,45	225,28	193,24	-2,27	-2,27	-11,31	3,39
S&P BNY Brasil	196,78	197,69	197,69	232,95	192,77	-0,46	-0,46	-15,53	2,08
S&P BNY México	302,84	329,09	329,09	331,67	315,53	-7,98	-7,98	-8,69	-4,02
S&P BNY Argentina	254,96	262,91	262,91	178,27	125,35	-3,03	-3,03	43,02	103,39
S&P BNY Chile	148,95	148,41	148,41	162,12	168,03	0,36	0,36	-8,12	-11,35
S&P BNY Índia	2.866,14	2.747,17	2.747,17	2.923,01	2.749,69	4,33	4,33	-1,95	4,24
S&P BNY Ásia	215,17	212,76	212,76	189,60	173,32	1,13	1,13	13,48	24,14
S&P BNY China	327,74	329,83	329,83	336,11	314,19	-0,64	-0,64	-2,49	4,31
S&P BNY África do Sul	203,39	206,33	206,33	199,87	233,98	-1,43	-1,43	1,76	-13,07
S&P BNY Turquia	35,44	34,31	34,31	22,45	18,71	3,29	3,29	57,82	89,37

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
15/05 a 15/06	0,1143	0,6149	0,6149	0,7951
16/05 a 16/06	0,0643	0,5646	0,5646	0,7648
17/05 a 17/06	0,0385	0,5387	0,5387	0,7288
18/05 a 18/06	0,0382	0,5384	0,5384	0,7285
19/05 a 19/06	0,0646	0,5649	0,5649	0,7651
20/05 a 20/06	0,0911	0,5916	0,5916	0,8017
21/05 a 21/06	0,0921	0,5926	0,5926	0,8028
22/05 a 22/06	0,0904	0,5909	0,5909	0,8010
23/05 a 23/06	0,0640	0,5643	0,5643	0,7644
24/05 a 24/06	0,0394	0,5396	0,5396	0,7297
25/05 a 25/06	0,0416	0,5418	0,5418	0,7319
26/05 a 26/06	0,0682	0,5685	0,5685	0,7687
27/05 a 27/06	0,0947	0,5952	0,5952	0,8054
28/05 a 28/06	0,0909	0,5914	0,5914	0,8015
29/05 a 29/06	0,0892	-	-	0,7998
30/05 a 30/06	0,0631	-	-	0,7635
31/05 a 01/07	0,0631	-	-	0,7635

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 03/06/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	122.032	-0,05	-0,05	-9,06	8,42
IBrX	51.590	-0,04	-0,04	-8,61	8,96
IBrX 50	20.487	-0,17	-0,17	-7,79	10,30
IEE	88.520	1,38	1,38	-6,78	5,78
SMLL	2.026	0,75	0,75	-13,88	-6,38
ISE	3.372	0,80	0,80	-10,41	-1,09
IMOB	841	1,10	1,10	-16,81	-1,30
IDIV	8.611	0,20	0,20	-5,10	16,30
IFIX	3.372	-0,32	-0,32	1,82	11,39
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.300	0,03	0,03	-15,93	2,59
IBrX	9.850	0,04	0,04	-15,52	3,11
IBrX 50	3.912	-0,09	-0,09	-14,76	4,37
IEE	16.902	1,47	1,47	-13,83	0,10
SMLL	387	0,83	0,83	-20,39	-11,41
ISE	644	0,88	0,88	-17,19	-6,41
IMOB	161	1,19	1,19	-23,10	-6,61
IDIV	1.644	0,29	0,29	-12,28	10,05
IFIX	644	-0,24	-0,24	-5,88	5,40

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 03/06/24	Spread 31/05/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	376	370	6,0	6,0	31,0
África do Sul	353	358	-5,0	-5,0	27,0
Argentina	1.408	1.341	67,0	67,0	-499,0
Brasil	217	213	4,0	4,0	22,0
Colômbia	307	303	4,0	4,0	42,0
Filipinas	80	78	2,0	2,0	22,0
México	175	166	9,0	9,0	8,0
Peru	106	105	1,0	1,0	4,0
Turquia	246	243	3,0	3,0	-30,0
Venezuela	16.751	16.464	287,0	287,0	-7.341,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
set/23	340.324	21/05/24	356.330
out/23	340.247	22/05/24	355.992
nov/23	348.406	23/05/24	355.060
dez/23	355.034	24/05/24	355.339
jan/24	353.563	27/05/24	355.573
fev/24	352.705	28/05/24	355.667
mar/24	355.008	29/05/24	354.406
abr/24	351.599	31/05/24	355.560

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	03/06/24	31/05/24	29/05/24	28/05/24	27/05/24	24/05/24
Índice	2.111,07	2.110,11	2.106,56	2.112,08	2.111,06	2.107,09
Var. no dia	0,05%	0,17%	-0,26%	0,05%	0,19%	-0,04%
Var. no mês	0,05%	0,64%	0,47%	0,73%	0,68%	0,49%
Var. no ano	2,22%	2,17%	2,00%	2,27%	2,22%	2,03%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 03/06/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	36,6500	36,6800	0,14280	0,14290
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,2367	5,2373
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4431	36,5344	0,1433000	0,1437000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	6,9900	0,7492	0,7646
Colon (Costa Rica)	528,9000	531,0000	0,009862	0,009902
Coroa (Dinamarca)	6,8488	6,8498	0,7645	0,7647
Coroa (Islândia)	137,1900	137,3700	0,03812	0,03818
Coroa (Noruega)	10,4608	10,4651	0,5004	0,5007
Coroa (Rep. Tcheca)	22,6460	22,6630	0,2311	0,2313
Coroa (Suécia)	10,4083	10,4098	0,5031	0,5032
Dinar (Argélia)	134,4734	135,0634	0,03877	0,03895
Dinar (Kuwait)	0,3065	0,3066	17,0799	17,0874
Dinar (Líbia)	4,8319	4,8542	1,0788	1,0839
Direitos Especiais de Saque ***	1,3233	1,3233	6,9297	6,9305
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6724	3,6734	1,4256	1,4261
Dirham (Marrocos)	9,9444	9,9494	0,5263	0,5267
Dólar (Austrália)***	0,6680	0,6684	3,4981	3,5006
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,2367	5,2373
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,5756	2,6210
Dólar (Canadá)	1,3626	1,3631	3,8418	3,8436
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,2715	6,3482
Dólar (Cingapura)	1,3466	1,3471	3,8874	3,8893
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,2367	5,2373
Dólar (Hong Kong)	7,8198	7,8199	0,6697	0,6697
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6183	0,6184	3,2379	3,2387
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7331	6,8260	0,7672	0,7778
Euro (Comunidade Européia)***	1,0887	1,0893	5,7012	5,7050
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8773	2,9349
Franco (Suíça)	0,8954	0,8955	5,8478	5,8491
Guarani (Paraguai)	7520,8000	7532,9100	0,0006952	0,0006964
Hryvnia (Ucrânia)	40,3000	40,6000	0,1290	0,1300
Iene (Japão)	156,0200	156,0500	0,03356	0,03357
Lev (Bulgária)	1,7971	1,7982	2,9122	2,9143
Libra (Egito)	47,1000	47,2000	0,1109	0,1112
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000058	0,000059
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00040	0,00040
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2791	1,2795	6,6983	6,7011
Naira (Nigéria)	1484,0000	1494,0000	0,00351	0,00353
Lira (Turquia)	32,1908	32,2010	0,1626	0,1627
Novo Dólar (Taiwan)	32,3040	32,3340	0,16200	0,16210
Novo Sol (Peru)	3,7180	3,7477	1,3973	1,4086
Peso (Argentina)	896,0000	896,5000	0,00584	0,00585
Peso (Chile)	904,2000	904,9000	0,005787	0,005792
Peso (Colômbia)	3855,0000	3857,0000	0,001358	0,001359
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2182	0,2182
Peso (Filipinas)	58,7000	58,7200	0,08918	0,08922
Peso (México)	17,5810	17,5970	0,2976	0,2979
Peso (Rep. Dominicana)	59,0000	59,7000	0,08772	0,08877
Peso (Uruguai)	38,7600	38,8000	0,13500	0,13510
Rande (África do Sul)	18,5019	18,5054	0,2830	0,2831
Rial (Arábia Saudita)	3,7506	3,7508	1,3962	1,3964
Rial (Irã)	42025,0000	42105,0000	0,0001244	0,0001246
Ringgit (Malásia)	4,7040	4,7100	1,1118	1,1134
Rublo (Rússia)	89,2705	89,2795	0,05866	0,05867
Rúpia (Índia)	83,0830	83,1380	0,06299	0,06304
Rúpia (Indonésia)	16225,0000	16235,0000	0,0003226	0,0003228
Rúpia (Paquistão)	278,1000	278,8000	0,01878	0,01883
Shekel (Israel)	3,6648	3,6670	1,4281	1,4291
Won (Coréia do Sul)	1372,2700	1372,7200	0,003815	0,003817
Yuan Renminbi (China)	7,2420	7,2435	0,7230	0,7232
Zloty (Polônia)	3,9251	3,9266	1,3336	1,3343
	Cotações Ouro Spot (2)	**Cotações Paridade (3)**	**Em R$(1) Compra**	**Em R$(1) Venda**
Dólar Ouro	2342,67	0,01328	394,3298	394,3750

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data

* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	03/06/24	31/05/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.571,03	38.686,32	-0,30	-0,30	2,34	14,24	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.600,97	18.536,65	0,35	0,35	10,55	27,87	14.109,57	18.869,44
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	16.828,67	16.735,02	0,56	0,56	12,11	27,10	12.595,61	17.019,88
EUA	Nova York	S&P 500	5.283,40	5.277,51	0,11	0,11	10,77	23,38	4.117,37	5.321,41
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.116,69	22.269,12	-0,68	-0,68	5,53	10,45	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	51.807,55	55.179,24	-6,11	-6,11	-9,72	-2,68	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	Feriado	1.399,94	-	-	17,13	21,95	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	-	69.210,19	-	-	19,67	105,19	32.850,05	69.210,19
Chile	Santiago	IPSA	6.614,36	6.632,80	-0,28	-0,28	6,72	16,99	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	30.049,29	30.220,40	-0,57	-0,57	15,75	37,56	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.659.247,63	1.651.417,34	0,47	0,47	78,47	370,13	352.936,83	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.535,05	1.530,66	0,29	0,29	10,00	13,60	3.425,66	4.131,72
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.608,16	18.497,94	0,60	0,60	11,08	15,93	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.998,02	7.992,87	0,06	0,06	6,03	10,00	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.670,06	34.492,41	0,52	0,52	14,23	28,08	26.575,69	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.932,76	3.918,09	0,37	0,37	6,07	8,26	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.758,93	2.769,27	-0,37	-0,37	20,82	36,10	1.962,58	2.790,40
Espanha	Madri	IBEX-35	11.397,20	11.322,00	0,66	0,66	12,82	22,32	8.918,30	11.397,20
Grécia	Atenas	ASE General	1.447,41	1.431,84	1,09	1,09	11,93	18,85	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	905,10	903,61	0,16	0,16	15,03	18,33	714,05	916,04
Hungria	Budapeste	BUX	69.458,84	67.906,51	2,29	2,29	14,58	45,10	46.850,16	69.803,67
Polônia	Varsóvia	WIG	86.832,67	86.315,26	0,60	0,60	10,67	32,26	63.636,25	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.918,43	6.870,81	0,69	0,69	8,16	17,23	5.802,17	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.111,55	1.125,68	-1,26	-1,26	2,59	5,71	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.612,02	2.604,10	0,30	0,30	8,92	13,94	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.007,04	12.000,86	0,05	0,05	7,80	4,93	10.323,71	12.037,99
Turquia	Istambul	BIST 100	10.556,80	10.400,48	1,50	1,50	41,32	106,39	4.959,80	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.004,28	-	0,54	0,54	6,85	15,94	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	77.746,25	76.704,26	1,36	1,36	1,11	0,80	69.451,97	80.073,00
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.923,03	38.487,90	1,13	1,13	16,31	23,47	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.024,10	7.970,80	0,67	0,67	2,49	9,45	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.719,12	1.729,65	-0,61	-0,61	-6,46	-15,55	1.433,10	2.083,36
China	Xangai	SSE Composite	3.078,49	3.086,81	-0,27	-0,27	3,48	-4,69	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.682,52	2.636,52	1,74	1,74	1,03	3,12	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.403,04	18.079,61	1,79	1,79	7,95	-2,89	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	76.468,78	73.961,31	3,39	3,39	5,85	22,26	62.428,54	76.468,78
Indonésia	Jacarta	JCI	7.036,19	6.970,74	0,94	0,94	-3,25	6,07	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	Feriado	1.345,66	-	-	-4,96	-12,12	1.332,08	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.536,76	21.174,22	1,71	1,71	20,11	28,91	16.001,27	21.858,41

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data

* Índice expresso em dólares

Estratégia Banco integra grupo que comprou 10% da gestora de Ackman, que pela 1ª vez traz sócios de fora enquanto prepara IPO

BTG leva fatia na Pershing Square, que terá brasileiro no conselho

Álvaro Campos e Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

O BTG Pactual está entre os investidores que compraram uma fatia de 10% na gestora Pershing Square, de Bill Ackman. Segundo documento divulgado pela companhia americana, o grupo inclui ainda Arch Capital, Consulta Limited, Iconiq Investment, Menora Mivtachim e alguns family offices, além de outros investidores.

"Temos o prazer de convidar um grupo de parceiros de classe mundial e de longo prazo como investidores em nosso negócio, que é de propriedade integral dos funcionários da Pershing Square desde a nossa criação, há mais de 20 anos", disse Ackman em nota. A companhia não revela a fatia de cada investidor, mas diz que a participação de 10% foi vendida por US$ 1,05 bilhão.

JEENAH MOON/BLOOMBERG



Ackman: em eventual diluição acionária, reorganização garante poder de voto de bilionário conhecido por ativismo

Segundo o fundador e CEO, este novo investimento ajudará a Pershing Square a acelerar o crescimento dos ativos sob gestão em estratégias existentes e novas. "Como sempre, a Pershing Square permanecerá intensamente focada na geração de retornos elevados e de longo prazo para os investidores."

Conforme noticiado na semana passada, a venda da fatia de 10% é uma forma de preparar a Pershing Square para um potencial IPO (oferta pública inicial de ações, na sigla em inglês) no ano que vem.

No comunicado divulgado ontem, a gestora não menciona essa possibilidade, mas diz que está promovendo uma reestruturação organizacional e que Ben Hakim foi nomeado como diretor da Pershing Square Capital Management (PSCM). A reorganização garante o poder de voto de Ackman numa eventual diluição acionária. O bilionário é conhecido como um investidor ativista com forte presença nas redes sociais, com apostas contra empresas como a Herbalife e a seguradora de títulos MBIA.

A reorganização também envolve a criação de um conselho de administração formado por cinco membros independentes (Kerry Murphy Healey, Orion Hindawi, Nicholas Lamotte, Christine Todd e o brasileiro Marco Kheirallah) e quatro ligados à gestora (Ackman, Ryan Israel, Nick Botta e Halit Coussin).

> "A Pershing Square permanecerá focada na geração de retornos elevados e de longo prazo para os investidores"
> *Bill Ackman*

Kheirallah, sócio de Daniel Goldberg na Lumina Capital e ex-Pactual, compõe a mesa ao lado de representantes das outras gestoras que entraram de sócias. É a primeira vez que a Pershing traz sócios de fora, operando desde a fundação somente com sócios executivos.

A avaliação de pouco de US$ 10 bilhões da gestora de hedge fund na transação a coloca em patamar semelhante de "valuation" (avaliação de valor) de firmas como TPG e CVC Capital, ainda que suas receitas estejam em escala inferior, compara o "Financial Times".

O fundo principal da Pershing, que gere US$ 15 bilhões, registrou US$ 155 milhões em taxas de administração no ano passado e US$ 312 milhões em taxa de performance, enquanto a TPG, listada por cerca de US$ 10 bilhões há dois anos, registrou mais de US$ 600 milhões em taxas de administração no ano anterior ao IPO.

A expectativa é que a Pershing faça sua listagem na bolsa americana no ano que vem.

Bank of America, Citigroup, Evolve, Jefferies e UBS coordenaram a venda da fatia na Pershing Square. Procurado, o BTG não se manifestou sobre o assunto.

No Brasil, banco adiciona Nacional à lista de aquisições

De São Paulo

O BTG Pactual se tornou, na última década, o grande comprador de bancos brasileiros quebrados, em busca de extrair algum valor dos "créditos podres" e ativos fiscais que essas instituições financeiras deixaram pelo caminho. Na ação mais recente, adquiriu o Nacional, que teve seu auge nos anos 1980, foi pioneiro no marketing esportivo com o patrocínio a Ayrton Senna, e está há quase três décadas em liquidação extrajudicial.

As compras são feitas pela área de "special situations", que lida com ativos "estressados". O objetivo não é elevar o patrimônio do grupo, nem conquistar clientes ou reviver alguma marca, mas extrair valor de ativos antigos. Geralmente compra-se a carteira de crédito por alguns centésimos do valor de face e, assim, qualquer coisa que se consiga recuperar, é lucro.

O garimpo do BTG nos bancos quebrados começou em 2013, quando anunciou a compra do Bamerindus, pagando ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) cerca de R$ 418 milhões. Quatro anos depois, a Enforce, empresa de recuperação de créditos do BTG, arrematou por R$ 211 milhões os créditos podres do banco BVA. Entre 2021 e 2022, pagou R$ 937,7 milhões por uma carteira de créditos inadimplidos do Banco Econômico que estavam com o BNDES e o FGC. Depois, acabou levando a instituição como um todo. Com esse histórico, o BTG lidera todas as apostas para arrematar também o que sobrou do Banco Santos, cujo fundador, Edemar Cid Ferreira, morreu no início deste ano.

Há algumas maneiras pelas quais o BTG pode se beneficiar da compra desses ativos. A primeira é usar os prejuízos fiscais acumulados para reduzir sua carga tributária. Outra é extrair valor de ativos esquecidos ali dentro, como disputas judiciais, precatórios ou a carteira de títulos e valores mobiliários. E, por fim, a própria carteira de crédito ainda pode ter valores residuais, mesmo após vendas feitas pela administração da massa falida.

No balanço, o BTG não abre muitos detalhes sobre a área de "special situations", que fica dentro da vertical de crédito. Do portfólio total de R$ 182 bilhões, a área de "financials" é a maior, com uma fatia de 15,7%. No primeiro trimestre, a receita dessa vertical foi de R$ 1,436 bilhão, com expansão anual de 20,5%.

Ao anunciar o acordo com o Nacional, o BTG disse apenas que a estratégia é focada na aquisição e recuperação de carteiras de créditos inadimplidos e compra de ativos financeiros alternativos, "a qual acumula expertise em 'turnaround' de instituições financeiras em regime especial".

Em março, o Banco Central aprovou aumento de capital de R$ 1,4 bilhão no Nacional. Em novembro, a família Magalhães Pinto, controladora do banco, havia proposto à administração da massa falida uma capitalização de até R$ 1,5 bilhão. Ao mesmo tempo, disse que negociava com o BTG.

O BC decretou o Regime de Administração Especial Temporária (Raet) do Nacional em novembro de 1995 e parte da instituição foi alienada ao Unibanco. A liquidação extrajudicial veio um ano depois. No fim de 1995, o Nacional enfrentava problemas de liquidez e dava sinais de que poderia sofrer uma corrida bancária. As autoridades descobriram que o banco maquiava os balanços usando contas fantasmas. *(AC)*

INÊS 249

Carteira Valor Com Ibovespa no vermelho, analistas reforçam indicações de exportadoras de commodities e de empresas do setor financeiro

Seleção de ações para junho fica mais defensiva

Nathália Larghi
De São Paulo

Após mais um mês de perdas do Ibovespa, que interrompeu a sequência de cinco anos em que o índice fechava maio no azul, os analistas voltam a adotar uma postura mais conservadora em suas indicações. A Carteira Valor de junho teve cinco novidades em relação à seleção do mês anterior, sendo a maioria delas mais defensiva. Os setores financeiro e de exportadoras de commodities seguem sendo os que têm mais representantes. As poucas ações mais “arrojadas” na lista do mês são de empresas que tiveram bons resultados no primeiro trimestre.

Ainda que a Petrobras tenha passado por um abalo recentemente, com a saída do presidente Jean Paul Prates e a chegada de Magda Chambriard, as ações da empresa tomaram a liderança da Vale na seleção de junho após serem apontadas por seis corretoras. Segundo os analistas da Ágora, a mudança de comando “levantou dúvidas em relação às diretrizes estratégicas da companhia”, mas as ações seguem descontadas e “devem compor uma atrativa remuneração aos acionistas através da distribuição de elevados dividendos”.

As ações da Vale vêm logo na sequência, com cinco indicações. Outra exportadora de commodities que segue seleção é o frigorífico JBS, com duas indicações. As novidades do segmento neste mês são a petrolífera 3R Petroleum, que chega à lista também escolhida por duas corretoras, e a Cosan, conglomerado que além de atuar nas áreas de açúcar e etanol também tem braços em segmentos de logística e lubrificantes.

As exportadoras de commodities costumam trazer uma função de proteção à carteira. Isso porque estão expostas a diferentes mercados e, assim, ajudam a mitigar os riscos relacionados ao cenário local e até a choques específicos, como a mudança na gestão da Petrobras.

Outro setor que se posiciona como uma alternativa mais “segura”, por apresentar menos volatilidade mesmo em contextos de crise, é o financeiro. Em junho, as ações do Itaú Unibanco foram mantidas na lista, indicadas por três corretoras. Já os papéis do BTG Pactual deram lugar aos da BB Seguridade, também indicados por quatro corretoras.

> Mesmo com abalo recente, ações da Petrobras tomaram a liderança da Vale em indicações

Mais um segmento considerado conservador é o das prestadoras de serviços, as chamadas de “utilities”. Por terem uma demanda mais perene, essas empresas sofrem menos com períodos adversos. Desta vez, a representante do setor é a empresa de energia Copel, indicada por duas corretoras e uma das novidades do mês.

Outra novidade no mês é a empresa de software Totvs, indicada por duas corretoras. A companhia teve lucro de R$ 126,6 milhões no primeiro trimestre, uma alta de 34,5%. Por fim, outra empresa que apresentou bom resultado e também é de um segmento um pouco mais arrojado é a construtora Cyrela, que teve duas indicações e se manteve na lista. No primeiro trimestre, a companhia viu seu lucro crescer mais de 60%.

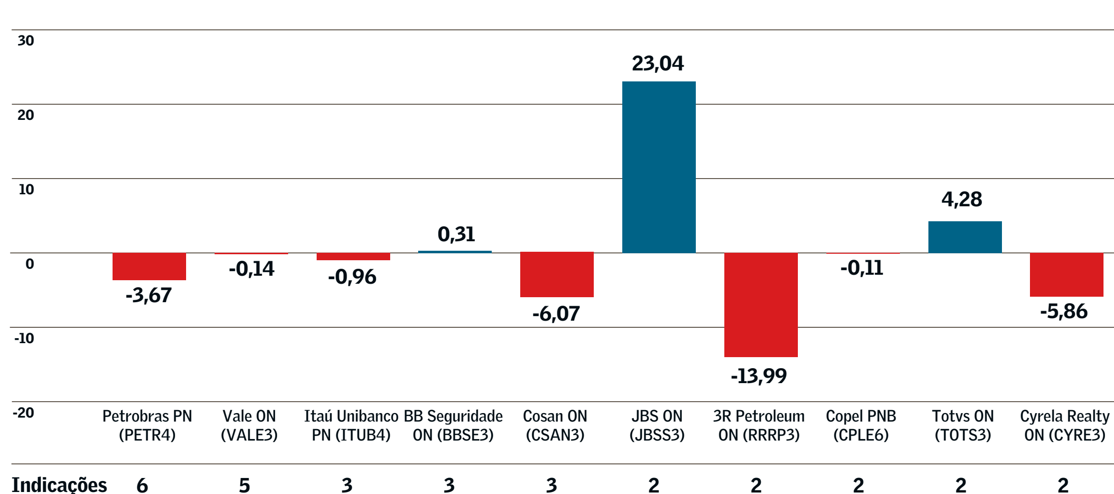
A Carteira Valor teve queda de 0,59% em maio, contra um recuo de 3,04% do Ibovespa. Em 12 meses até maio, acumula alta de 2,70%, contra 12,70% do principal índice da bolsa. A lista é formada a partir das dez ações mais recomendadas pelas corretoras participantes. São sugeridos cinco papéis por instituição, de um total de 15.

Se houver empate, prevalecem as ações com maior volume financeiro médio em bolsa nos últimos 90 dias úteis encerrados no fim de cada mês. O rendimento é calculado mensalmente com base na variação média simples dos papéis. As indicações não consideram pesos diferentes entre os ativos.

As corretoras que compõem a Carteira Valor são: Ativa, Ágora, BB Investimentos, CM Capital, Genial, Guide, MyCap, Nova Futura, Órama, Pagbank, Planner, Safra, Santander, Terra Investimentos e XP Investimentos.

Carteira Valor

Rentabilidade em maio para as ações indicadas em junho



Desempenho em maio de 2024

Em %

	Variação %	Volume*
Vale ON (VALE3)	-0,14	1.570,4
Itaú Unibanco PN (ITUB4)	-0,96	816,4
BTGP Banco UNIT (BPAC11)	-5,42	293,3
JBS ON (JBSS3)	23,04	172,3
Petrobras PN (PETR4)	-3,67	1.738,8
Weg ON (WEGE3)	-5,06	232,6
Embraer ON (EMBR3)	8,64	211,4
Cyrela Realty ON (CYRE3)	-5,86	117,7
Iguatemi UNIT (IGTI11)	-3,20	76,1
PetroRio ON (PRIO3)	-13,31	417,9

Rentablidade

Carteira Valor		Ibovespa	
-0,59	Média no mês	-3,04	No mês
-14,77	Acumulada no ano**	-9,01	No ano**
2,70	Acumulada em 12 meses**	12,70	Em 12 meses**

Instituições financeiras

Desempenho em maio de 2024- em %

	Média mês	Acum. no ano**
Ágora Investimentos	2,52	1,19
Ativa Investimentos	-5,62	-12,16
BB Investimentos	-9,19	-18,03
CM Capital Corretora	3,48	8,84
Genial Investimentos	-3,08	-17,95
Guide Investimentos	-2,62	-24,95
Inter	-3,99	-8,22
MyCAP Investimentos	-3,14	-14,72
Nova Futura Investimentos	5,10	-1,84
Órama	2,48	-10,43
Pagbank	-7,08	-17,29
Planner Corretora	0,04	-6,05
Safra Corretora	-3,33	-11,58
Santander Corretora	-6,43	-24,54
Terra Investimentos	-3,48	-11,44
Warren	-6,02	-10,74
XP Investimentos	-1,89	-5,87

Fontes: Bancos, Corretoras e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Volume médio em R$ milhões no período de 90 últimos dias úteis em bolsa encerrado em 31/mai/24 ** Até maio *** Rentabilidade das carteiras sugeridas mês a mês. Proventos anunciados são acrescentados à rentabilidade histórica da(s) carteira(s) que possuíam o ativo no exercício a que se refere o benefício. A Carteira Valor é formada pela média simples da oscilação dos 10 papeis mais indicados pelas instituições financeiras, entre as cinco ações apontadas por cada instituição. Em caso de empate, prevalecem as ações com volume médio maior, no período de 90 últimos dias úteis em bolsa encerrado em 31/mai/24 A Carteira Valor não é e não pode ser interpretada como indicação ou recomendação de investimento do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza por decisões de investimento tomadas com base nessas informações. Quaisquer referências a rentabilidades passadas não significam de qualquer forma a garantia ou previsibilidade de rentabilidades futuras. As indicações de cada corretora não consideram diferentes pesos para cada papel. Para maiores informações, consulte as corretoras

Valor investe.com
Confira as recomendações de cada corretora para a Carteira Valor
valor.globo.com/valor-data/carteira-valor/

Lightrock reforça time para investimento de impacto

ROGERIO VIEIRA/VALOR



Tatiana Sasson, da Lightrock: “Há muita oportunidade fora da Faria Lima”

Fernanda Guimarães
De São Paulo

A gestora de private equity (que compra participação em empresas) focada em investimento de impacto Lightrock acaba de reforçar seu time na América Latina com a contratação de Tatiana Sasson, ex-McKinsey. Com US$ 600 milhões investidos na região, incluindo em empresas como Dr.Consulta e em startups que já alçaram o posto de unicórnios, como Creditas, Frete.com e Dock, a Lightrock colocou como meta ampliar a presença regional. No mundo, os investimentos em tese de impacto já ultrapassam a marca de US$ 1 trilhão, segundo a gestora.

“Temos interesse em continuar crescendo na região. Tínhamos identificado uma carência de ter alguém focado em América Latina. Apesar de termos na nossa raiz o investimento de impacto e mesmo olhando teses parecidas no mundo, cada região tem suas particularidades”, diz o sócio-executivo e chefe da Lightrock para América Latina, Marcos Wilson Pereira, lembrando que globalmente a firma tem o olhar em investimentos em “pessoas, produtividade e planeta”. Sasson chega para ocupar, assim, o cargo de chefe de Impacto da Lightrock na região latina.

Diferentemente dos investimentos classificados como “ESG” (sigla para ambiental, social e governança), os de impacto tem o olhar em empresas que têm a intenção de gerar impactos sociais ou ambientais, por exemplo, mas de forma que seja mensurável e ainda com retorno financeiro. O olhar, segundo Sasson, está ainda em endereçar problemas estruturais, tais como clima, infraestrutura e ganho de eficiência em setores específicos. O retorno financeiro do investimento precisa ainda estar em linha com o mercado. “Há muita oportunidade fora da Faria Lima”, diz a executiva.

O investimento focado em impacto, segundo os executivos, tem ganhado força globalmente, com o tema renovando apelo até mesmo por conta de tragédias ambientais, como a no Rio Grande do Sul, algo que tem feito que uma gama maior de investidores se voltem ao tema. “Há muitos desafios estruturais que precisam ser endereçados”, afirma Sasson.

Segundo a executiva, a Lightrock tem o olhar voltado para empresas com tese de impacto, mas já maduras, o que acaba subindo a régua na hora dos investimentos. Com uma plataforma com investimentos globais, a estratégia de geração de valor se faz também bastante presente nas investidas. Atualmente, a Lightrock investe em 14 países.

Seguindo a média do mercado de private equity, a Lightrock tem, no geral, um mandato de ficar nas empresas entre cinco e sete anos. No geral, são compradas posições minoritárias, mas relevantes, em que a presença da gestora vai se fazer presente.

No mundo, a Lightrock tem atualmente cerca de US$ 5 bilhões, com seis escritórios espalhados em quatro continentes: Europa, Ásia, América Latina e África. A casa iniciou o processo de investimento de impacto em 2009.

‘Incentivada’ segue firme nas carteiras; e as ‘de infraestrutura’?

Palavra do gestor



Victor Tâmega

Já são muito bem conhecidos os benefícios de uma carteira bem diversificada na gestão de investimentos, claro que atendendo a objetivos e restrições específicos de cada cliente, sejam pessoas físicas ou institucionais. No entanto, a vida real é muito mais que simplesmente “equity and bonds”, assim, à medida que o mercado de capitais evolui globalmente, a classe de alternativos vem ganhando cada vez mais proeminência, incluindo investimento de longo prazo em infraestrutura. No Brasil, além de não ser diferente, somos destaque em infraestrutura por várias questões.

As debêntures incentivadas se provaram uma das formas mais eficientes de financiar infraestrutura no Brasil, via crédito isento de longo prazo. Criadas em 2011, como alternativa ao financiamento subsidiado do BNDES por meio da TJLP, miram principalmente pessoas físicas e não residentes devido à isenção fiscal total tanto nos rendimentos quanto nos ganhos de capital, já que investidores institucionais de peso, como os fundos de pensão e seguradoras, já se beneficiam da imunidade fiscal em outras classes de ativos.

Chama a atenção o crescimento vertiginoso deste mercado nos últimos anos, pois, além da atratividade às pessoas físicas, as oportunidades de investimentos em infraestrutura no Brasil são enormes, certamente uma das maiores e mais atraentes do mundo.

Além do baixo investimento histórico, incapaz inclusive de recompor a depreciação física, o Brasil avançou bem do ponto de vista regulatório nos últimos anos, com destaque ao novo marco do saneamento, mas muito além disso, o que resultou num ambiente de negócios mais pujante e atrativo.

Segundo dados e estimativas da Abdib, o hiato de investimentos em infraestrutura em 2023 no Brasil soma R$ 248,9 bilhões, ou 2,32% do PIB. Por outro lado, segundo dados compilados pela Anbima, o total de emissões de debêntures incentivadas (especificamente para projetos de infraestrutura) alcançou R$ 91,6 bilhões nos últimos 12 meses até abril, 42% acima do registrado em 2023 (R$ 64,5 bilhões), o que já foi um avanço de 70% sobre o ano anterior. Na mesma tendência, nos últimos 12 meses, os fundos de infraestrutura captaram algo como R$ 38 bilhões.

Se já não bastasse, esperamos os anos de 2024 e vindouros ainda mais promissores.

Em janeiro foi sancionada a lei 14.801, criando as debêntures de infraestrutura, cuja diferença básica relativa às debêntures incentivadas é o benefício fiscal para os emissores das debêntures, potencialmente impulsionando o investimento institucional em crédito para infraestrutura, seguindo o padrão global em que o bolso institucional impera.

Em março, foi publicado o decreto 11.964, que regulamenta as debêntures incentivadas e as novas “de infraestrutura”, principalmente quanto ao enquadramento de projetos, sendo mais específico e limitador acerca de setores e áreas de atuação, mas, por outro lado, possibilitando emissões com cláusulas de variação cambial, por exemplo, e permitindo a emissão de projetos de minigeração distribuída, os quais têm acessado amplamente o mercado de capitais via CRIs. De acordo com nossas estimativas, pelo menos R$ 2 bilhões foram captados desde meados de 2022 através de CRI para o segmento e a esperamos expressivo aumentos de emissões acessando bolsos de fundos voltados para financiamento de infraestrutura.

Por fim, não podemos nos esquecer de mudanças regulatórias importantes que ocorreram nos últimos meses, com as mudanças tributárias de fundos exclusivos e das “offshore”, seguidas das resoluções CMN de fevereiro, as quais limitaram o universo de emissão de letras e certificados imobiliários e do agronegócio a tomadores que comprovadamente atuem nestes setores. O resultado destas mudanças foi ainda mais espaço para expansão das incentivadas, inclusive a taxas (spreads de crédito) estruturalmente menores.

Mas e as “de infraestrutura”? Fica ainda a questão no ar de como evoluirá o papel dessa nova modalidade de financiamento. Como ainda carecem de alguns esclarecimentos importantes, a exemplo do prazo para edição de portarias ministeriais complementares e disposições sobre bonds de infraestrutura, pairam dúvidas no mercado que potencialmente barram as primeiras emissões. Seguiremos atentos (e curiosos) sobre o desenrolar destes acontecimentos.

Victor Tâmega é gestor de crédito privado e infraestrutura da Rio Bravo
E-mail
victor.tamega@riobravo.com.br

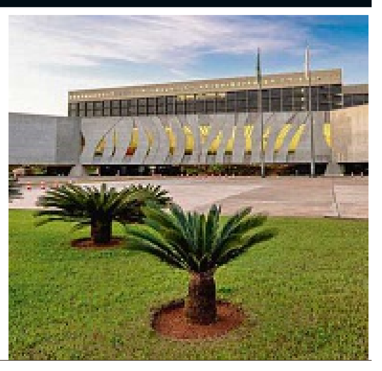
INÊS 249

STJ
Ministros julgarão processo sobre seguro habitacional com impacto de R$ 16,8 bi
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Recuperação judicial e a crise do agronegócio
E2

STJ
Precatório não sacado pode ser cancelado
valor.globo.com/legislacao



Arbitragem Período do processo pode cair pela metade, diz Centro de Arbitragem e Mediação - CCBC

Câmaras arbitrais adotam ‘mediação sanduíche’ e reduzem tempo e custo de disputas empresariais

Arthur Rosa e Marcela Villar
De São Paulo

O tempo de duração e custo dos processos de arbitragem têm sido reduzidos por meio de outro meio de resolução de conflitos: a mediação. No Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), o período de uma disputa, de cerca de 20 meses — a partir do momento em que os árbitros são escolhidos —, pode cair pela metade.

A prática, chamada de “mediação sanduíche”, gera no CAM-CCBC a suspensão do processo por 60 ou 90 dias para a negociação de uma solução entre as partes envolvidas. Os custos são abatidos do valor a ser pago pela arbitragem — que é de 1,22% do montante de uma causa com três árbitros, considerando o valor médio das disputas arbitrais na câmara, que é de R$ 114,3 milhões.

“A ‘mediação sanduíche’ não precisa estar prevista em contrato entre as partes. Mas essa janela de mediação é importante e pode evitar uma sentença que pode ser muito boa ou muito ruim”, diz o vice-presidente do CAM-CCBC, Ricardo de Carvalho Aprigliano.

No ano passado, 11 das 16 mediações realizadas pelo CAM-CCBC foram dessa modalidade. Tanto o volume de mediações quanto o de arbitragens cresceram em 2023. No ano anterior, foram realizadas 5 mediações.

Na arbitragem, a câmara registrou um crescimento expressivo nos valores em disputa — total administrado e médio de uma causa. O total passou de R$ 9,1 bilhões em 2022 para R$ 13,3 bilhões em 2023. E o valor médio, de R$ 79,9 milhões para R$ 114,3 milhões, na mesma base de comparação.

“Quando se inicia uma arbitragem, uma das partes tem uma expectativa grande do seu direito. Mas quando a outra parte se manifesta, começa-se a perceber que um acordo pode ser o melhor caminho”, diz a advogada e professora Selma Lemes, autora da pesquisa “Arbitragem em Números e Valores” — uma das mais tradicionais do mercado. “Pode-se fechar um acordo em determinados pontos e a arbitragem prosseguir com os outros.”

A mediação passou a ser usada antes, durante e até depois da sentença arbitral, para definir como será o cumprimento das determinações. No início, a modalidade pode ser adotada para resolver alguns pontos da discussão e reduzir o escopo do que será tratado no processo, o que diminui o custo da arbitragem.

“O valor do litígio diminui exponencialmente. As custas são calculadas de acordo com a quantidade de pedidos”, diz Lilian Bertolani, secretária-geral da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Ciesp/Fiesp.

No ano passado, foram realizadas na Câmara sete mediações, um número acima da média dos anteriores – exceto em 2021, que foi um ano atípico, com 42 executadas. “Uma grande empresa nos procurou querendo apoio para desjudicializar questões sobre locação, entre inquilinos e parceiros. Dos 42 casos de mediação, 37 foram da mesma empresa”, afirma Lilian.

A perspectiva para 2024 é o uso desse tipo de procedimento crescer e fechar em pelo menos 10 — seria o maior número da série histórica desde 2021. Ao contrário das arbitragens, as mediações não precisam estar previstas nos contratos.

Normalmente, adotam-se as cláusulas escalonadas, que exigem a realização de pelo menos uma sessão com mediadores antes de seguir para os árbitros.


DIVULGAÇÃO/CAM-CCBC
Ricardo Aprigliano: "Janela de mediação é importante e pode evitar uma sentença que pode ser muito boa ou muito ruim"

“Por lei, se as partes estão muito beligerantes, elas são obrigadas a fazer pelo menos uma sessão de mediação. Depois, vão para a arbitragem, se não tiver consenso. Elas são obrigadas a passar pela mediação, mas ninguém é obrigado a permanecer”, diz Lilian.

A média dos valores envolvidos nesses casos no ano passado foi de R$ 30,7 milhões, quase o dobro do valor de causa das arbitragens. “Usuários mais elitizados têm a consciência do quanto a ferramenta é benéfica, então isso puxa para cima o valor das mediações”, afirma a secretária-geral, acrescentando que a Câmara tem difundido o uso para pequenos e médios casos.

André Abbud, sócio do BMA Advogados e presidente do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr), diz que desde a pandemia da covid-19, as mediações têm de fato sido mais usadas. “É uma oportunidade de solução negociada por menos tempo e com custo menor, em substituição aos riscos de uma solução imposta às partes”, afirma Abbud. De acordo com ele, os mesmos temas tratados em uma arbitragem podem ser levados para a mediação.

O advogado destaca a importância da arbitragem e lembra que as sentenças arbitrais levadas à Justiça têm sido mais chanceladas do que anuladas. “A chance de anulação de uma sentença arbitral é de 1,5%”, diz ele, citando pesquisa da Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ), divulgada no fim do ano passado.

Na Câmara da Fiesp/Ciesp, ocorreram oito arbitragens a mais em 2023 em relação a 2022, totalizando 34, o que representa um aumento de mais de 30%. Esses casos novos envolvem valores um pouco mais baixos, apesar do maior volume. O ticket médio no ano passado foi de R$ 17 milhões — o menor dos últimos cinco anos. Ao todo, são 107 arbitragens em curso e R$ 5,2 bilhões em disputa.

Os assuntos mais tratados, no geral, são de contratos empresariais (34%) e de bens e serviços (32%). No último ano, aumentou a quantidade de casos envolvendo o direito societário, que passou a ser a fatia mais representativa (32%). Também cresceram os casos de construção civil e energia, que passaram a representar 19% do total, ante os 13% em 2022.

O Centro de Arbitragem e Mediação da Amcham Brasil (CAM-Amcham) recebeu quase três vezes mais casos de arbitragem em 2024 e mais do que em 2023 e 2022 somados — foram 32 iniciados até maio, contra 13 em cada um dos anos anteriores. Os valores da causa variam entre R$ 150 mil e R$ 60 milhões. O destaque, neste ano, foram as arbitragens trabalhistas envolvendo empregados hipersuficientes, uma tendência que a Amcham entende que pode crescer neste ano - foram 27 instauradas desde janeiro contra sete em 2023.

As outras disputas envolvem questões societárias, de franquia, do setor automotivo, imobiliário e de contratos de bens e serviços.

No Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA), 23 arbitragens ocorreram no ano passado, uma a menos que em 2022. Os valores envolvidos também foram menores — R$ 290,4 milhões em 2023 contra R$ 432,8 milhões no ano anterior. Os casos de maior quantia envolvida são de temas comerciais, seguidos de casos esportivos, envolvendo contratos de atletas, por exemplo.

Ambev derruba no Carf autuação de R$ 1,55 bilhão

Beatriz Olivon
De Brasília

A Ambev conseguiu, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), vencer disputa contra a Receita Federal sobre uso de fundo de investimento como mecanismo de hedge. A decisão, por maioria de votos, é da 1ª Turma da 2ª Câmara da 1ª Seção, que derrubou cobrança de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL no valor de R$ 1,55 bilhão, conforme indicado no processo.

A companhia recebeu três autuações fiscais sobre o assunto e, com esse julgamento, conquistou sua terceira vitória em turmas baixas do Carf. As outras duas ainda não foram levadas à Câmara Superior — última instância do tribunal administrativo.

A autuação analisada pela 1ª Turma da 2ª Câmara da 1ª Seção decorre da desconsideração do Fundo Júpiter, por alegação de planejamento tributário abusivo. Os valores de impostos cobrados são referentes ao ano de 2010 (processo nº 16561.720180/2015-19).

Para a Receita Federal, o uso de fundo de investimento para realização de operações com derivativos (swap/hedge), da qual a Ambev era


DENIO SIMOES/VALOR

“Legislação não veda uso de fundo de investimento como mecanismo de hedge”
Leandro Cabral

cotista única, deve ser considerado planejamento tributário abusivo — pelo fato de o fundo não ter autonomia para atuação no mercado.

A fiscalização, no caso, desconsiderou dedução de imposto de renda pago no exterior e estimativas compensadas, mas não homologadas, assim como perdas incorridas em operações praticadas em mercados de renda variável e de swap.

No caso das perdas, a Receita considera que só seriam dedutíveis até o limite dos ganhos obtidos em operações da mesma espécie. Já quanto à dedução de imposto pago no exterior, alega que os valores recolhidos foram desconsiderados por não haver comprovação da legitimidade do abatimento e que estimativas de IRPJ compensados não foram homologadas.

No Carf, prevaleceu o voto do relator, conselheiro Fredy José Gomes de Albuquerque. “Não há dever fundamental de pagar ilegalmente tributo, tanto quanto inexiste dever fundamental do contribuinte de sujeitar-se a excessos ou a qualquer exigência que não esteja objetivamente parametrizada pela licitude”, afirma no voto.

Ainda segundo o conselheiro, não houve simulação, dolo, fraude, conluio, nem se comprovou ausência de propósito negocial. Também não foi identificada omissão de registros contábeis nos balanços da companhia e do fundo.

A Ambev era cotista do fundo, que recebia aportes financeiros para investimento em multimercado, inclusive em derivativos. O objetivo dos aportes era a proteção do patrimônio da empresa contra variações de taxas de juros, commodities e taxa de câmbio às quais se vinculavam suas operações comerciais e também atender finalidades regulamentares, segundo consta no voto do relator.

As respostas da Ambev ao Fisco, acrescenta o conselheiro, indicaram que a administração direta de instrumentos financeiros não refletia a atividade econômica preponderante da empresa. Portanto, optou por criar o Fundo Júpiter, que veio a ser administrado pelo BTG Pactual.

Se as operações com derivativos fossem atribuídas diretamente à Ambev (por meio da desconsideração do fundo), de acordo com o relator, a Ambev só poderia deduzir perdas com swap até o limite dos ganhos. Se mantidas as operações do fundo de investimento, explica, a tributação deve ser realizada pelo próprio fundo e as balizas legais são outras e toda da despesa é dedutível, independente do limite de ganhos com swap.

“Para fins tributários, os fundos têm vida própria, tributação própria, registros fiscais próprios. Para desqualificar sua atuação, antes de tudo, é preciso se debruçar sobre suas operações e seus registros. Nada disso foi feito”, afirma o relator, no voto.

Segundo o advogado Leandro Cabral, sócio do Velloza Advogados Associados, é normal que as empresas façam operações de swap e hedge para se proteger de variações no câmbio, mas o uso de fundo incomodou a Receita Federal. “Como indica o voto do relator, a legislação não veda o uso”, diz.

Para o advogado, a fiscalização criou uma ficção em torno da operação, de que o fundo seria um instrumento de planejamento tributário abusivo visando vantagem indevida de dedução de perda. “O julgamento afastou essa ficção, ficando comprovado que os fatos mostravam o uso correto do fundo.”

A maioria dos conselheiros entendeu que é indevida a desconsideração de operações financeiras por fundo de investimentos em multimercado para atribuir ao cotista exclusivo a titularidade delas quando não for apontada pela administração tributária nenhuma irregularidade que revele prática de ato ilícito.

Em nota, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que a avaliação sobre a regularidade das operações de hedge realizadas pelos contribuintes é tema recorrente no Carf e que existem julgados em que se concluiu que a legislação que regula as operações de hedge não foi atendida. Mas, acrescenta o órgão, as circunstâncias fáticas das operações variam significativamente, e a apresentação de recurso à Câmara Superior se condiciona a precedente que guarde similaridade com a decisão proferida. A possibilidade de recurso no caso concreto está sendo examinada.

Outros dois julgamentos similares envolvendo a Ambev também levaram ao cancelamento das autuações em turmas baixas. Foram realizados em 2017 e 2023 (processos nº 16561.720159/2014-32 e nº 16561.720233/2016-82).

Procurada, a Ambev informou em nota que valoriza a decisão do Carf, que se pautou “nos aspectos técnicos e jurídicos” das discussões sobre o caso, reafirmando que a postura da companhia seguiu a correta interpretação e aplicação da legislação tributária brasileira.

Recuperação judicial e a crise do agronegócio

Opinião Jurídica

Sandro Schulze

No atual cenário empresarial, observa-se uma notável elevação nos pedidos de recuperação judicial, um fenômeno intrinsecamente ligado às significativas mudanças implementadas pela Lei nº 14.112/2020. Esse marco legislativo, desenhado para preservar a função social das empresas e fortalecer a proteção aos devedores, tem exercido um papel relevante tanto no âmbito jurídico quanto econômico.

O processo de solicitação da recuperação judicial segue um procedimento específico: inicialmente, a empresa expõe ao juiz a situação patrimonial e as causas da crise enfrentada. Uma vez deferido o processamento do pedido de recuperação judicial inicia-se o chamado stay period de 180 dias, durante o qual todas as execuções em face da empresa são suspensas.

Posteriormente, a empresa, aqui já chamada de recuperanda, elabora um plano de recuperação judicial, passando por diversas etapas de reestruturação financeira. Os credores, por meio de uma assembleia geral, avaliam a viabilidade do plano, decidindo por sua aceitação ou rejeição. Caso o plano seja aceito, e cumpridas as exigências da lei, o juiz concede a recuperação judicial.

Uma das mudanças mais relevantes foi o incentivo à mediação, um instrumento que visa solucionar conflitos de forma mais ágil e consensual. Além disso, a prorrogação do stay period por mais 180 dias, desde que o devedor não tenha concorrido com a superação do lapso temporal, aparece como uma ferramenta crucial para a estabilização financeira.

Outro ponto de destaque foi a substituição das deliberações da assembleia-geral de credores por um termo de adesão, simplificando o processo de aprovação do plano de recuperação.

Em paralelo às mudanças legislativas, a pandemia da covid-19 desempenhou um papel significativo no aumento dos pedidos de recuperação judicial. O ano de 2023 testemunhou pedidos notáveis de empresas como Americanas, Light, Oi e Grupo Petrópolis, evidenciando a amplitude dos desafios enfrentados pelo setor empresarial.

No que diz respeito ao agronegócio, a crise parece estar em ritmo mais acelerado. Segundo dados do Serasa, o Brasil registrou 127 pedidos de recuperação judicial em 2023, representando um aumento de 525% quando comparado com o ano anterior.

O que se observa, na verdade, é uma junção de alguns fatores.

Nos anos de 2021/2022, o Brasil teve a maior produção rural da história e as commodities atingiram um valor altíssimo no mercado. Os produtores rurais, por sua vez, para atender a alta demanda, acabaram tomando empréstimos com juros baixos para alavancar o negócio e de fato o setor teve um ano com um resultado muito positivo.

Mas em 2022/2023 o que se viu foi algo bem diferente. Apesar de uma safra também em larga escala, o valor das commodities entrou em declínio e os produtores acabaram postergando a venda dos produtos na expectativa de uma retomada dos valores.

E o oposto acabou acontecendo. O preço caiu ainda mais e chegou determinado momento em que os produtores foram obrigados a vender a produção com um enorme prejuízo.

A safra de 2023/2024 seguiu com o mesmo problema de declínio do valor das commodities e ainda enfrentou um fator adicional: vários Estados tiveram perda da produção em razão de alterações climáticas. Destaque-se, também, que a taxa de juros subiu exponencialmente e os produtores, com safras e lucros menores, não conseguiram honrar os compromissos assumidos.

Viu-se, assim, um efeito dominó, ou seja, o produtor rural não pagou a revenda e esta, por sua vez, não pagou fornecedor, resultando na busca do Poder Judiciário com pedidos de recuperação judicial principalmente dos produtores.

Além de todas as questões destacadas, o aumento dos pedidos de recuperação judicial decorreu, também, da alteração legislativa que passou a vigorar em 2021, como acima ressaltado. Com a mudança da Lei nº 11.101/2005, o produtor rural foi contemplado com a possibilidade de apresentar um plano especial de recuperação judicial, desde que a dívida não ultrapasse R$ 4,8 milhões.

Mato Grosso atualmente lidera o ranking de pedidos de recuperação judicial, talvez por ser o maior produtor rural do país, com alto percentual de arrendamento de terras, e um dos Estados mais atingidos pelos problemas climáticos. Analisando a cotação da soja, por exemplo, nos últimos dois anos, pode-se observar uma queda de aproximadamente 40% no valor de mercado.

Algumas medidas são apontadas como forma de socorrer os produtores rurais, dentre elas a disponibilização de novas linhas de crédito, com taxa de juros diferenciada, um alongamento do prazo para pagamento das dívidas e o fortalecimento do seguro rural.

Essas medidas demandariam um orçamento extra do tesouro nacional que, segundo estudos, ficaria na casa de R$ 1,5 bilhão.

Nesse contexto, é imperativo que as empresas e os profissionais do ramo estejam atentos aos detalhes da legislação e às estratégias necessárias para superar os desafios, visando a preservação das atividades empresariais e o fortalecimento do setor econômico do país.

Sandro Schulze é sócio do escritório A. C. Burlamaqui Consultores, mestrando em Direito Civil Contemporâneo pela PUC-RJ e especialista em Direito Civil Constitucional pela UERJ



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

AVISO DE LICITAÇÃO FECHADA Nº CP00001/2022 SE/SPM

Aviso de Prorrogação de Edital de Chamamento Público Nº CP000001/2022 SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA - SE/SPM - PRORROGAÇÃO. Com a finalidade de ampliar o prazo para credenciamento de pessoas Jurídicas ou físicas que exercem atividade empresarial para prestação de serviços relacionados à operação de canal de atendimento denominado Ponto de Coleta, fica prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) meses o prazo para credenciamento. Início do acolhimento da documentação: 06/06/2024, às 08:00 h Data final do recebimento da documentação: 06/06/2026, às 17:00 h

Gilsom Martins dos Santos Júnior
Coordenador da Comissão de Credenciamento/SE/SPM SE/SPM

CM HOSPITALAR S.A.

CNPJ/ME nº 12.420.164/0001-57 - NIRE 35.300.486.854 - CVM 02568-2
Companhia Aberta ("Companhia")
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Companhia convoca os seus Acionistas para se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada às 11h00, horário de Brasília, do dia **21 de junho de 2024** ("Assembleia"), de forma exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Aumentar o número de membros do Conselho de Administração de 05 (cinco) para 06 (seis) membros; e 2. Eleger Jerome Paul Jacques Cadier como membro do Conselho de Administração. **Informações Gerais:** De acordo com as disposições da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), e da Resolução CVM nº 81/22 ("Resolução 81"), a Companhia realizará a Assembleia de forma exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams, com a utilização de vídeo e áudio, nos termos do Manual de Participação na Assembleia. Nesse sentido, não haverá possibilidade de comparecimento físico à Assembleia. O Manual de Participação na Assembleia e a Proposta da Administração, bem como os demais documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia previstos em lei e na regulamentação aplicável, estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14072-055, na página de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.viveo.com.br/), na página da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Poderão participar da Assembleia os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si ou através de seus representantes legais ou procuradores, nos termos do Artigo 126 da LSA. Para participar da Assembleia, os acionistas deverão solicitar o cadastro prévio por meio do endereço de e-mail ri@viveo.com.br (Assunto: "Cadastro para participação na Assembleia de 21 de junho de 2024"), juntamente com o envio de forma digital, no mesmo e-mail, da documentação necessária, conforme indicado abaixo e no Manual de Participação na Assembleia, que estabelece em maiores detalhes os documentos necessários ao credenciamento prévio, a participação virtual e a forma de recebimento do link de acesso à Assembleia. A solicitação de cadastro para participação na Assembleia deverá ser recebida pela Companhia impreterivelmente até o dia 19 de junho de 2024. Para fins do cadastro prévio, os Acionistas deverão enviar à Companhia, impreterivelmente até o dia 19 de junho de 2024, cópias digitalizadas dos seguintes documentos: (i) acionistas que sejam pessoas físicas: documento de identificação com foto; (ii) acionistas que sejam pessoas jurídicas: original ou cópia autenticada da última consolidação do estatuto ou do contrato social e da documentação comprobatória de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iii) acionistas que sejam fundos de investimento: original ou cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo, do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, da documentação comprobatória de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iv) acionistas estrangeiros: mesma documentação aplicável aos acionistas brasileiros, a qual deverá estar traduzida para o português por tradutor juramentado, exceto se originalmente lavrada em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. A Companhia aceitará (i) documentos emitidos de forma digital por órgãos públicos, desde que acompanhados de chave que permita a verificação online da sua autenticidade; bem como (ii) procurações emitidas de forma digital, desde que assinadas por meio de certificado digital ICP-Brasil. A Companhia não exigirá o reconhecimento de firma e/ou a consularização ou apostilamento dos instrumentos de procuração outorgados pelos acionistas a seus respectivos representantes, tampouco exigirá a tradução juramentada das procurações e documentos lavrados ou traduzidos em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, nem dos documentos anexados com as respectivas traduções para esses idiomas. A Assembleia será gravada, nos termos do Artigo 28, §1º, inciso II da Resolução 81. A Companhia não se responsabilizará por problemas de conexão que os participantes possam enfrentar ou outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade do sistema eletrônico com o equipamento do participante.

Ribeirão Preto, 29 de maio de 2024.
Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro
Presidente do Conselho de Administração

megaleilões GESTOR JUDICIAL

1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Campinas/SP

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO e de intimação **dos executados e depositário (herdeiros de LUIZ COGO) EMERSON APARECIDO COGO**, inscrito no CPF/MF sob o nº 255.788.658-01; **EDSON APARECIDO COGO**, inscrito no CPF/MF sob o nº 256.339.978-59; e **IDA VERDIN COGO**, inscrita no CPF/MF sob o nº 371.204.368-64; **bem como dos credores BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (sucessor de BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42; e **ITAÚ UNIBANCO S.A (BANCO ITAÚ S/A)**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04. **A Dra. Euzy Lopes Feijó Liberatti**, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Campinas/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Execução de Título Extrajudicial** ajuizada por **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO** em face de **EMERSON APARECIDO COGO - processo nº 1031375-92.2016.8.26.0114 - controle nº 2403/2016**, e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 17/06/2024 às 15:30 h** e se encerrará **dia 20/06/2024 às 15:30 h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 20/06/2024 às 15:31 h** e se encerrará no **dia 11/07/2024 às 15:30 h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **60% (sessenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** – Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPTU/ITR e demais taxas e impostos que serão subrogados no valor da arrematação nos termos do Art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN, bem como os débitos de condomínio (propter rem) que também serão subrogados no preço da arrematação, conforme Artigo nº 908, § 1º, CPC. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA -** Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, deverão apresentar proposta enviando de forma detalhada sua intenção no e-mail proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sob o pagamento parcelado. Em resumo o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve confirmar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo a mesma ser analisada pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão do Leiloeiro deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. **DA REMIÇÃO:** Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o Leiloeiro fará jus a comissão no percentual determinado neste edital sobre o valor da arrematação, conforme Artigo nº 7º, §3º da Resolução nº 236 do CNJ. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br, no Código de Processo Civil e Resolução nº 236 do CNJ.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM: DIREITOS SUCESSÓRIOS DA TRANSCRIÇÃO Nº 41.290 DO 3º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CAMPINAS/SP:** Uma parte ideal correspondente a metade de uma propriedade agrícola desmembrada da Fazenda Brejo, designada por gleba 3-A, com a área de 98.615 m2; ou 9,8615 há, confrontando pela frente com a Estrada que separa a Fazenda Brejo da Fazenda Boa União, de um lado com um caminho de servidão que separa o lote 04, de outro confronta com o lote 03 e nos fundos acompanhando o córrego divisório confronta com Antônio Luiz Ferraz. Neste 3º subdistrito 3º circunscrição imobiliária. **Consta na Av.02 da transcrição** que LUIZ COGO (coproprietário) faleceu. **Consta na transcrição** penhor agrícola em favor do BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A, cédula pignoratícia em favor do BANCO ITAÚ S/A. **Consta as fls.674-675 dos autos** que EMERSON APARECIDO COGO e EDSON APARECIDO COGO, são herdeiros de LUIZ COGO. **Consta as fls.971 dos autos** que a gleba possui o equivalente a 20% de sua área como Reserva Legal correspondente a área de floresta com 19.723,00 m2, que incide sobre as áreas de floresta existentes na gleba, onde também há incidência de 02 nascentes (fls.973). O terreno possui áreas com edificações construídas de casas, barracões e curral, com abertura de vias não oficiais, sem implantação de infraestrutura adequada (fls.972). **Consta as fls.1029 dos autos** a existência do Processo nº 1031370-70.2016.8.26.0114, em trâmite a 5ª Vara Cível de Campinas/SP, requerida por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO contra EMERSON APARECIDO COGO e outros. **Valor da Avaliação do Imóvel: R$ 5.453.015,00 (cinco milhões quatrocentos e cinquenta e três mil e quinze reais) para fevereiro de 2020, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP.** Débitos desta ação no valor de R$ 110.000,00 (setembro/2021). Campinas, 13 de maio de 2024. Eu, diretor/diretora, conferi. **Dra. Euzy Lopes Feijó Liberatti - Juíza de Direito.**

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

ânima EDUCAÇÃO

ÂNIMA HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 09.288.252/0001-32 - NIRE nº 35.3.00.350.430
Certidão da Ata de Reunião do Conselho de Administração
Realizada em 22 de Maio de 2024 às 10:00 horas

ANIM3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

Certifico o Registro da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 22 de Maio de 2024 às 10:00 horas, da Ânima Holding S.A., na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o nº 213.356/24-7 em 28/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CM HOSPITALAR S.A.

CNPJ nº 12.420.164/0001-57. NIRE nº 35.300.486.854. CVM 02568-2. Comp. Aberta. ("Comp.")

ATA DA REUN. DO CONS. DE ADMIN.REAL. EM 08/05/2024. DATA, HORA E LOCAL. Real. em 08/05/2024, às 18h, reun. por vídeo conf., nos ter. do art. 13 do Est. Social da Comp. **CONV. E PRES.** Disp. a conv. prévia em virt. da pres. da total. dos memb. do Cons. de Admin. **MESA.** Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro, Presid.; e Joseane Correia, Sec. **ORD. DO DIA E DELIB.:** Inst. a reun. e discutida a matéria, os memb. do Cons. de Admin. aprovam, por unanim. de votos e sem quais. ressalvas: (i) o pedido de renúncia apres. por **THIAGO LISKA**, Dir. de Diag. e Vac. e por **FLÁVIO HENRIQUE SANTOS LEAL**, Dir. de Serv., os quais ficarão arq. na sede da Comp., perman. em seus cargos até o dia 12/05/2024; (ii) a eleição de **FREDERICO DE AGUIAR OLDANI**, bras., casado, admin. de emp., port. da Céd. de Id. RG nº 15.337.260-6 SSP/SP, insc. no CPF nº 253.515.048-47, com end. na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Sto Antônio, CEP 04.719-030, SP/SP, para o cargo de **Vice-Presid. Admin. e Finan.;** e de **LUIZ AUGUSTO DE LIMA E SILVA FILHO**, bras., cas., eng. mec., port. da Céd. de Id. RG nº 27.905.587-0, insc. no CPF nº 258.592.538-26, com end. na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chác. Santo Antônio, CEP 04.719-030, SP/SP, para ocup. o cargo de **Vice-Presid. de Operações,** com ef. a partir de 13/05/2024 e mand. até 26/04/2026, de for. a coinc. com o mand. dos demais dir. Os dir. eleitos serão inv. em seus cargos med. ass. do ter. de posse, da apres. de decl. de desim. e de adesão aos ter. do Novo Merc., nos ter. da leg. e regul. aplicável. Fica consig. que a função de Vice-Presid. Admin. e Finan. terá o seu escopo de ger. nas áreas admin. e finan. da Comp. e suas cont.; e do Vice-Presid. de Op. terá o resp. de ger. as áreas de op. da Comp. e suas control.; (iii) ret. o cargo de **VILSON SCHVARTZMAN**, de Vice-Presid. **Com. de Dist. e Op. Log.** para **Vice-Pres. Com. de Dist. e Serv.**; e (iv) autor. à Diret. a tomar todas as prov. Nec. à impl. das mat. aqui aprov. **ENC., LAVR. E LEIT. DA ATA.** Nada mais hav. a tratar, foi susp. a sessão pelo tempo nec. à lavr. da pres. ata, que, após lida e achada conf., foi aprov. e ass. por todos os pres. Pres.: Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; Sec.: Joseane Correia; Cons.: (i) Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; (ii) Luiz Felipe Duarte Martins Costa; (iii) Ricardo Pechinho Hallack; (iv) Thayan Nascimento Hartmann; (v) Carla Schmitzberger. Ribeirão Preto, 08/05/2024. Mesa: Joseane Correia; Secretária. JUCESP nº em 17/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE: 35.300.332.351
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da Iguá Saneamento SA ("Companhia"), nos termos dos art. 123 e 124 da Lei nº 6.404/76 e suas alterações ("Lei das S.A."), a participarem da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), que se realizará no dia **28 de junho de 2024, às 14h**, de forma exclusivamente digital, por videoconferência (plataforma "*MS Teams*") e gravada pela Companhia, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei das S.A., da Resolução CVM nº 81/2022 e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i) Política de Indenidade.** Os acionistas e/ou seus representantes legais deverão acessar à AGE por meio da plataforma digital *MS Teams*, conforme link disponibilizado por meio do sistema Atlas Governance. As instruções de acesso também poderão ser obtidas por meio do e-mail governancacorporativa@igua.com.br. Os acionistas e/ou seus representantes deverão observar os termos do art. 28 do Estatuto Social para sua regular participação. Os documentos e informações relativos ao tema a ser deliberado na AGE encontram-se disponíveis, para consulta dos acionistas, na sede da Companhia e na página eletrônica da Companhia (https://ri.igua.com.br/) e da CVM (http://www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores e na Plataforma Atlas Governance. São Paulo, 28 de maio de 2024. **Paulo Todescan Lessa Mattos** - Presidente do Conselho de Administração. (04-05-06)

PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Companhia aberta
CNPJ/MF nº 02.950.811/0001-89 - NIRE 35.300.158.954| Código CVM 2047-8
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2024

PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, sociedade por ações, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1.855, 6º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-903, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.950.811/0001-89, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2047-8, com suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código (ticker) "PDGR3" ("Companhia"), vem, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução CVM 81"), convocar os senhores acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, em **01 de julho de 2024, às 11 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia, sendo considerada como realizada na sede social da Companhia, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** o grupamento da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, na proporção de 10 (dez) para formar 1 (uma) ação (fator de grupamento), sem que ocorra modificação no valor do capital social da Companhia, nos termos da Proposta de Administração ("Grupamento"); **(ii)** o aumento do limite do capital autorizado da Companhia, nos termos da Proposta de Administração ("Aumento do Capital Autorizado"); **(iii)** a alteração do estatuto social da Companhia, de modo a contemplar o Grupamento e o Aumento de Capital Autorizado, nos termos da Proposta de Administração; e **(iv)** a outorga de poderes aos Diretores da Companhia, a fim que adotem todas as medidas necessárias para operacionalizar e efetivar o Grupamento e Aumento do Capital Autorizado. A documentação e as informações relativas às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, incluindo a Proposta da Administração, contendo também as informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral e ao acesso por sistema eletrônico, estão à disposição dos acionistas na sede e na página eletrônica da Companhia (https://ri.pdg.com.br), assim como nas páginas eletrônicas da CVM (https://www.gov.br/cvm) e da B3 (https://www.b3.com.br), para exame pelos senhores Acionistas. Solicitação de Acesso à Assembleia Geral ao vivo: Para participar da Assembleia Geral os Acionistas deverão encaminhar à Companhia uma solicitação de participação por escrito, juntamente com o envio dos documentos necessários para participação conforme instruções contidas abaixo, com antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias da data de realização da Assembleia Geral, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, exclusivamente pelo e-mail ri@pdg.com.br ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá (i) conter a identificação do Acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, conforme detalhado abaixo e na Proposta da Administração. Mediante a validação das informações constantes das Solicitações de Acesso recebidas, a Companhia encaminhará convites individuais de participação à cada Acionista solicitante com as instruções para registro e acesso à plataforma digital utilizada para a realização da Assembleia Geral. Caso o Acionista não receba convite com as instruções para registro e acesso à plataforma digital com até 12 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@pdg.com.br, com até, no máximo, 12 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia Geral os acionistas que não realizarem a Solicitação de Acesso e/ou não informar a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia Geral na forma e prazos previstos acima. Os Acionistas que enviarem uma Solicitação de Acesso deverão se comprometer a (i) utilizar os convites de forma individual única e exclusivamente para participação na Assembleia Geral, (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o convite intransferível, e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia Geral. A participação por meio da plataforma digital conjugará áudio e imagem, e os Acionistas que desejarem poderão manter as suas câmeras ligadas durante o curso da Assembleia Geral com o intuito de assegurar a autenticidade das comunicações. A Companhia recomenda que os Acionistas (i) façam testes e se familiarizem previamente com a plataforma digital para evitar a incompatibilidade dos seus equipamentos eletrônicos e/ou outros problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral; e (ii) acessem a plataforma digital com antecedência de, no mínimo, 30 minutos do horário de início da Assembleia Geral a fim de evitar eventuais problemas operacionais. As Solicitações de Acesso enviadas fora do prazo acima previsto serão desconsideradas pela Companhia. A Companhia informa, ainda, que a Assembleia Geral será gravada na íntegra, em cumprimento às determinações do Art. 28, §1º, II, da Resolução CVM nº 81. A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia Geral por meio da plataforma digital, de modo que será de responsabilidade exclusiva do Acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à Assembleia Geral. Documentos necessários para acesso à Assembleia Geral: Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A., os Acionistas ou seus representantes interessados em participar da Assembleia Geral deverão enviar à Companhia, além do comprovante atualizado da titularidade das ações, expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 3 (três) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, os seguintes documentos, conforme aplicável: (i) Acionistas Pessoas Físicas: cópia simples do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral "RG", a Carteira Nacional de Habilitação "CNH", passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do acionista e, se for o caso, de seu representante legal, e atos que comprovem a representação legal, conforme aplicável; (ii) Acionistas Pessoas Jurídicas: cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) Contrato Social ou Estatuto Social, conforme aplicável; (b) ato societário de eleição do administrador que comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica ou procurador a terceiro representante da pessoa jurídica; e (c) a documentação mencionada no item (i) acima para o representante do Acionista pessoa jurídica que comparecer à Assembleia Geral; ou (iii) Acionistas Fundos de Investimento: o representante da administradora ou da gestora do fundo, além dos documentos do representante que comparecer à Assembleia Geral, conforme mencionados no item (i) acima, bem como os documentos societários mencionados no item (ii) acima relacionados à administradora ou à gestora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo primeiro, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafos primeiro e segundo, do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, sem necessidade de reconhecimento de firma. A Companhia aceita, ainda, procurações assinadas eletronicamente com certificado digital autorizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras ("ICP-Brasil"). Vale destacar que **(i)** as pessoas naturais que forem Acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja Acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, parágrafo primeiro, da Lei das S.A.; e **(ii)** as pessoas jurídicas que forem Acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu Contrato Social ou Estatuto Social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, Acionista ou advogado. Os documentos dos Acionistas expedidos no exterior devem ser emitidos pelos órgãos competentes ou assinados pelos representantes legais dos Acionistas e traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial. Para fins de melhor organização da Assembleia Geral, nos termos do §2º do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia solicita o envio prévio dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral com antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias da data da realização da Assembleia Geral, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, exclusivamente pelo e-mail ri@pdg.com.br. Participação por meio de Boletim de Voto à Distância ("BVD"): Nos termos da Resolução CVM nº 81, serão considerados presentes à Assembleia Geral os acionistas cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido pela Companhia e/ou os acionistas que tenham registrado sua presença no sistema eletrônico de participação a distância de acordo com as orientações acima. Para orientações e prazos sobre participação via boletim de voto a distância, solicitamos aos acionistas que consultem o Boletim de Voto a Distância divulgado na página da Companhia (ri@pdg.com.br), na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores, em conjunto com o restante da documentação de suporte. Ressalta-se, por fim, que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital.

São Paulo, 29 de maio de 2024.
João de Saint Brisson Paes de Carvalho - Presidente do Conselho de Administração

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 170 LOTES - DIA: 05/06/2024 - 10h00 - 4ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 05/06/2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 94DTBAL10EJ875908 - 93Y4SRF84JJ054177 - 935SUN6AYCB543283 - 9BWAB49N1BP014624 - 94DFFUK13KB103042 - 9BWDA05U8CT143927 - 9C2KC2200RR600589 - 9C6SG3310L0049205 - 9C2KC2200PR075868 - 9C2KC2210PR065256 - 9BWCA05W68P126993 - 3G1J86CD4ES508253 - 93HFA16507Z200417 - 9BFZD55P7HB557637 - 9BHBG51CAKP058904 - 9BWAA05U79P087533 - 9BFZK53A1DB424077 - 935CHRFN27B532455 - 9324LE2J2HD410633 - 9C6RG3850R0055331 - 9C2KD1000JR127695 - 9C2KC2500PR076113 - 9C2JF8500PR018473 - 9C2KC2500NR106873 - 9BGXL80P0AC168499 - 9BFZK03A49B034729 - 9BWAA45UXFP138185 - 9BFZK53A6DB419814 - 935SLYFYYFB515261 - 9BWAA05W49P047315 - 9BGXH68607C136811 - 9BD15844AD6756444 - 8A1LZBW2TEL753376 - 3N1BC1CD0CL350940 - 9BWAA05W4EP032288 - 93YLM0S3A7J777872 - 8AFAR23N0JJ032433 - 9BWAB45Z8B4179466 - 936CLNFN2FB025449 - 9BGEB48A0MG166753 - 9BGXF19X03C105615REM - 93Y4SRF84KJ546909 - 9BGJE6920JB195456 - 9BGRM69X0BG149634 - 3C4PDCFG5CT228768 - 9BWAA05Z694000671 - 8AFSZZFFCGJ358685 - 9BWAB05Z894082240 - 9BWKB05U7DP048502 - 9BGTR48W08B228100 - 9C6RH1110H0000843 - 9C2JD2320FR203388 - 98822611XJKB68828 - 9BD27803A72534189 - 9BD11940591058114 - WDDMH4DWXDN044344 - 9BFZF10B548204934 - 9BWAA05W9EP016345 - 93HFA66307Z213974 - 9BGRZ08F0BG161299 - 9BWDB45U9DT291025 - 93YLM2M1H9J179174 - 9BD17106LD5823772 - 9BGXF75R04C138829 - 9BD198211E9030328 - 9BD195B6NJ0816209 - 9BFZE16P398500483 - 93HGM2520CZ213969 - 9BD195A9MG0760059 - 93YLSR1RH8J963391 - 9BD17106LA5498599 - JMYXRCU5W7U001102 - 9BWAA05ZX94000477 - 9BD19510ZF0666097 - 9BGRX48109G281161 - 9BD17102LE5925409 - 8BCLCN6BYBG511948 - 9BR53ZEC488714369 - 9BD17202LA3511901 - 9BWAB05Z7C4020559 - 9362NN6AYDB009147 - 9BD358A4NLYK54569 - 9BGXM68809B119693 - 93HFA66408Z268592 - 8AFSZZFFCFJ336691 - 8AFFZZFFC9J220982 - 9BWDA45U8DT045179 - 9BFZF20A888088065 - 93Y5SRD64FJ541423 - 8AD3DRFJ47G051022 - 93Y5SRFHGKJ650506 - 9BD358A4HJYH34261 - 94DFCUK13FB101742 - 9BD25504558753326 - 95DBN21A6NMB01387 - 9C6KG0210F0077575 - 9C2JC4830FR023844 - 9C2MC4400MR001232 - 99KPCKGMKRM103320 - 9C2JC4830KR501937 - 9BWAA05W3BP021097 - 9BD17204L83427878 - 9BWAA45U2GT059067 - 9BFZF20A578018277 - 9BD17164LA5480420 - 9BWAB45Z9D4131803 - 9BG116GP0BC463230 - 9BWAB05UXCT053811 - 9BFZF55P7E8075592 - 9BD11812181014038 - 9BWAE41J6D4003574 - 9BD19245Z33010558 - 9362PN6AXAB009870 - SALFA24A79H119306 - 9BD19510ZG0723202 - 9BFZD55P6FB800013 - 9BWAA45U4FP015384 - 9BD15804AB6542114REM - 9BFZF54P698391993 - WDDFH3CW0AJ526764 - 9BD17106G85207147 - 9BD19515ZG0745988 - 9BD255049D8966320 - 93HRV2850LZ117443 - 9BD363A13NYZ46593 - 9535PFTE4NR006183 - 9BFVEADS5DBS48785 - 9A9V0952092AD9548 - 9ADB0902NPM510433 - 9ADM0452NPM510431 - 9ADB0902NPM510432 - 9BGSA19908B267075 - 9BWAA05W0DP119393 - WV1DA22H4LA013139 - 936CLYFYYEB052910 - 9BGPB69M0DB343924 - 9C2KC1640FR002417 - 9BGRM69X0BG129866 - 9BG148FK0MC405043 - 8BCLDRFJVCG531462 - 3FAHP0JA4AR330947 - KMHJN81BP9U935849 - 9BGRP48F0CG359465 - KNAHH811BA7297937 - KMHJN81BBAU100463 - 9BD17164G85124499 - 93YBSR7RHEJ770585 - 9BWCA05W87T075292 - 8AP359A0DNU177682 - 93YHJD207RJ602499 - 9BWKA05Z064118361 - 8AWPB05Z2CA512916 - 93HGE6750DZ223829 - 9BFZK53P59B104014 - 93XFNH72WECD86240 - 9BFZF55A5A8042886 - 9BGKS69V0JG153240 - 9BWAA45U8GP053900 - 9BFZF55P7E8002626 - 94DVCUD40DJ483383 - 8AWBJ6B21NA837597 - 9BGSA1910AB100227 - 935FCKFVYCB589341.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão 10/06/2024 às 11h15 | 2º Público Leilão 12/06/2024 às 11h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **TRÊS LAGOS EMPREENDIMENTOS LTDA.** - CNPJ nº 06.316.581/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 10, DA QUADRA "I"**, **DO LOTEAMENTO "RESIDENCIAL TERRAS NOBRES"**, Bairro da Posse, Itatiba/SP. **ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 601,50m².** Medidas e confrontações: Tem 15,12m de frente para a Rua Anselmo Albino; 39,62m do lado direito, confrontando com o Lote nº 11; 40,58m do lado esquerdo, confrontando com o Lote nº 09; e 15,03m nos fundos, confrontando com o Lote nº 19. Matrícula nº 50.115 do CRI de Itatiba/SP. Inscrição Municipal nº 23434-43-38-02248-0-0348-00000. Consolidação da propriedade: 02/05/2024. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 589.390,99. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 559.930,90**. **Ônus do Arrematante: i)** pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** custas cartoriais, impostos e taxas para lavratura/registro da escritura, certidões (inclusive da vendedora); **iii)** quitação dos débitos de IPTU e condomínio vencidos antes e após os leilões; **iv)** observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; **v)** arcar com custos, impostos e despesas para regularização de eventual construção/benfeitoria junto a todos os órgãos públicos e privados competentes; **vi)** custas e despesas com eventual desocupação; **vii)** venda *ad corpus*. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Ficam os Fiduciantes **GERSON KISTE** – CPF nº 537.598.188-20 e **MARIA ANGELINA PATRICIO KISTE** – CPF nº 262.630.458-17, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal da Pecini Leilões, não podendo alegar desconhecimento. Informações:** www.pecinileiloes.com.br. **E-mail:** contato@pecinileiloes.com.br**. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**